



**DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:
ENTRE PRÁTICAS E SABERES**

liceu
GRÁFICA E EDITORA LICEU LTDA

**Gráfica e Editora Liceu
Recife, 2018**

GOVERNADOR

Paulo Henrique Saraiva Câmara

VICE-GOVERNADOR

Raul Jean Louis Henry Júnior

COMPOSIÇÃO DO CEDCA/PE

PRESIDENTE:

Eduardo Gomes de Figueiredo

1º VICE-PRESIDENTE:

Maria de Lourdes de Andrade Viana Vinokur

2º VICE-PRESIDENTE:

José Rinaldo Carvalho da Silva

DIRETORA EXECUTIVA:

Rosa Maria Lins de Albuquerque de Barros Correia

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

GABINETE DO GOVERNADOR

Titular: Gabriela Moura Otaviano de Souza

Suplente: Danielle de Belli Claudino

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CRIANÇA E JUVENTUDE

Titular: Carmem Lúcia Galvão

Suplente: Maria José Galvão Guedes de Oliveira

SECRETARIA DE SAÚDE

Titular: Maria Francisca dos Santos

Suplente: Solange Maria de Souza Loureiro

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Titular: Emille de Souza Vasconcelos Soares

Suplente: Luana Chiara Batista de Souza

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Titular: Nelino José Azevedo

Suplente: Cássia Valéria Tavares de Souza

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Titular: José Rinaldo Carvalho da Silva

Suplente: Silvan José Gonçalves Ataíde

SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Titular: Eduardo Gomes de Figueiredo

Suplente: Ana Lúcia Gusmão Brindeiro

REPRESENTANTES NÃO-GOVERNAMENTAIS

ASSOCIAÇÃO DE KARATE GOJU-RYU DE PERNAMBUCO

Titular: Arnaldo Garcia de Alencar Sampaio

Suplente: Elizangela Pereira da Silva

INSPETORIA SALESIANA DO NORDESTE DO BRASIL

Titular: Eliane Maria de Castro Silva

Suplente: Danielli Cristini dos Santos Silva

CENTRO INTEGRADO EMPRESA ESCOLA DE PERNAMBUCO

Titular: Hemi Monique Vilas Bôas de Andrade

Suplente: Telma Muniz Soares Barbosa

CENTRO DOM HÉLDER CÂMARA DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL

Titular: José Ricardo Oliveira

Suplente: Natuch Pinto de Lira

CENTRO DIOCESANO DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR

Titular: Maria de Lourdes de Andrade Viana Vinokur

Suplente: Danielle Bezerra Calado

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAQUITINGA

Titular: Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão

Suplente: Tarciana dos Santos Castelo Branco

GABINETE DE ACESSORIA JURÍDICA DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES

Titular: Thaisi Moreira Bauer

Suplente: Romero José da Silva

GRUPO GESTOR DA ESCOLA DE CONSELHOS DE PERNAMBUCO

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PERNAMBUCO – CEDCA:

José Ricardo Oliveira

Nelino José Azevedo

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE:

Humberto Miranda

Ana Virgínia Maninho

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CRIANÇA E JUVENTUDE – GOVERNO DE PERNAMBUCO:

Roseane Maria de Lima

Naila Soares de Araújo

ASSOCIAÇÃO DOS CONSELHEIROS E EX-CONSELHEIROS DE PERNAMBUCO

Iran Santos

Maria da Conceição Pimentel

FÓRUM ESTADUAL DAS ENTIDADES DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FÓRUM DCA:

Maria da Conceição Ferreira

Nivaldo Pereira

ORGANIZADORES

**Humberto da Silva Miranda
Maria das Mercês Cavalcanti Cabral
Valéria Severina Gomes**

**DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:
ENTRE PRÁTICAS E SABERES**



**Gráfica e Editora Linceu
Recife, 2018**

UFRPE

Reitora: Maria José de Sena

Vice-Reitor: Marcelo Brito Carneiro Leão

Pró-Reitora de Extensão – PRAE: Ana Virgínia Marinho

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós - Graduação - PRPPG: Maria Madalena Pessoa Guerra

Coordenadora Geral dos Cursos Lato Sensu: Flávia Conceição Ferreira da Silva

EQUIPE GESTORA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

Coordenador da Escola de Conselhos: Humberto da Silva Miranda

Coordenadora Geral: Maria das Mercês Cavalcanti Cabral

Coordenadora Pedagógica: Valéria Severina Gomes

Secretária: Edleuza Rodrigues de Araújo

Técnico-administrativo UFRPE/Escola de Conselhos: Antônio Maciel Correia

FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

Secretário: Valmar Corrêa de Andrade

Adjunto: Ivanilda de Brito Barbosa

PROFESSORES E PROFESSORAS:

Ana Paula Melo/Aristeu Portela Júnior/Arminda de Fátima Alves da Silva/Delma Josefa da Silva

Fabiana Wanderley/Hugo Monteiro Ferreira/Humberto Miranda/Inaldo Firmino Soares/

José Almir do Nascimento/Karla Cristhian da Silva/Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva

Maria das Mercês Cabral/Maria do Rosário de Fátima Brandão de Amorim/Michele Maciel

Raquel Uchôa/Valdir Eduardo da Silva/Valéria Severina Gomes/Vera Lúcia Braga de Moura

Veridiana Alves de Sousa Ferreira Costa

IMPRESSÃO

Gráfica e Editora Linceu

C755d

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (PE)

Direitos da criança e do adolescente : entre práticas e saberes / Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente ; organizadores: Humberto da Silva Miranda, Maria das Mercês Cavalcanti Cabral, Valéria Severina Gomes ; apresentação Eduardo Figueiredo. – Recife : Linceu, 2018.

145p.

Inclui referências.

1. DIREITOS DAS CRIANÇAS – PERNAMBUCO. 2. DIREITOS DOS ADOLESCENTES – PERNAMBUCO. 3. EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS – PERNAMBUCO – RESPONSABILIDADE CIVIL. 4. MENORES – PERNAMBUCO – DIREITOS FUNDAMENTAIS. 5. COMUNIDADE E ESCOLA – PERNAMBUCO. 6. CONSELHOS TUTELARES – PERNAMBUCO – RESPONSABILIDADE CIVIL. 7. CONSELHEIROS TUTELARES – PERNAMBUCO – FORMAÇÃO. 8. MENORES – ESTATUTO LEGAL, LEIS, ETC – PERNAMBUCO. 9. ESCOLA DE CONSELHOS DE PERNAMBUCO. I. Miranda, Humberto da Silva. II. Cabral, Maria das Mercês Cavalcanti. III. Gomes, Valéria Severina. IV. Figueiredo, Eduardo. V. Título.

CDU 342.4
CDD 362.795

PeR – BPE 18-655

ISBN: 978.85.5531.049.2

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Eduardo Figueiredo

15

DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: ENTRE SABERES E PRÁTICAS

Humberto Miranda, Mercês Cabral, Valéria Gomes

17

ESPECIALISTAS

Silvino Neto

23

ARTIGOS

TECITURAS DE CONHECIMENTOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA DA DISCIPLINA SEMINÁRIOS DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

José Almir do Nascimento

27

A ESCOLA ABSTRATA E OS TRAÇOS IDENTITÁRIOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Hugo Monteiro Ferreira

35

**A TEMÁTICA DA HISTÓRIA DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE DENTRO
E FORA DA SALA DE AULA:
DESAFIOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA
DOS CONSELHEIROS DOS DIREITOS
E TUTELARES**

*Humberto Miranda
Vera Braga*

43

**CONHECENDO PARA PROTEGER:
A FAMÍLIA EM UMA SOCIEDADE
DESIGUAL**

*Raquel de Aragão Uchoa Fernandes
Michelle Cristina Rufino Maciel*

49

**A PRODUÇÃO ESCRITA ACADÊMICA:
TEXTOS E CONTEXTOS EM DEFESA DOS
DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS
ADOLESCENTES**

Valéria Severina Gomes

57

RESUMOS

**PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO
COMDICA-CARUARU**

Albiram Sousa Amaral Lima

67

**O CONSELHEIRO DE DIREITOS E AS
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇAS
E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE
CARUARU-PE**

Andréa Karla Tabosa Figueiredo

69

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DO CONSELHO
TUTELAR DE SERRATALHADA-PE**

Antônio Alves Pereira

71

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM CRIANÇA E
ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE
PAULISTA: ÍNDICES DOS CASOS
REGISTRADOS NO CONSELHO TUTELAR
– REGIONAL CENTRO – NO PERÍODO DE
2015 A 2016**

Antônio Tavares de Menezes Filho

73

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE CARUARU QUE
ATUAM COM ADOLESCENTES/JOVENS
EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA
SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE
ASSISTIDA**

Denilson Daniel da Silva

75

**A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO
CONTINUADA PARA A REDE DE
PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE**

Edleuzza Rodrigues Pena

77

**A CONVIVÊNCIA FAMILIAR:
UM DIREITO GARANTIDO ÀS CRIANÇAS
E ADOLESCENTES ACOLHIDOS
INSTITUCIONALMENTE?**

EdvanFernando Moraes Souto

79

**MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE
LIBERDADE ASSISTIDA NO MUNICÍPIO
DE CARUARU: DA CRIAÇÃO À
IMPLANTAÇÃO**

Elaine Carina Tenório Machado

81

**A ADOLESCÊNCIA E O USO ABUSIVO DE
ÁLCOOL: O PAPEL DO CONSELHO
TUTELAR NO MUNICÍPIO DE
CARUARU – PE NOS ANOS DE 2014 E 2015**

Elaine Cristiane de Carvalho Lima

83

**UM OLHAR SOBRE A POLÍTICA
INFANTO-JUVENILEM CARUARU- PE: UM
DIAGNÓSTICO**

Elyude Silva Dantas Queiroz

85

**VULNERABILIDADE DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA NEGROS DO OSSO:
POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS E
GARANTIAS**

Emanuelle Cristina da Silva Fernandes

87

**APLICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
À COMUNIDADE COMO MEDIDA
SOCIOEDUCATIVA EM IBIRAJUBA-PE
ENTRE 2010-2015**

Francisco Batista Marques

89

**ÍNDICES DE VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO
MUNICÍPIO DE GARANHUNS NO
PERÍODO DE 2014 A 2016**

Genoveva Alves de Brito

91

**NEGLIGÊNCIA FAMILIAR: CASOS
REGISTRADOS NO CONSELHO TUTELAR
NA RPA 3B NO ANO DE 2016**

Gilmara Felix de Moraes

93

**PERFIL DO ADOLESCENTE USUÁRIO OU
EX-USUÁRIO DE DROGAS EM
ACOMPANHAMENTO SOCIAL EM SÃO
CAETANO-PE, À LUZ DOS PROFISSIONAIS
DO SERVIÇO DE MEDIDA
SOCIOEDUCATIVA**

Jennifer Daiane da Silva Gama

95

**UM RELATO SOBRE O CONSELHO DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE
GARANHUNS**

José Mario de Araújo

97

**A CONCEPÇÃO DOS ALUNOS DO 9º ANO
DA REDE MUNICIPAL DE NAZARÉ DA
MATA/PE ACERCA DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Josildo José da Silva

99

**A POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS
ADOLESCENTES INTERNOS NO CASE DA
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE**

Julliana Gabrielly Nascimento Benvenuto de Souza

101

**CONSELHO TUTELAR DO MORENO:
LIMITES E POSSIBILIDADES DE
ATUAÇÃO**

Lilia Karolina Costa Lira de Lima

103

**EDUCAÇÃO E GÊNERO: UM DIÁLOGO EM
CONSTRUÇÃO EM INSTITUIÇÕES
PÚBLICAS**

Manoel Moretson da Costa Albino

105

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL:
DESAFIOS PARA EFETIVAÇÃO DOS
DIREITOS DAS CRIANÇAS
E ADOLESCENTES ACOLHIDOS NO
CENTRO DE ATENDIMENTO
A CRIANÇA – CEAC**

Maria Camila Dantas

107

**GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NO
MUNICÍPIO DE PARANATAMA (PE):
UMA EXPERIÊNCIA EXITOSA DO
PROGRAMA MÃE CORUJA**

Maria Celia Almeida de Lima

109

**FATORES MOTIVADORES DOS
CONFLITOS FAMILIARES ENVOLVENDO
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO
CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE DE BONITO – PE**

Maria de Lourdes da Silva

111

**TRABALHO INFANTIL: UMA REALIDADE
NA FEIRA LIVRE NO BAIRRO DA BOA
VISTA EM GARANHUNS**

Maria do Socorro Carvalho Lopes

113

**ADOLESCÊNCIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS:
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO NÚCLEO DE
CIDADANIA DE MENINAS E MENINOS
EM ARCOVERDE-PE**

Maria Edivane da Silva Gomes

115

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO
À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE SOB A
RESPONSABILIDADE DO CONSELHO
MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE**

Maria Isvânia de Araújo Nascimento Freitas

117

**O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO
MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO
ANTÃO- PE**

Maria José David dos Santos

119

**ATUAÇÃO DO CREAS NA DEFESA
E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO
MUNICÍPIO DE CANHOTINHO-PE**

Maria Marlene dos Santos Nascimento

121

**ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE
LIBERDADE ASSISTIDA E A PERCEPÇÃO A
RESPEITO DA ESCOLA**

Maria Patrícia da Silva

123

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL
ATRAVÉS DA REDE DE PROTEÇÃO E
SEUS PROCESSOS**

Maria Verônica Alves Barboza

125

**REGISTRO DE VIOLAÇÕES DE DIREITO
DE GARANHUNS E SUA CONTRIBUIÇÃO
NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA**

Michele Mandici Filbo

127

**ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES**

Patrícia Carla Moraes Silva

129

**GRÊMIO ESTUDANTIL: UM DIREITO À
EDUCAÇÃO CONQUISTADO**

**Estudo de caso numa Escola de Referência em
Ensino Médio do Agreste de Pernambuco**

Plínio Xavier de Figueirôa

131

**A INTERSETORIALIDADE DAS AÇÕES DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO SISTEMA
EDUCACIONAL BRASILEIRO NA
INCLUSÃO DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO
MUNICÍPIO DE ARCOVEDE/PE**

Raphaella Mayara de Oliveira Santana

133

**FEIRA DE LIVRE COMERCIALIZAÇÃO:
ESPAÇO DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO
INFANTIL EM SÃO CAETANO - PE**

Roberto Leal Cordeiro

135

**DROGAS LÍCITAS E ILÍCITAS
NA ADOLESCÊNCIA: UM OLHAR DO
CONSELHO TUTELAR DE
GARANHUNS – PE**

Samuel Vitorino da Silva

137

**A INVISIBILIDADE DOS ADOLESCENTES
EGRESSOS DO SISTEMA
SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO
NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM CARUARU**

Simone Bezerra da Silva

139

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
SITUAÇÃO “DE” E “NA” RUA,
NO MUNICÍPIO DE CARUARU
ATENDIDOS PELO COMVIVA:
FATORES QUE CONDICIONAM ESTA
VIVÊNCIA**

Sineide Tórreres Rodrigues de Lima

141

**NEGLIGÊNCIA INFANTIL: UM RETRATO
DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO
CONSELHO TUTELAR DE CARUARU-PE
NO BIÊNIO 2014/2015**

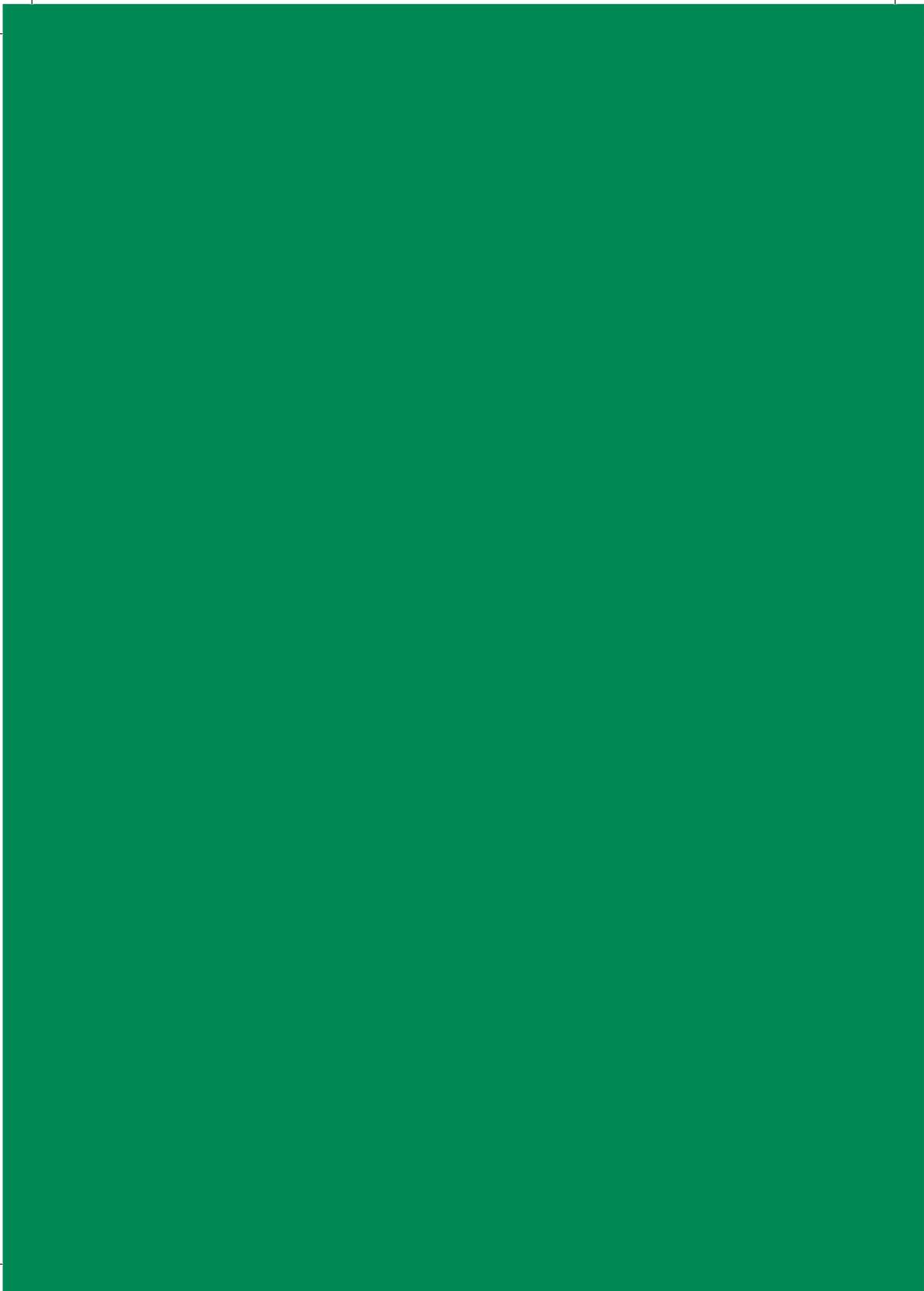
Walklébia Karla Limeira Alves

143

**CONTRADIÇÕES NA ATRIBUIÇÃO DOS
CONSELHOS E CONSELHEIROS
TUTELARES: CASOS DE INFORTÚNIO,
AMEAÇAS E AGRESSÕES**

Washington Silva Vieira

145



APRESENTAÇÃO

Eduardo Figueiredo
Presidente
CEDCA/PE

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco (CEDCA/PE) tem a honra de promover a segunda edição do Curso de Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente, promovido pela Escola de Conselhos de Pernambuco. Esta ação vem reforçar a parceria do CEDCA/PE com a Universidade Federal Rural de Pernambuco, que, desde 2008, vem se tornando estratégica para o fortalecimento da nossa Escola.

O CEDCA/PE vem se empenhando em promover a interiorização das ações da Escola de Conselhos e tem priorizado a qualificação dos conselheiros municipais dos direitos e conselheiros tutelares de Pernambuco. Desse modo, comemora-se a integralização da turma no Agreste pernambucano, tendo como sede o município de Caruaru.

Este livro, ao reunir o resultado das pesquisas realizadas no decorrer do Curso de Especialização, materializa a expectativa do

CEDCA/PE na consolidação da Escola de Conselhos de Pernambuco. Investir na formação continuada dos conselheiros e das conselheiras que atuam em nosso Estado é acreditar na efetivação do Sistema de Garantia dos Direitos. O CEDCA/PE acredita que este investimento é uma estratégia para a garantia dos direitos humanos e a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: ENTRE SABERES E PRÁTICAS

*Humberto Miranda
Mercês Cabral
Valéria Gomes*

Este livro é resultado do II Curso de Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente, promovido pela Escola de Conselhos de Pernambuco. A partir das pesquisas produzidas pelos estudantes, com a contribuição de seus respectivos orientadores e orientadoras, chegamos ao final do Curso com quarenta monografias defendidas. Esses trabalhos se desdobraram na efetiva relação entre as práticas e os saberes em torno dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

No processo de produção acadêmica, este Curso de Especialização apresentou-se como um espaço propício para (re)pensarmos nossas práticas em relação ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, possibilitando a troca de saberes efetivados no decorrer das aulas, durante as orientações e no processo de pesquisa.

Este percurso desdobrou-se na produção das monografias, que representam uma forte reflexão sobre como o Estatuto da Criança e do Adolescente vem sendo vivenciado nos diferentes

municípios pernambucanos. Cada monografia representa um olhar sobre a efetivação do Estatuto, e o conjunto delas representa um mosaico de visões sobre a luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente em Pernambuco.

Pensamos em reunir, através dos resumos, o conjunto das monografias, possibilitando ao leitor e à leitora um panorama do que foi produzido neste Curso de Especialização. A coletânea ainda conta com artigos dos professores e professoras que trazem o relato de suas vivências construídas em sala de aula, através de disciplinas ofertadas no decorrer do Curso. Os resumos e os artigos trazem o registro de diferentes formas de viver este processo de formação continuada, fortemente marcado pela troca de saberes e de práticas.

Vale destacar que tais trocas de saberes e práticas possibilitaram um efetivo aprendizado da equipe gestora do Curso, dos professores e dos orientadores. Como afirma Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, "não há docência sem discência". Dessa forma, é fundamental afirmar que os relatos de experiência e as leituras acumuladas dos estudantes (conselheiros municipais dos direitos, tutelares e agentes públicos que atuam no Sistema de Garantia de Direitos) ampliaram os horizontes de análise na sala de

aula e na produção das monografias, proporcionando o aprendizado para todos.

Ainda destacamos que, na construção desta proposta, procuramos desafiar a perspectiva tecnicista de ensino, acreditando na educação como uma “prática de liberdade”. Os educadores e educadoras que participaram desse processo partiram da “pedagogia da autonomia”, buscando abolir a “memorização mecânica do ensino dos conteúdos”, que, por sua vez, “tolhe a liberdade do educando, a sua capacidade de aventurar-se” (FREIRE, 1996 p.63).

Desse modo, a expectativa de promover a “autonomia de ser e de saber do educando” permeou todas as ações do Curso. Acreditamos seguramente que, a partir de nossas vivências - dentro e fora da sala de aula - passamos a perceber que a luta em defesa dos direitos humanos da criança e do adolescente se manifesta no entendimento de que todo tipo de preconceito e discriminação de gênero, raça ou etnia, religião ou partido político deve ser abolido. Afinal, se os saberes mudam, as práticas também precisam ser modificadas.

Acreditamos que a educação é um direito humano. Como afirma Carlos Roberto Jamil Cury, “a magnitude da educação é assim reconhecida por envolver todas as dimensões do ser

humano” (CURY, 2002, p. 10). Desse modo, a efetividade dos processos educativos é fundamental para se garantir os direitos políticos, sociais, civis, econômicos, entre outros.

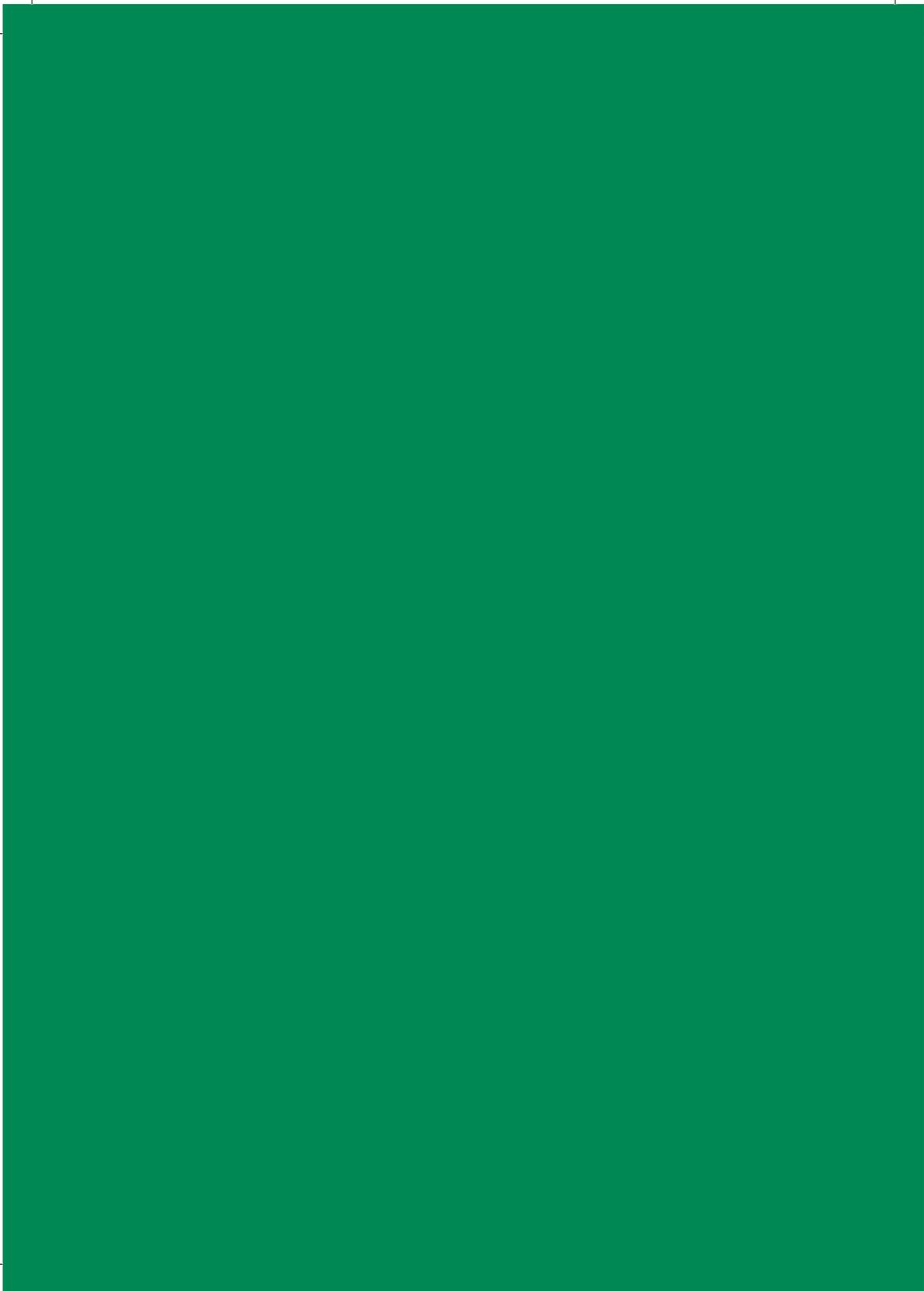
Agradecemos ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco pelo apoio na realização desta segunda turma. Reforçamos nossos laços de admiração ao Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caruaru, que acolheu nossa proposta. Destacamos o compromisso de todos e de todas os/as profissionais da educação envolvidos/as nesse processo.

Este livro materializa o sonho de ampliar os horizontes de atuação da pós-graduação oferecida pela Escola de Conselhos de Pernambuco. Interiorizar a nossa Especialização é democratizar a produção do conhecimento comprometido com a transformação social. Desse modo, agradecemos a todas e a todos os estudantes que marcaram esta segunda turma, que ao longo desse processo falaram “com a força do testemunho” e que, no processo de troca de saberes e práticas, fortaleceram a luta em defesa dos direitos humanos de nossas crianças e de nossos adolescentes.

Referências

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à Educação:** direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, N. 116, p. 245-262, julho/2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



ESPECIALISTAS

Silvino Neto

A Escola de Conselhos de Pernambuco caracteriza-se pelos constantes desafios que supera a cada ano de existência. Assim foram os primeiros sete anos, com cursos de extensão, trabalhando na formação de Conselheiros/as de Direitos e Tutelares de todos os municípios de Pernambuco. Quando decidiu pelo primeiro Curso de Especialização, a Escola de Conselhos assumiu outro grande desafio. Um curso *Lato Sensu*, para componentes do Sistema de Garantia de Direitos, com mais de 300 horas/aulas, que se tornava outro grande desafio.

Começava uma grande e nova fase da parceria UFRPE(Escola de Conselhos)/Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Como seria a participação dos alunos e das alunas da primeira turma? Afinal, muitos voltariam para a sala de aula muito tempo depois. As dificuldades provocariam evasões?

Como seria o deslocamento para o segundo curso em Caruaru? Afinal, as despesas seriam enormes para quem morava mais distante e passaria dois dias por semana fora de casa.

Mas, a Escola de Conselho e seus alunos parceiros, mais uma vez, superaram todos os obstáculos e entregam ao Sistema de Garantia de Direitos do Estado de Pernambuco mais de oitenta especialistas na área.

Hoje, não temos dúvidas em afirmar que o Curso de Especialização oferecido pela Escola de Conselhos proporcionou uma grande simbiose entre alunos e professores, entre a Universidade e o CEDCA-PE. Symbiose porque pessoas diferentes tornaram-se um grupo.

O grande encontro de pessoas do Sertão, Agreste, Mata e Região Metropolitana; civis e militares; Conselheiros de Direitos e Tutelares oriundos de governos e da sociedade civil.

Orgulhem-se!

Somos especialistas!

Em defesa da vida.

São avanços típicos de Pernambuco.

Afinal, para quem desconhece, um ano antes da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Constituição Estadual de 1989, já garantia no seu artigo Art. 224.

A lei criará Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão normativo, deliberativo, controlador e fiscalizador da política de atendimento à infância e à juventude, a ser presidido por membro eleito dentre os representantes desse Conselho, ao qual incumbe a coordenação da política estadual de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Coisas de Pernambuco.

Avante, Escola de Conselhos, CEDCA-PE, UFRPE, Conselhos Municipais de Direitos e Tutelares.

Avante, crianças e adolescentes de Pernambuco.

ARTIGOS

**TECITURAS DE CONHECIMENTOS:
RELATO DE EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA DA
DISCIPLINA SEMINÁRIOS DO SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE**

*José Almir do Nascimento**

Resumo: O presente texto é um relato de experiência da disciplina “Seminários do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente”, ofertada à segunda turma de Especialização em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (Escola de Conselhos de Pernambuco/UFRPE), realizada entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017. Trata-se de uma breve descrição das ações que enriqueceram teórico-metodologicamente todos os participantes, no sentido de qualificar a atuação científico-militante dos operadores desse Sistema. Apontamos primeiramente os princípios que regeram a apresentação dos conteúdos durante a disciplina, depois focalizamos no processo pedagógico, para, enfim, considerar as avaliações e contribuições no cotidiano discente.

1. Introdução

As questões inerentes à produção do conhecimento dos Agentes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do

*Doutorando em Educação pela UFPE. Coordenador Pedagógico da Escola de Conselhos de Pernambuco e desenvolve pesquisa sobre Qualidade da Educação com foco na Proteção Integral dos Direitos Infante-adolescente.

Adolescente pretende ser o objeto desse relato de experiência, implicadas de anseios e perspectiva intrínsecos à própria prática docente.

Quarenta profissionais operadores do Estatuto da Criança e do Adolescente, num esforço ora individual, ora conjunto, desenvolveram projetos de pesquisa que visavam traçar discursos inéditos sobre as realidades das Infâncias em Pernambuco e, de algum modo, exercerem influência sobre elas.

Neste sentido, os problemas de pesquisa tomados como empreitadas para construção do conhecimento dos especializandos não foram travados apenas como uma busca de conhecimento, mas igualmente como uma atitude política, dialética e um chamamento para a *conversão à militância da causa da criança e do adolescente*. Por assim dizer, o entendimento do(s) objeto(s) de estudo engendra uma prática social (FAIRCLOUGH, 2001).

De fato, a pesquisa não é ato isolado, intermitente, mas atitude processual de investigação diante do desconhecido e dos limites que a sociedade impõe. É, por este percurso, também, um exercício de militância, que faz parte de toda prática, “para não ser ativista e fanática. Faz parte do processo de informação, como instrumento essencial para a emancipação” (DEMO, 1996, p. 16).

2. O *séquito sapiencial* experienciado

O curso de Especialização em Direitos Humanos da Criança e do Adolescente incorporou, na sua proposta pedagógica, indicativos metodológicos que atendessem a demanda de uma ação-reflexão global das realidades infantis, ou pelo menos daquelas expressões que fossem permitidas transcorrer conforme as impressões e expressões dos estudantes, por meio de uma perspectiva holística e transdisciplinar.

Neste sentido, os eixos temáticos da estrutura curricular foram percorridos de modo a inter-relacionar o que era transmitido ao que era co-construído, de tal modo a gerar uma prática interdisciplinar que desenvolvesse um processo aprendente transformador. Por este viés, a tomada de base para a disciplina *Seminários do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD)*, por mim ministrada e sendo o último módulo do curso, aproveitou-se da imersão dos estudantes nos aprendizados já construídos, alinhavando as questões e os embates para a construção do relatório do Trabalho de Conclusão de Curso.

Tendo em vista o produto final da disciplina, a matéria tinha como ementa *a abordagem de requisitos técnicos, lógicos e formais como instrumental para compreensão da relação entre o problema de pesquisa e o processo científico resultando na construção do projeto de pesquisa.*

Com relação às questões do plano de ensino, foram elaboradas a partir de um tripé teórico-metodológico que convergissem eticamente para apreciação e intervenção sobre os projetos de pesquisa, permitindo que sua exposição aos pares influísse na qualificação global destes projetos.

Quadro 1. Proposta de trabalho da disciplina Seminários do SGD

Construção teórica	Construção reflexiva	Construção prática
A atitude científica: fontes de informação disponíveis, ética e pesquisa; o Sistema de Garantia dos Direitos; as pesquisas e o diálogo com o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Apresentação oral de trajetórias de pesquisas de professores convidados.	Apresentação do projeto de pesquisa dos especializando

A mediação docente permitiu a organização e a análise das leituras propostas, além de traçado expositivo no que diz respeito aos fundamentos teóricos do Sistema de Garantia dos Direitos, fazendo pontuações nas questões que merecessem mais aprofundamento das discussões trazidas pelos estudantes. Além de

o conteúdo da bibliografia indicada na disciplina ter sido voltado para questões reflexivas e críticas, com vieses na interdisciplinaridade e multirreferencialidade, havíamos considerado a realização de um relato de experiência.

Por este viés, a condução da apresentação da pesquisa sobre a militância LGBT em Caruaru, pelo professor Rafael Viera, possibilitou ampla troca de informações sobre os caminhos enveredados pelo pesquisador e sobre reflexões do fazer pesquisa.

Por fim, a apresentação dos projetos de pesquisa, com proposição de um sumário hipotético permitiu fazer um inventário de todas as intencionalidades de produção. Nesta etapa, foi possibilitado que todos os alunos apresentassem seus projetos e oportunizassem a aferição crítica por meio de análise do professor e de colegas. Nota-se que a superação da lógica que predomina na Educação formal, em que o educador é o sujeito que narra os conteúdos, e o aluno como o objeto que escuta pacientemente (FREIRE, 2011), mediou a decisão de colegializar a responsabilidade na produção do conteúdo a ser abordado em sala de aula.

Nesta última etapa, o professor Humberto Miranda (UFRPE) e o professor Evanilson Sá (CEDCA), para além dos procedimentos de monitoramento que realizavam na execução das

aulas, oportunamente foram convidados à intervenção pedagógica frente às apresentações orais dos projetos.

Esta *simulação* de uma banca de qualificação permitiu que os trabalhos ganhassem em qualidade e criatividade, com uma estruturação mais precisa e claramente assimilando as estruturas, técnicas e linguagens acadêmicas.

3. Avaliando a caminhada

Ao final da disciplina, a percepção sobre a segunda turma de especializando em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes foi de que os sujeitos educandos alinhavaram as contribuições dos vários módulos, tanto na apropriação de conteúdos fundamentais para compreender Direitos Humanos quanto nas perspectivas teóricas levantadas em seus objetos de estudo.

Então, ao escreverem a Revisão da Literatura – trabalho obrigatório para conclusão da disciplina, pude observar a incorporação dos conteúdos experimentados nas práticas e nas leituras obrigatórias, compondo um documento eminentemente acadêmico.

Outrossim, as análises das realidades e o conflito de interpor soluções práticas para os problemas de pesquisa – presentes nos anseios destes estudantes, desde o processo de entrada – foram cedendo lugar às críticas mais contundentes numa reflexão mais acadêmica, sem deixar de observar que:

O conhecimento não se traduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam suas ações (CHIZZOTTI, 2006, p. 79).

Ou seja, a prática científica não impõe ao pesquisador uma anulação de sua identificação política. No entanto, sua intervenção não pode gerar uma falsa consciência de alteração dos dados empíricos de uma dada realidade.

4. Considerações sobre o processo

O ato e o fato de promover a co-responsabilização dos estudantes para a construção do conhecimento permitiram reflexões e simulações teóricas de aprimoramento da atuação desses Agentes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob o signo de critérios de análise cientificamente válidos.

Neste sentido, avançamos na ideia de que o nosso convite à militância não é uma experiência isenta da autorreflexão. Nesta tarefa, boa vontade apenas não basta! É necessário formar bons defensores de Direitos Humanos e prepará-los para enfrentar os desafios metodológicos, (pré)conceituais e teóricos – tão subestimados, quanto essenciais nesta empreitada!

5. Referências

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2006.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 1996.

FARINELLI, Carmen Cecília; PIERINI, Alexandre José. O Sistema de Garantia de Direitos e a Proteção Integral à criança e ao adolescente: uma revisão bibliográfica. **O Social em Questão** - Ano XIX - nº 35 – 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

A ESCOLA ABSTRATA E OS TRAÇOS IDENTITÁRIOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Hugo Monteiro Ferreira

Resumo: A escola abstrata e os traços identitários de crianças e adolescentes é a temática central deste texto resultante da disciplina *Infância, Educação e Direitos Humanos*. A reflexão que apresentamos aqui traz à tona a importância de se pensar e sentir a criança e o adolescente sob a regência de uma lógica contextual, dialógica, reflexiva e promotora de inclusão, ou seja, uma lógica que refuta as premissas da lógica abstrata, uma lógica que, se utilizada no universo da proteção de crianças e adolescentes, tenderá a permitir que as infâncias sejam compreendidas de modo integral.

1. A escola e suas funções

Este texto foi escrito no âmbito da disciplina *Infância, Educação e Direitos Humanos*, componente curricular da Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente. A disciplina pretendeu trazer à tona uma discussão muito importante da formação de operadores/as do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, a inter-relação escola, infância

*Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades (UFRPE/FUNDAJ). Coordenador do GETIJ - Grupo de Estudos da Transdisciplinaridade, da Infância e da Juventude. Membro da Cátedra UNESCO de Leitura. Membro do NEFOPP - Núcleo de Estudos da Formação Docente e da Prática Pedagógica.

e direitos. Esta inter-relação aqui neste texto se evidencia na medida em que se problematiza uma questão central: crianças e adolescentes precisam ser ouvidos, escutados, precisam ter, antes de tudo, o direito a “fala”.

A escola é uma instituição muito importante para as sociedades na medida em que as sociedades se projetam sob a lógica de formar pessoas escolarizadas, ou seja, pessoas que aprendem assuntos organizados e sistematizados, fundamentados e previamente definidos, calculados e entendidos como resultados de investigações e pesquisas científicas. Em seu livro *A formação social da mente* (VYGOTSKY, 2014), o teórico russo Lev Vygotsky explica que cabe ao ensino escolar uma espécie de construção do saber que somente nessa instituição se dará, visto o caráter epistêmico e metodológico dessa instituição.

De algum modo, assinala Michel Young (YOUNG, 2007), a escola possui um grau de importância fulcral para o chamado desenvolvimento individual e coletivo em sociedades ordenadas sob a lógica dos princípios e pressupostos que sustentaram e sustentam modelos societários imbuídos do desejo do progresso, do avanço, do crescimento e da mudança. Em seu artigo “Para que servem as escolas?”, Young defende a tese de que às escolas coube o papel de possibilitar ao sujeito escolarizado uma espécie de

conhecimento poderoso, isto é, aquele que possibilita o acesso a um universo de assuntos e informações essenciais à vida moderna.

Se analisarmos as singularidades da escola, tendo como parâmetro cronológico os séculos XVIII e XIX, concluiremos que o projeto societário que imperou no Ocidente propôs (ou impôs) a escola como um organismo social responsável pela formação de crianças e adolescentes no que diz respeito à construção de conhecimentos necessários à consolidação da vida burguesa. Desse modo, é possível afirmarmos que, durante os séculos citados, a escola foi (re)organizada para cumprir funções que ajudassem na manutenção dos ideários capitalistas, ajudando as famílias na formação intelectual de seus filhos e de suas filhas.

Nesse sentido, as crianças foram matriculadas na escola para que aprendessem as regras e as normas que lhes determinariam o futuro ou o trajeto previsto para suas vidas. É, no dizer de Ferreira (FERREIRA, 2015), “uma escola prescrita”. A prescrição escolar ou a escola instituída para o futuro torna a ambiência escolar uma cronotopia abstrata, isto é, uma mera abstração, indiferente às experiências reais que se dão em seu universo. “É uma escola que não se preocupa com a realidade contextual das crianças, uma vez que não reconhece as infâncias

que ali estão, mas se baseia num modelo de infância elaborado sem qualquer relação com a realidade viva” (FERREIRA, 2015).

De acordo com Willam Doll Jr. (2014), não havia na chamada escola burguesa, cuidado com a vida “verdadeira” das crianças, porém uma simulação de vida cujo objetivo era fazer com que meninos e meninas aprendessem e se adequassem ao modelo que lhes era ensinado e, dessa maneira, entendessem os mecanismos de funcionamento das sociedades industriais que lhes eram apresentados pelos adultos. “Uma escola irreal”, afirma Freire (FREIRE, 2010), quer dizer uma instituição abstraída, não relacionada com a experiência contextual dos alunos e das alunas. Nesse modelo escolar, a criança é tão-somente um projeto de adulto, ainda não confirmado como “necessário”.

2. A escola e a lógica abstrata

A lógica da abstração (MAFFESOLI, 2013) regeu as principais iniciativas do projeto moderno para a formação de crianças e adolescentes. Segundo essa lógica, a realidade não é senão uma composição matemática, regulada por equações previamente definidas, portanto, alheia a qualquer manifestação identitária que não se assemelhe ao apresentado como referência.

A abstração é, na verdade, uma representação de algo, de alguma coisa ou de alguém, instituído de modo prescritivo, por isso indiferente ao que se dá no cotidiano, ao que se dá nas relações humanas, na condição humana, tanto em termos individuais quanto em termos coletivos.

A escola da abstração não reconhece a dinâmica da existência humana, logo ignora a experiência como elemento essencial aos processos de aprender e ensinar, elegendo um modelo pedagógico descontextual e não-relacional com a vida cotidiana das crianças e dos adolescentes. Em outras palavras, a escola da abstração não se importa com a diversidade e a pluralidade de experiências que ocorrem na sua ambiência, uma vez que estabelece prescritivamente os parâmetros que pautarão o futuro de quem ali se encontra e vira as costas ao presente, ao *carpe diem*, ou seja, não escuta, não ouve e não pretende ver o que diante de seus olhos emerge.

É evidente que, negando a pluralidade identitária que se apresenta no dia-a-dia, a instituição escolar tende a aviltar, no lugar de defender, os direitos humanos das crianças e dos adolescentes, uma vez que não se preocupa com as idiossincrasias e com as diferenças que existem sob a regência dos bancos escolares. Talvez seja esse um dos principais, senão o principal problema,

enfrentado pelas crianças e pelos adolescentes quando experimentam a escolarização: a indiferença com que são tratados em relação às suas singularidades e aos seus traços identitários, em relação ao que pensam e ao que sentem.

Acreditamos que se a escola, no lugar de projetar um modelo abstrato de aluno e de aluna, procurar trabalhar com os alunos e as alunas reais que estão matriculados e matriculadas, muito provavelmente, a escola compreenderá que a pluralidade identitária é um fenômeno que necessita sobremaneira ser considerado na feitura do projeto pedagógico e político da escola, evitando a eleição de parâmetros prescritivos com os quais as crianças e os adolescentes precisam se encaixar, negando o que elas/eles/elas pensam e sentem e sentem e pensam, aviltando-lhes direitos constitutivos à condição humana em suas mais variadas singularidades e complexidades.

3. Referências

FERREIRA, Hugo Monteiro. **Prática Pedagógica com Crianças: Abordagem Disciplinar versus Abordagem Transdisciplinar.** Relatório PICIB-PIC, UFRPE/CNPq, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2010.

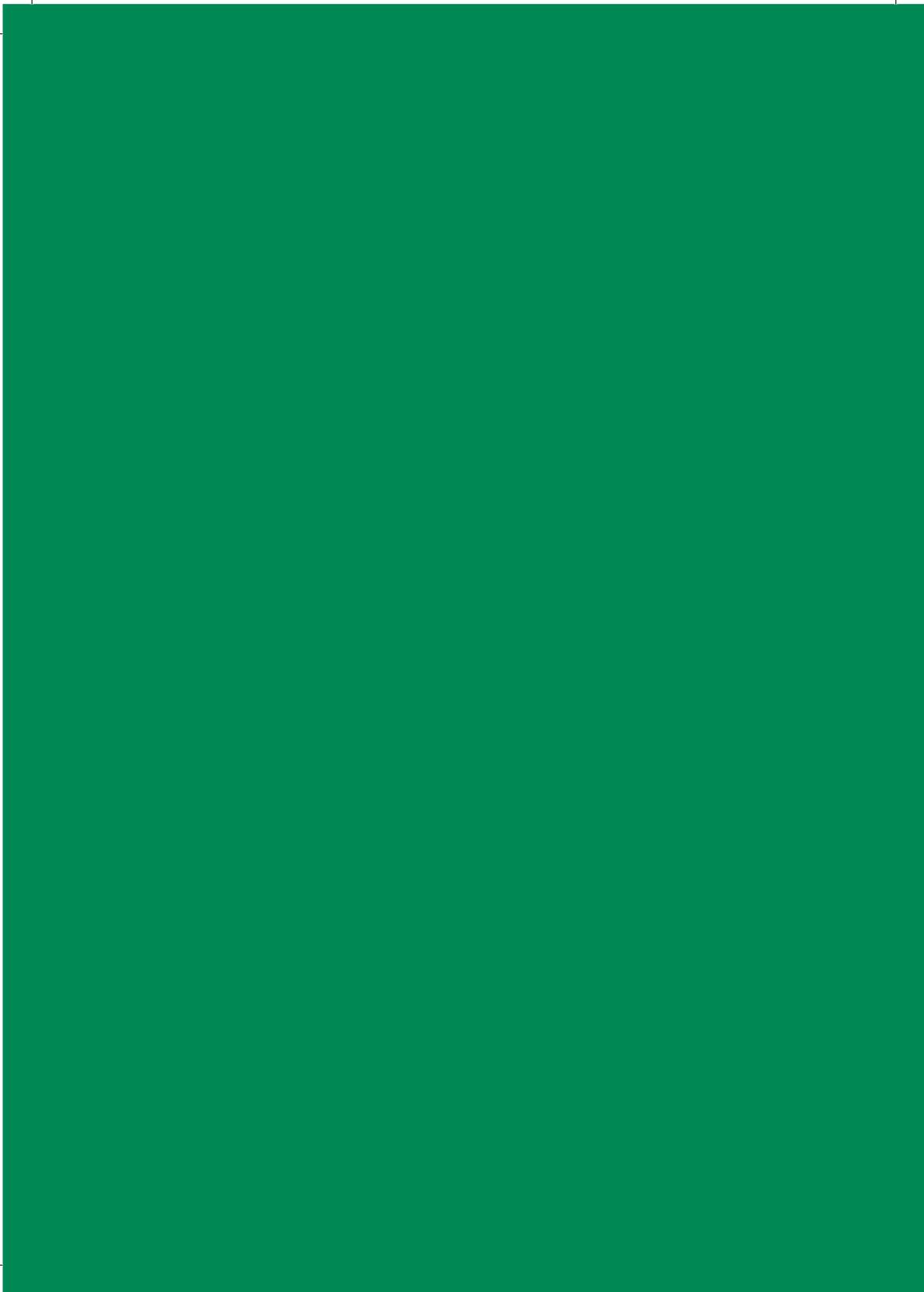
MAFFESOLI, Michel. **Elogio da Razão Sensível.** Rio de Janeiro, Vozes, 2013.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo, Cortez, 2016.

WILLAM DOLL Jr. **Currículo Uma Perspectiva Pós-Moderna.** Porto Alegre, ArtMed, 2014.

VYGOTSKY, Lev. **A formação Social da Mente.** Rio de Janeiro, Martins Fontes, 2014.

YOUNG, Michel. “Para que servem as escolas”. In: **Educação e Sociedade.** Vol. 28. N. 101. Campinas. Set/Dec, 2007.



A TEMÁTICA DA HISTÓRIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DENTRO E FORA DA SALA DE AULA: DESAFIOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS CONSELHEIROS DOS DIREITOS E TUTELARES

*Humberto Miranda**
*Vera Braga***

Resumo: O Curso de Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente, promovido pela Escola de Conselhos de Pernambuco, é um espaço estratégico para se trabalhar a temática da História da Criança e do Adolescente. Estratégico pelo objetivo de promover a formação dos conselheiros dos direitos e tutelares, agentes públicos que devem ter acesso ao conhecimento histórico; e por propiciar, no bojo das discussões realizadas na sala de aula, o debate sobre as permanências e as mudanças na história dos direitos humanos no Brasil.

1. Introdução

É de fundamental importância que o conhecimento historiográfico produzido pelas universidades e centros de

* Historiador. Professor do Departamento de Educação-UFRPE. Programa de Pós-Graduação em História-UFRPE. Coordenador da Escola de Conselhos de Pernambuco/Laboratório de História das Infâncias do Nordeste.

** Historiadora. Secretária da Educação do Estado de Pernambuco Gerente de Políticas Educacionais de Educação Inclusiva, Direitos Humanos e Cidadania. Professora da Escola de Conselhos e pesquisadora do Laboratório de História das Infâncias do Nordeste.

pesquisa seja socializado entre os conselheiros dos direitos da criança e do adolescente e conselheiros tutelares. Através das aulas de História, esses agentes podem ter acesso ao debate sobre a dimensão histórica das violações de direitos humanos, haja vista os objetivos do saber histórico acadêmico de proporcionar o debate acerca dos problemas do presente à luz do passado.

Nos dias de hoje, o ensino de História tem se comprometido em questionar perspectivas mais positivistas da História, procurando despertar a consciência crítica dos estudantes. Nesse contexto, a Educação em Direitos Humanos passa a fazer parte dos conteúdos, de forma disciplinar ou transversal. De acordo com Cynthia Araújo:

A relação entre o ensino de história e os direitos humanos passa pelo empoderamento, pela formação de uma memória histórica que combata a cultura da impunidade e proporcione o reconhecimento das diferenças, pela formação de sujeitos autônomos conscientes de seus direitos e deveres, e capaz de agir no coletivo buscando o bem comum. (ARAÚJO, 2013, p. 72)

Neste contexto, a matriz curricular do Curso de Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente contempla de forma disciplinar a *História da Infância no Brasil*, tendo

como referência epistemológica os direitos humanos. De acordo com sua ementa, o componente curricular procura “demarcar o debate historiográfico e seus temas, bem como a virada recente das pesquisas para as relações de gênero e cultura, rompendo as fronteiras até então estabelecidas com as múltiplas formas de constituição da família”, possibilitando professores e estudantes adentrar no campo da História para problematizar o universo da infância no Brasil, com foco em Pernambuco.

Nessa perspectiva, a Educação em Direitos Humanos, que transversaliza todo o conteúdo da disciplina *História da Infância no Brasil*, traz como fundamento “uma socialização cultural [voltada para a história da criança e do adolescente] regulada pela ética, por valores centrados na dignidade de todo o ser humano” (SILVEIRA, 2014, p.77).

2. A História das infâncias dentro e fora da sala de aula

As aulas de História da Criança e do Adolescente também nos possibilitaram perceber as mudanças e permanências na sociedade brasileira, com destaque para Pernambuco, no que se refere às vivências das crianças e adolescentes e às garantias ou violações dos seus direitos, a partir dos relatos de experiências

trazidas pelos conselheiros dos direitos e tutelares. Os relatos de experiência e as leituras de mundo desses agentes sociais sinalizam como, nos dias atuais, são marcadas por práticas sociais e culturais marcadas por concepções de infância construídas em tempos passados.

Não há como desprezar os relatos das vivências construídas pelos conselheiros nas suas trajetórias de vida, uma vez que trazem consigo uma consciência crítica das práticas assistencialistas construídas no Brasil. Nas aulas promovidas pelo Curso de Especialização, as produções acadêmicas se encontram com outras formas de saberes, tornando as aulas de História ainda mais ricas do ponto de vista do debate e da reflexão.

A partir do Curso de Especialização, é possível questionar a memória sacralizada do assistencialismo e promover o debate acerca dos problemas sociais do presente que foram construídos ao longo do processo histórico. A exploração sexual, o trabalho infantil, as diferentes formas de abandono de crianças e adolescentes têm história. É necessário conhecê-la para que possamos questionar as práticas assistencialistas e construir outra História das infâncias no Brasil.

Nessa direção, é importante também ressaltarmos que as aulas da disciplina *História da Infância no Brasil* possibilitaram a

reflexão sobre a construção do arcabouço teórico e de prática social sobre os cotidianos das diversas crianças e adolescências na sociedade brasileira no que se referem à escolarização desse público infanto-juvenil, suas formações familiares, formas de sociabilidades, lazer, saúde, cultura, situação socioeconômica, violações e garantias de direitos. Apontando para os resultados dos debates construídos em sala de aula, destaca-se o papel da Rede de Proteção nas ações articuladas entre os diversos agentes sociais, visando garantir os direitos das crianças e adolescentes e a crítica às políticas públicas que pensam que a “criança é futuro da nação”.

3. Considerações Finais

A historiografia da infância e adolescência no Brasil, comprometida com a emancipação humana e com a luta em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, deve ser socializada dentro e fora da sala de aula, para que sejam (re)pensadas as relações sociais e políticas, a ideia tradicional de justiça e de direitos humanos e até as concepções de infâncias construídas pelo mundo adulto. A temática proposta na disciplina foi abordada, visando subsidiar e também fornecer proposições reflexivas sobre uma prática mais adequada na direção das garantias dos direitos das crianças e adolescentes em nossa sociedade.

4. Referências

ARAÚJO, Cinthia Monteiro de. Alianças entre o PNEDH e o ensino de história: concepções docentes sobre as relações entre educação e direitos humanos. **Educação** Porto Alegre: v. 36, n. 1, p. 67-73, jan./abr. 2013.

PERNAMBUCO. **Estatuto da Criança e do Adolescente**/Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente- CEDCA/PE. Organização de textos João Candido Melo Sobrinho, Silvino Neto, Nivaldo Pereira; apresentação Lourdes Viana Vinokur; introdução Eduardo Gomes de Figueiredo. Recife: CEDCA, 2017.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Educação em Direitos Humanos e Currículo In FLORES, Chaves Elio; FERREIRA, Guerra Lúcia de Fátima; MELO, Vilma de Lurdes Barbosa(Orgs). **Educação em Direitos Humanos e Educação para os Direitos Humanos**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

CONHECENDO PARA PROTEGER: A FAMÍLIA EM UMA SOCIEDADE DESIGUAL

*Raquel de Aragão Uchoa Fernandes
Michelle Cristina Rufino Maciel*

*"A criança não é propriedade nem da família, nem da escola
e nem do Estado. E, quando nasce, tem direito à felicidade"*
(Mario Lodi, educador Italiano, 1970)

Resumo: A família enquanto instituição social está sujeita às relações de poder sob diferentes aspectos. De um lado, o cotidiano se estabelece a partir de relações desiguais, constitutivas da sociedade, entre classes, raça, gêneros, gerações e papéis sociais; de outro, a forma de se "pensar" sobre a família, de elaborá-la enquanto conceito, também está sujeita a essas relações assimétricas de poder. Este artigo se volta para a experiência vivenciada na formação de Conselheiros/as Tutelares e de Direitos no Módulo Família, Infância e Comunidade. Apresentaremos, sob a forma de texto, o percurso formativo que vivenciamos com esses sujeitos durante o II Curso de Especialização em Direitos da Criança e Adolescentes. A proposta "conhecendo para proteger" volta-se para a perspectiva de que aspectos relativos à desigualdade precisam ser incorporados ao modo cotidiano de compreender as relações familiares.

* Economista Doméstico, Doutora em Ciências Sociais - UERJ, Professora do Departamento de Ciências Domésticas - DCD/UFRPE.

** Economista Doméstico, Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Professora do Departamento de Ciências Domésticas - DCD/UFRPE.

1.Família e desigualdade: texto e contexto

Ao iniciamos um debate sobre as questões que envolvem o bem-estar de crianças e adolescentes na sociedade contemporânea, não se pode perder de vista a premissa constitucional sobre a corresponsabilidade do Estado, da Família e da Sociedade, a fim de que assegurem a proteção integral de crianças e adolescentes, sobretudo, quando se menciona o artigo 227 da Constituição Federal de 1988¹.

Por parte da família, o que pesa é principalmente o cotidiano marcado pela violência física, institucional e simbólica, que existe enquanto expressões da desigualdade constitutiva da sociedade brasileira. Nesse sentido, nota-se a necessidade de atuar cada vez mais na perspectiva de alargamento da cidadania das crianças, dos adolescentes, de suas famílias e de seus territórios, para que tenham capacidade de se posicionar frente às mais variadas opressões.

Essa necessidade sentida torna-se desafiadora, sobretudo ao se reportar às marcas históricas das expressões de exclusão, ou

¹ [...] É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

mesmo de não acesso a direitos fundamentais para a proteção e o cuidado de crianças e adolescentes.

Pode-se, então, atrelar esse cenário a um processo de formação da sociedade brasileira, em que, ao longo dos anos, sempre esteve associado à lógica desenvolvimentista, sendo esta orientada ao atendimento dos interesses do capital. Este é o argumento defendido por Cardoso (2010), ao afirmar que “na ordem capitalista, a desigualdade [...] é a condição mesma de existência e funcionamento das estruturas sociais de produção, distribuição e consumo”.

Para Brum (1999), o Brasil é marcado pelas estruturas herdadas de seu passado colonial, das quais destaca a dependência econômica, cultural e o longo período de escravidão. O autor também argumenta que: “o atraso e a nossa dependência nos dias atuais, não são fruto de uma herança invencível, mas o resultado de uma contínua inculcação ideológica de dominadores para mais fácil exercerem a dominação em proveito próprio”.

Nesse sentido, o referido autor salienta que todas essas particularidades negativas, vivenciadas pela sociedade brasileira, até os dias atuais, também resultam de prolongadas condições existenciais precárias, subumanas, a que foi submetida a grande maioria da população. Efetivamente, nossa desigualdade nunca foi

uma questão de raça, ou de cor, ou de clima; mas sim de um projeto de poder, com impactos na educação, na cultura e, em decorrência, nas condições existenciais humanas (BRUM, 1999).

O resultado desse cenário é o que alguns teóricos apontam como exclusão social. Sobre este contexto, Robert Castel (2011) apresenta outra perspectiva. Para o autor, a *exclusão* vem se impondo contemporaneamente como um conceito de amplo espectro, capaz de “dar nome” a todas as formas de miséria do mundo, entre elas, as que se vinculam diretamente às violações de direitos de crianças e adolescentes.

Castel (2011) aponta que a exclusão deve ser substituída, em cada caso, “por uma noção mais apropriada para nomear e analisar os riscos e fraturas sociais atuais”. Pois, há uma multiplicação de *déficits de integração* que são vivenciados pela população com relação ao trabalho, à moradia, à educação, à cultura, ao lazer, ao cuidado, etc.

As famílias em específico, sobretudo as de contextos subalternos,² materializam-se como reflexo dessa realidade

² O uso do termo "subalterno" refere-se à associação feita por Gramsci, em Cadernos do Cárcere, entre o conceito de classes sociais e aquele de grupos subalternos, que vivencia de forma variada as mais diversas expressões da desigualdade social, de forma essencialmente vinculada ao alijamento de poder.

descrita. Esse aspecto deve-se às situações de risco social e vulnerabilidades que ultrapassam aquele indivíduo em particular e envolvem sua família, as gerações passadas e sua vizinhança.

Ainda que o risco social, num primeiro momento, possa ser explicado, por razões recentes, como uma situação de desemprego, de falta de recursos para arcar com um aluguel, de aquisição e compra de bens de consumo doméstico, este é um processo com raízes profundas, geradas por contextos sociais, históricos e culturalmente configurados. Esse risco necessita de um Estado e de uma sociedade que arquem com sua responsabilidade para que a família possa cumprir a dela.

Para Cynthia Sarti (2004), a família atua como um filtro por onde passam as experiências com o outro, que são aprendidas e ordenadas, para que se comece a ver e a significar o mundo a partir dos diferentes lugares (SARTI, 2004). A garantia dos direitos passa pela consolidação de uma sociedade que repense o ônus da desigualdade em sua história e que seja solidária e responsável pela construção de um outro mundo possível. Isso passa inicialmente por outro cotidiano de oportunidades mais igualitárias para a população.

Essas famílias, portanto, estão diante do desafio de enfrentar tudo, muitas vezes com um *déficit* de “proteção social,

carências materiais e financeiras, além de conviverem com graves conflitos relacionais” (GUIMARÃES & ALMEIDA, 2010). Todas essas dificuldades apontadas fazem parte de uma dinâmica cotidiana de violência urbana, que muitas vezes se entrelaça a do “narcotráfico e do crime organizado, compondo um quadro de acúmulo e potencialização da violência familiar”, principalmente para famílias de contextos subalternos. (GUIMARÃES & ALMEIDA, 2010).

Por parte do compromisso do Estado há enormes desafios que precisam ser devidamente mensurados para que seja efetivamente estabelecido o enfrentamento a estas questões, a citar: a conflituosa relação entre a atuação do Estado e sociedade e o necessário pacto que vise estabelecer o que deve ser de prestação exclusiva pelo Estado e o que pode ser realizado em parceria; a fragilidade institucional e os desafios da intersetorialidade; as metodologias de trabalho requeridas para trabalhar com temáticas que, muitas vezes, fogem à compreensão dos profissionais e agentes públicos e que versam sobre a consonância entre o trabalho com os indivíduos, as famílias e as diversas pautas no campo dos direitos humanos.

2. Conclusão

Conhecer as famílias é essencial para proteger as crianças e os adolescentes. Conhecer é ir além das superfícies, implica em se despir de considerações aligeiradas, de passeios de superfície. Implica em se dispor a mergulhar neste universo, em um encontro com a perspectiva da complexidade, do olhar atento, do respeito às trajetórias e aos protagonismos. À atuação neste universo é preciso bem mais do que conhecer teoricamente o significado do termo família, é preciso refletir sobre, significá-lo em sua existência cotidiana, para compreender por que e como se configuram territorialmente as necessidades e demandas por seguranças socioassistenciais de crianças e adolescentes, que precisam e devem integralmente ser protegidos pelo Estado, pela Família e pela Sociedade, para ser possível a realização de seu direito à felicidade.

3. Referências

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade salarial do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, MariangelaBelfiore; BÓGUS, Lúcia; YAZBECK, Maria Carmelita (Orgs). **Desigualdade e a questão social**. 3.ed. São Paulo: EDUC, 2011.

GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira, ALMEIDA, Silvana Cavichioli Gomes. Reflexões sobre o trabalho social com famílias. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller. (Orgs.). **Família, Redes, Laços e Políticas Públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SARTI, Chynthia. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

A PRODUÇÃO ESCRITA ACADÊMICA: TEXTOS E CONTEXTOS EM DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

Valéria Severina Gomes

Resumo: o presente artigo consiste no relato de experiência como ministrante da disciplina Metodologia da Pesquisa Científica no II Curso de Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente. A proposta pedagógica consistiu na produção escrita acadêmica e as interfaces entre o contexto acadêmico e os múltiplos contextos sociais que envolvem a experiência dos Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direito, articulando diferentes saberes do processo de letramento científico, crítico e reflexivo.

1. Introdução

O contexto acadêmico é uma das instâncias sociais de produção escrita que têm uma circulação por diferentes áreas de conhecimento, cujos textos seguem determinadas normas para que haja a aceitabilidade e a interlocução entre os leitores de áreas específicas de conhecimento e de leitores diversos. É uma instância comunicativa que não pode ficar apartada dos demais contextos sociais, uma vez que, de acordo com Lahire (2002, *apud*

*Professora do Departamento de Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Coordenadora Pedagógica do I e do II Curso de Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente e professora da disciplina Metodologia da Pesquisa Científica no referido curso.

FERNANDES, 2006, p. 84), “... o homem é ator plural [e um] produto da experiência-amiúde precoce de socialização em contextos sociais múltiplos e heterogêneos”. A experiência dos Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direito, como agentes públicos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, atuando nos diferentes contextos: jurídico, escolar, saúde, administrativo, doméstico, da militância nas ruas etc., enriqueceu sobremaneira a interface entre os saberes advindos desses diferentes contextos de atuação e os saberes construídos no ambiente acadêmico, o que serviu de ponto de partida e de chegada da produção escrita acadêmica na formação continuada desses sujeitos.

No II Curso de Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente, os cursistas passaram pela experiência de produzir alguns dos gêneros textuais do domínio acadêmico: o resumo, a resenha, o projeto de pesquisa e a monografia. Cada um desses gêneros requer organização retórica própria, uma organização linguística que atenda aos seus propósitos, pois cada um atende a uma determinada finalidade comunicativa. No caso da redação acadêmica para alunos de pós-graduação, a disciplina Metodologia da Pesquisa Científica, ministrada nessa Especialização, teve como ementa a apresentação da função e das principais características de

gêneros textuais com ênfase nos textos acadêmicos. Planejamento e produção textual de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com ênfase na escrita e reescrita do projeto de pesquisa. Foi adotada uma abordagem sociointeracionista do letramento científico para o desenvolvimento das competências escritas dos cursistas para interagir com o mundo na posição de escritor e leitor de textos científicos (MOTTA-ROTH & HENDGES, 2010, p. 10). A fim de que essa formação pudesse contribuir com a atuação desses sujeitos no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, quais saberes foram construídos?

2. Os saberes construídos por meio da produção escrita acadêmica

No contato inicial com a produção escrita dos cursistas, a primeira reflexão feita foi a distinção entre um projeto de intervenção social e um projeto de pesquisa acadêmica. Essa distinção foi importante para que chegássemos ao entendimento de que, para assumir funções que exigem compromisso social, é preciso, muitas vezes, conhecer a dimensão teórica dos problemas enfrentados do cotidiano dos conselhos (MIRANDA; FERREIRA; GOMES, 2014). A partir dessa primeira reflexão, foi

possível desenvolver a sequência das aulas pautada no planejamento da pesquisa: área; tema; título; sujeitos; problema de pesquisa; justificativa; hipóteses; objetivos; referencial teórico; abordagem metodológica; cronograma; redação do projeto e da monografia conforme as normas da ABNT³ (LUNA, 2006; MEDEIROS, 2009; MINAYO, 2009).

A proposta pedagógica pautou-se no uso da linguagem para determinada “ação acadêmica” de avaliar, relatar, descrever etc (MOTTA-ROTH & HENDGES, 2010, p. 10), adotando o procedimento didático da escrita e reescrita crítica e reflexiva dos tópicos composicionais do projeto, visando à realização da pesquisa. A opção por esse encaminhamento didático tem sua base na Pedagogia da Autonomia e nos diferentes saberes necessários à prática da pesquisa, parafraseando Freire (2011).

Para esse autor, o ato de ensinar requer determinados saberes, alguns dos quais retomamos aqui como necessários e ativados no ato de pesquisar e também na prática da sala de aula. O primeiro é **a rigorosidade metódica** aqui tomada por dois vieses: o viés não-freireano, correspondente ao rigor da pesquisa científica, que segue

³Foi elaborada uma orientação para a produção da monografia com base nas Normas atualizadas em 2016. Fonte: <http://flf.edu.br/downloads/outros/normas-da-abnt-2016.pdf>. Acesso em 02 de dezembro de 2016.

etapas metódicas e metodológicas bem definidas para a sua realização; e o viés freireano da prática “dodiscente”, na qual docente e discente “vão se transformando em reais sujeitos da construção e reconstrução do saber ensinado” (FREIRE, 2011, p. 28). Outro saber necessário é o **ideológico**, que pauta a concepção de todos os temas dos projetos de pesquisa em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, cuja teoria da transformação político-social parte da compreensão do homem e da mulher enquanto seres fazedores da história (FREIRE, 2011, p. 126). Cada conselheiro e cada conselheira, com a sua pesquisa e os seus desdobramentos, é um agente de transformação. Por fim, o saber motivado pela **alegria** e pela **esperança** é necessário para que a dura realidade que expõe a vulnerabilidade de tantas crianças e tantos adolescentes não faça predominar a desesperança. Ela “não é a maneira de estar sendo natural do ser humano, mas a distorção da esperança” (FREIRE, 2011, p. 71). Esses e outros saberes são fundamentais para que a produção escrita acadêmica não seja meramente mecânica e técnica, mas que seja, sobretudo, reflexiva e crítica, no intuito de desenvolver a autonomia dos agentes sociais em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

3. Considerações acerca do resultado da experiência

O letramento científico, como os demais letramentos, revela que “quaisquer que sejam as formas de leitura e escrita que aprendemos e usamos, elas são associadas a determinadas identidades e expectativas sociais acerca de modelos de comportamento e papéis a desempenhar” (STREET, 2006, p. 466). Assim, esperamos que a experiência com a disciplina Metodologia da Pesquisa Científica tenha contribuído para o desempenho desses agentes públicos. O trabalho iniciado, mesmo com a convicção do seu inacabamento, culminou com a elaboração da primeira versão do projeto de pesquisa. Essa versão foi delimitada, ampliada, reformulada, reescrita com a mediação dos orientadores de cada cursista e, por fim, chegamos ao final do II Curso de Especialização com 40 (quarenta) monografias defendidas e disponíveis na Biblioteca da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Certamente todas servirão de referência para muitos outros contextos de atuação em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

4. Referências

FERNANDES, Mônica Pinheiro et. al. Por que uns e não todos? O papel do mérito na manutenção da lógica hegemônica. In: SOUSA e SILVA, Jailson; BARBOSA, Jorge Luiz; SOUZA, Ana Inês (Orgs.). **Práticas pedagógicas e a lógica meritória na universidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2006, p. 83-92.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 1996.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: as práticas de fichamentos, resumo, resenhas**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MIRANDA, Humberto; FERREIRA, Hugo Monteiro; GOMES, Valéria. Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente: desafios e conquistas da formação permanente. In: _____ **Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente: desafios e conquistas da formação permanente**. Recife: Imprima, 2014.

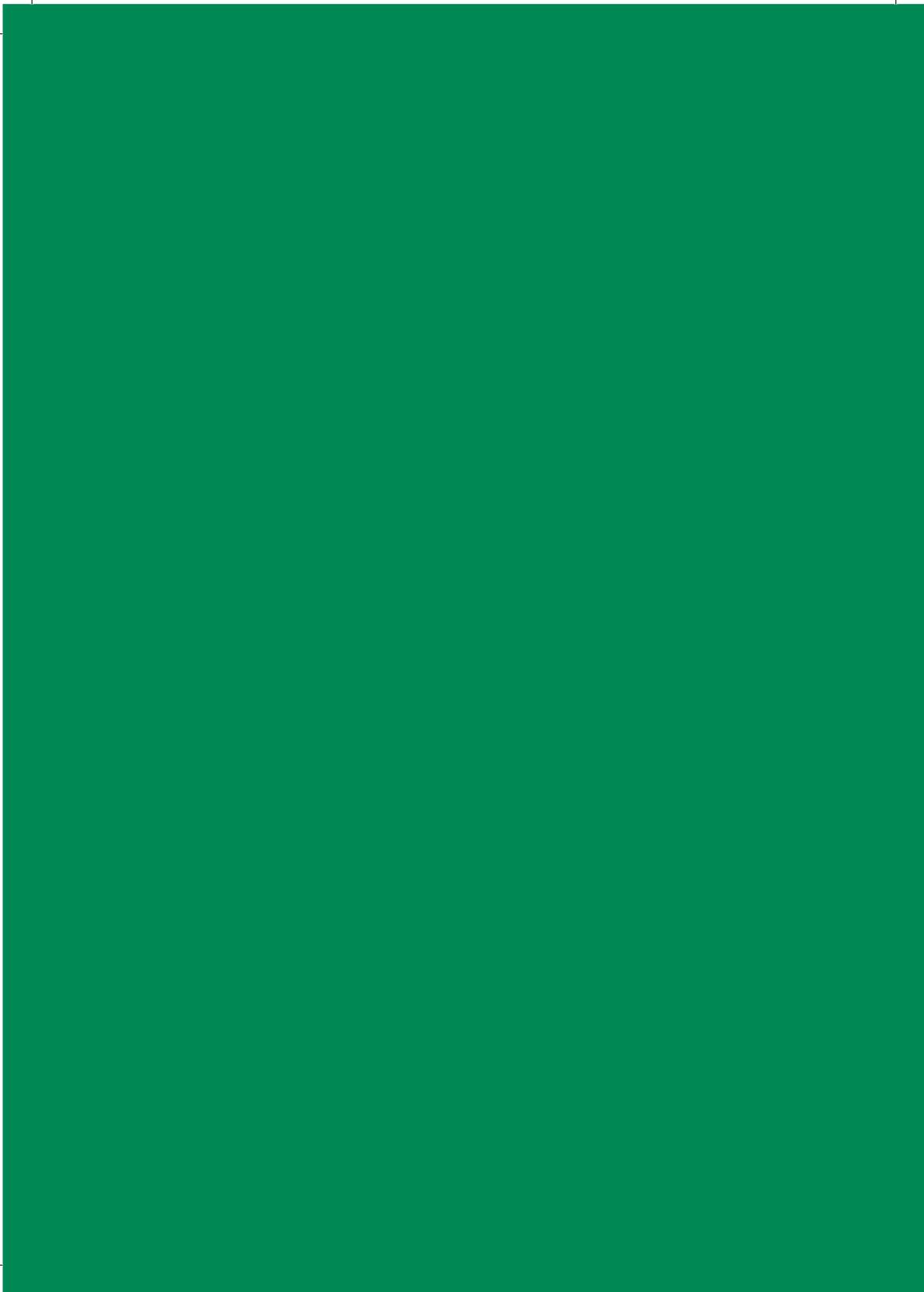
MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske.

Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.

STREET, Brian. Perspectivas interculturais sobre o letramento. In:

Filologia linguística portuguesa, n. 8, 2006, p. 465-488.

RESUMOS



PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO COMDICA-CARUARU

Albiram Sousa Amaral Lima

A presente pesquisa teve como objeto de estudo a participação da Sociedade Civil no COMDICA-Caruaru/PE. O objetivo geral foi fazer um levantamento de quantas organizações da sociedade civil foram inscritas no COMDICA, analisando quais as contribuições das OSC's na elaboração de políticas públicas para crianças e adolescentes, como também analisando a importância da sociedade civil para o fortalecimento do conselho de direitos. Como objetivos específicos: verificar se houve um aumento no índice de organizações inscritas no COMDICA de Caruaru/PE; analisar o perfil das organizações inscritas no Conselho de Direitos, como também debater as atribuições do Conselho de Direitos. O objeto de estudo da pesquisa foram as dezesseis (16) Organizações da Sociedade Civil, inscritas no COMDICA de Caruaru. Destas, doze (12) entrevistadas não têm assento no Conselho, nem participam das reuniões do pleno. A coleta de dados aconteceu no segundo semestre de 2016, no município de Caruaru/PE. Utilizou-se a metodologia de análise qualitativa e quantitativa. Foi realizada entrevista semiestruturada com os sujeitos envolvidos, após o consentimento livre e esclarecido de cada um deles. O referencial teórico adotado baseou-se na teoria democrática e participativa, trazendo questões relacionadas à História dos Movimentos Sociais no Brasil, no que diz respeito ao atendimento à criança e ao adolescente desde o período colonial até a contemporaneidade, perpassando pela importância das participações nos Conselhos. Nos resultados, verificou-se que os/as representantes das organizações entrevistadas possuem faixa etária acima 45 anos de idade, a maioria é do sexo feminino, com grau de instrução do ensino superior. Sobre a atuação na

participação do(a)s representantes das OSC's, constatou-se que os mesmos não participam das reuniões do Conselho e não possuem embasamento teórico para atuar como agentes fiscalizadores e deliberativos das ações e decisões relacionados à política de atendimento da criança e do adolescente. Em relação à participação nos eventos promovidos pelo COMIDICA, foi possível perceber que se efetiva através de articulações fragmentadas em encontros de capacitação, fóruns, conferências, o que permitiu compreender que não há uma forma gradativa e contínua na atuação e no processo de participação em atividades nesses espaços, mas sim uma forma tímida e desacreditada nas aplicabilidades das políticas públicas para crianças e adolescentes. Percebeu-se que o(a)s representantes das OSC apresentaram desconhecimento no trato com a Lei 8.069/90, uma vez que esses se expressaram de maneira fragilizada, demonstrando insegurança nas suas falas, pois conhecer o ECA é essencial para direcionar a elaboração e fiscalização da política infanto-juvenil.

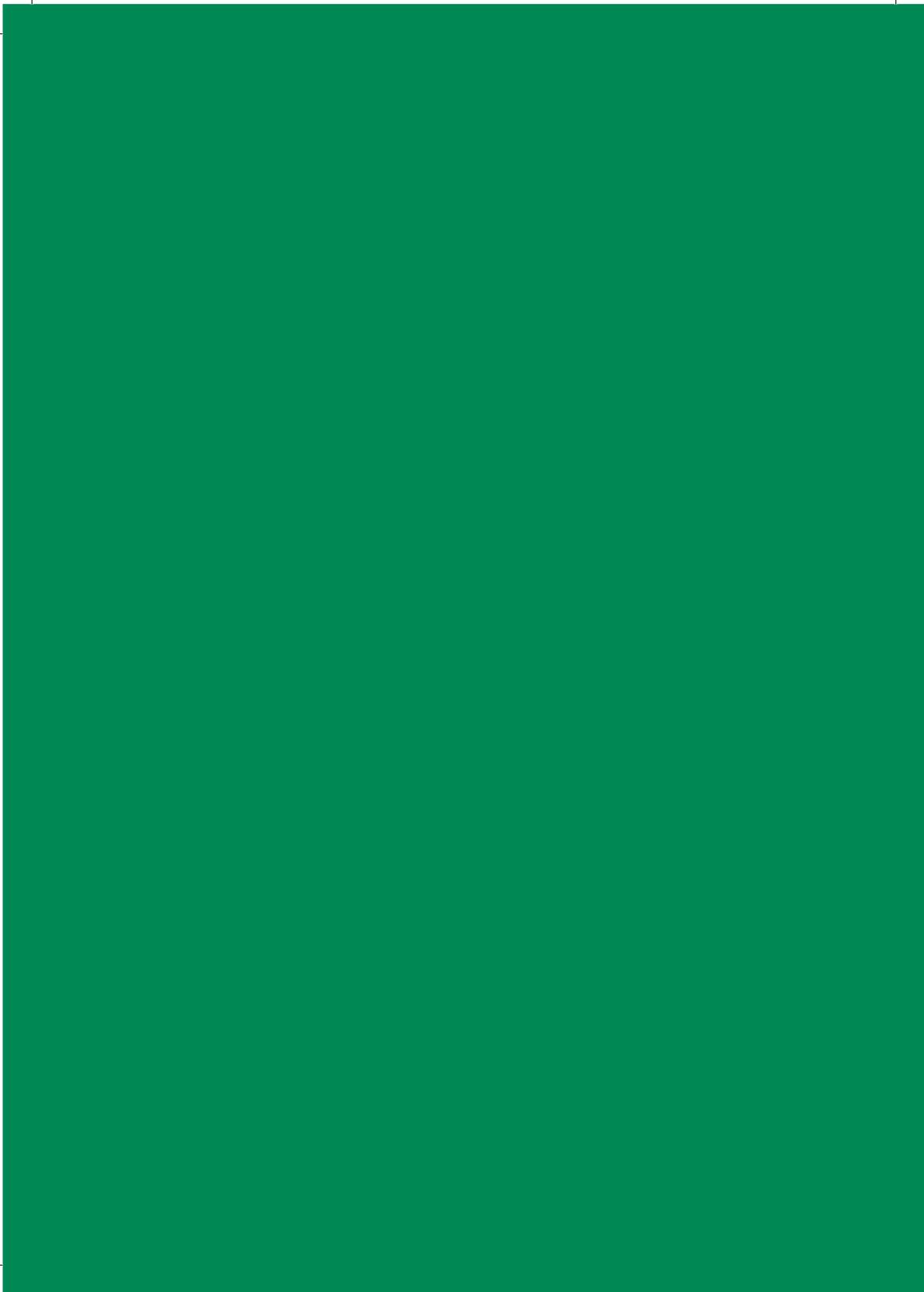
Palavras-chave: Criança e Adolescente; Conselho de Direito; Estatuto da Criança e do Adolescente; Participação Social.

O CONSELHEIRO DE DIREITOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE CARUARU-PE

Andréa Karla Tabosa Figueiredo

Este trabalho propõe-se a estudar o Conselho de Direitos e as Políticas Públicas para crianças e adolescentes no município de Caruaru em Pernambuco. Tem como objetivo analisar aspectos históricos acerca da construção dos direitos da criança e do adolescente no município de Caruaru. Serão utilizados documentos de referência como o Código de Menores e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Este estudo faz-se necessário na perspectiva em que traz para o centro do debate as condições das políticas públicas voltadas para as garantias dos direitos das crianças e dos adolescentes, considerando as constantes violações de direitos identificadas na sociedade em relação ao público infanto-juvenil. Os estudos mostram que as políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes no município de Caruaru necessitam de um trabalho mais articulado, intersetorial e em rede.

Palavra-chave: Conselho; Criança; Estatuto; Direitos; Adolescentes.

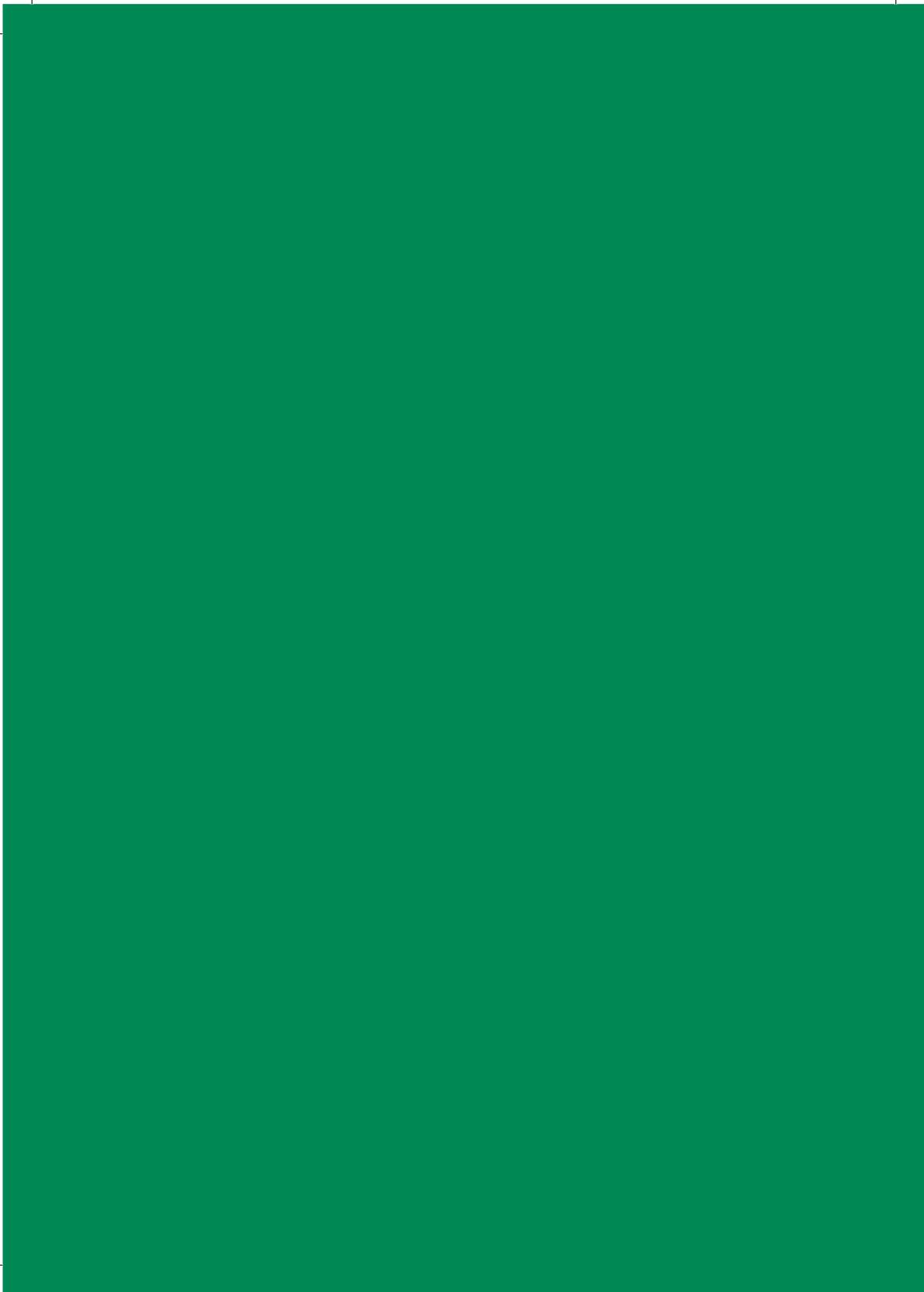


HISTÓRIA E MEMÓRIA DO CONSELHO TUTELAR DE SERRA TALHADA-PE

Antônio Alves Pereira

O presente trabalho discorre acerca da História do Conselho Tutelar de Serra Talhada, abordando, sobretudo, as suas atribuições, funcionamento e desafios encontrados ao longo da sua existência. Percebe-se que a maior parte da população local desconhece a História da instituição e questiona a sua função. A partir de tal quadro, percebeu-se a necessidade de desenvolvimento do presente estudo para superação dos fatos. Uma vez que o Conselho Tutelar é um órgão que busca a efetivação dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, a presente pesquisa teve o objetivo principal de mostrar as atuações e conquistas do órgão em questão, de forma que o apanhado teórico aqui reunido disponibilizasse e favorecesse o conhecimento a toda sociedade que se interesse pela temática. Foi desenvolvida uma revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com conselheiros e ex-conselheiros tutelares do município supracitado. O Conselho Tutelar de Serra Talhada foi um dos primeiros a serem implantados na Região Nordeste e o segundo no estado de Pernambuco. Os processos municipais de escolha dos membros do Conselho Tutelar da cidade mencionada aconteceram de várias maneiras. Contudo, os primeiros conselheiros foram escolhidos apenas por dirigentes das entidades cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente CONDICAST. Os últimos processos aconteceram de uma forma mais democrática, ou seja, aberto ou semiaberto para toda sociedade local.

Palavras-chave: Conselho Tutelar; Atribuições; História.



**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM CRIANÇA E
ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE PAULISTA:
ÍNDICES DOS CASOS REGISTRADOS NO CONSELHO
TUTELAR – REGIONAL CENTRO – NO PERÍODO DE
2015 A 2016**

Antônio Tavares de Menezes Filho

A preocupação com o crescente número de casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes fez emergir o objetivo desse estudo: identificar a incidência do registro de casos de violência doméstica referente à criança e ao adolescente no Conselho Tutelar Regional Centro, no Município de Paulista/PE, no período de 2015 a 2016. Procurou-se identificar, também, as consequências física, social e psicológica da educação familiar pautada na violência doméstica, tentando traçar o perfil dos casos de violência doméstica registrados no Conselho Tutelar Regional Centro do Município do Paulista. Para tanto, recorreremos a uma pesquisa de natureza mista, com métodos quantitativos e qualitativos. Realizamos um levantamento dos registros de ocorrências de violência doméstica, identificando o aumento ou a diminuição das ocorrências no período estudado. A partir desses dados, procedemos a uma análise qualitativa, visando aos objetivos do trabalho. A pesquisa apoia-se nos estudos das concepções históricas acerca da violência doméstica no Brasil e as consequências físicas e psicológicas na criança e no adolescente que vivencia uma educação pautada nessa violação de direito. Os resultados indicaram que os maiores índices de violência são cometidos contra crianças de zero a cinco anos de idade, como também que as vítimas mais atingidas por esse tipo de violência são do sexo feminino. Quanto à tipificação da violência, observamos que a negligência contra criança e adolescente e a violência física atingiram números expressivos, ao lado da violência sexual e psicológica. O trabalho infantil ainda aparece

como um tipo de violência doméstica, embora em menor número, comparando aos demais. Um estudo dessa natureza mostra-se relevante para a construção de reflexões sobre o comportamento social e cultural da violência doméstica, sobretudo, para o município de Paulista/PE, *lócus* da pesquisa. Ele também aponta a relevância de ações do Conselho Tutelar como órgão de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, na busca de melhores resultados.

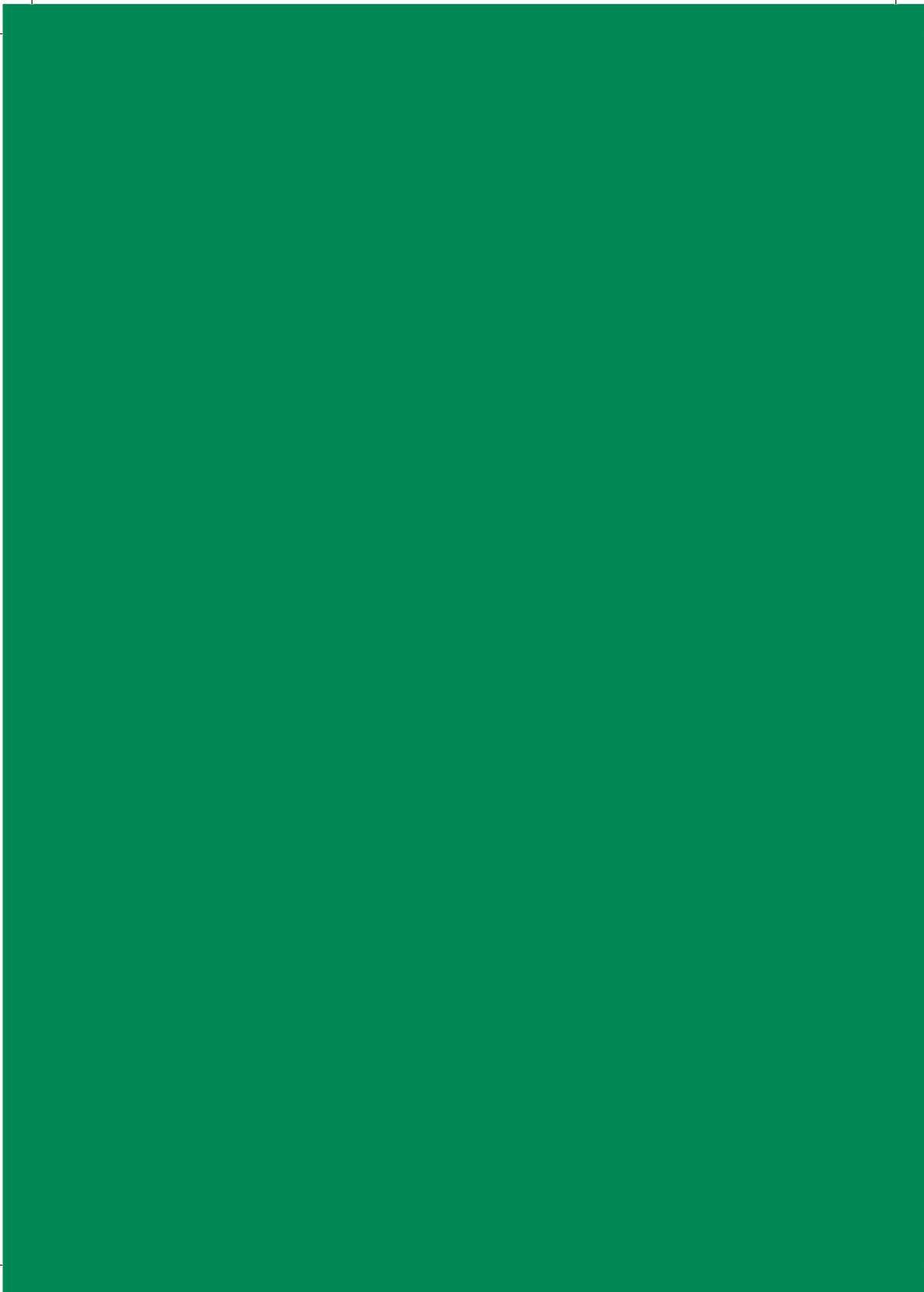
Palavras-chave: Violência; Criança e Adolescente; Conselho Tutelar.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARUARU QUE ATUAM COM ADOLESCENTES/JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA

Denilson Daniel da Silva

O objetivo deste trabalho é identificar as representações sociais e coletivas dos profissionais da educação do município de Caruaru, com relação aos adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e que, por exigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, devem estar inseridos em instituições regulares de ensino. O interesse pela referida pesquisa surgiu em decorrência da experiência vivenciada como pedagogo, no Primeiro Núcleo de Referência de Medida Socioeducativa de Caruaru. Tal experiência possibilitou constatar que alguns profissionais da área da educação apresentavam receio em efetuar a matrícula escolar dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida, em virtude das representações sociais e coletivas formadas acerca dos jovens infratores. Durante a realização da pesquisa, foram aplicados questionários a 18 (dezoito) profissionais da área da educação, distribuídos em 4 (quatro) escolas da rede municipal e estadual do município de Caruaru, sendo 4 gestores e 12 professores; e com 2 (dois) pedagogos do Núcleo de Referência de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida de Caruaru, que realizam o acompanhamento pedagógico dos adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de liberdade assistida e estão inseridos no ambiente escolar. A referida pesquisa pretendeu contribuir com a difusão de práticas pedagógicas voltadas ao acolhimento escolar dos adolescentes/jovens autores de atos infracionais, tornando a escola um ambiente inclusivo.

Palavras-chave: Adolescentes; Liberdade Assistida; Representações Sociais.

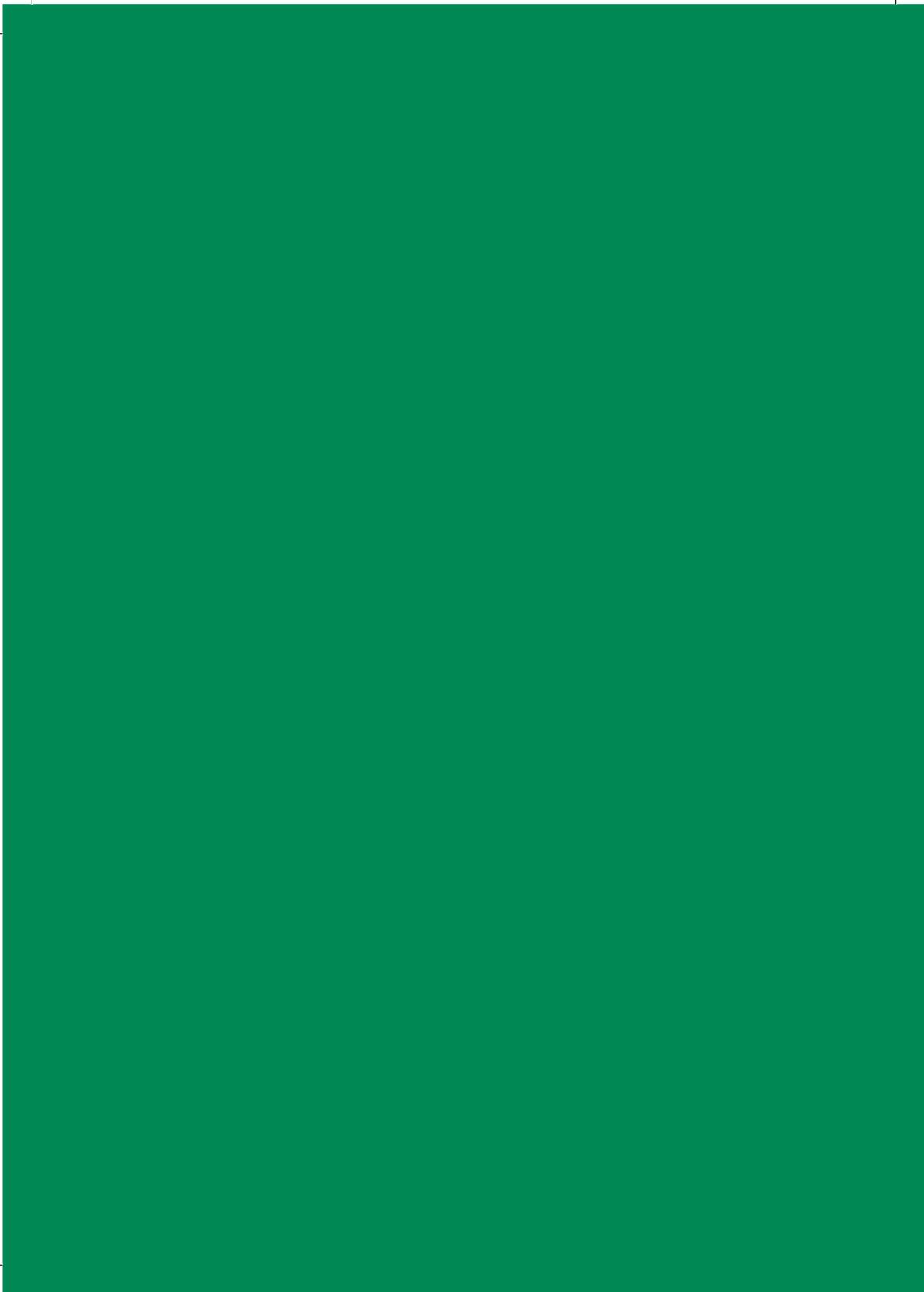


A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A REDE DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Edleuza Rodrigues Pena

O intuito desta pesquisa é destacar a importância da continuidade da formação continuada a todos os atores que fazem parte do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com foco nas formações promovidas pela Escola de Conselhos de Pernambuco, localizada na Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Evidenciando os resultados quantitativos para a construção das ações desses agentes dentro do processo formativo, o presente trabalho pauta-se pelos seguintes questionamentos: como essa formação se insere nas políticas públicas? Qual é a contribuição para o fortalecimento do SGD? Os resultados e as informações obtidas nesta monografia vieram após a análise de documentos oficiais (estatutos e resoluções) disponíveis no acervo da Escola de Conselhos de Pernambuco. Com o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente completando 27 anos, muitas coisas ainda precisam ser alcançadas nesse processo. Por isso, a ênfase na formação continuada é de grande valia para a manutenção de tudo que foi conquistado até os dias atuais. Sendo assim, continuar lutando pela garantia dos direitos conquistados ao longo dos anos é o grande desafio para as pessoas que estão envolvidas no trabalho de combater os abusos contra as crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Educação continuada; Criança e Adolescente; Garantias; Rede de Proteção.

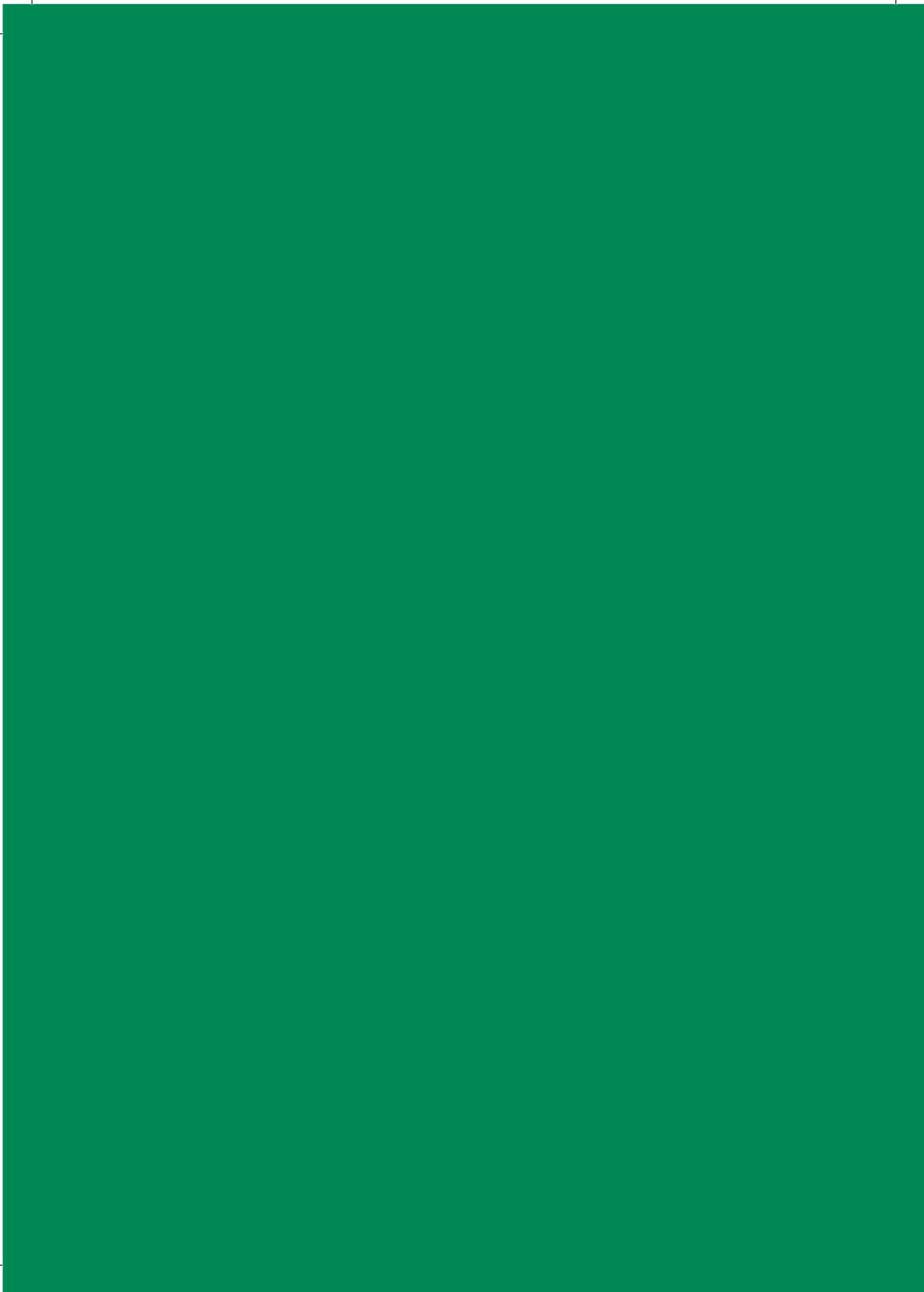


A CONVIVÊNCIA FAMILIAR: UM DIREITO GARANTIDO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS INSTITUCIONALMENTE?

Edvan Fernando Moraes Souto

O trabalho foi realizado a partir de estudo bibliográfico referente à violação dos direitos da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes que são acolhidos institucionalmente. O objetivo do presente estudo foi analisar a evolução dos direitos alcançados pela infância, em especial o da convivência familiar. Com a presente pesquisa, foi possível constatar que, mesmo com todos os avanços alcançados pela legislação protecionista direcionada a crianças e adolescentes, as violações de direitos persistem na sociedade brasileira, e a convivência familiar, em especial, vem sendo rompida diante de acolhimentos institucionais indevidos. Foi observado também, como garantidores do direito à convivência familiar e comunitária, os novos arranjos familiares que estão sendo formados. Foram destacadas as várias modalidades de acolhimento existentes no Brasil, apontando suas peculiaridades. As deficiências das redes socioassistenciais dos municípios e a falta de políticas públicas para a ampliação e fortalecimento de vínculos familiares dos que necessitam, assim como políticas direcionadas ao fortalecimento estrutural das famílias são os maiores causadores de violações do direito da convivência familiar dos que precisam ser acolhidos. Foi possível constatar que as hipóteses para efetivação da garantia da convivência familiar e comunitária dependem muito do poder público, pois a vasta legislação protecionista precisa ser cumprida, para, então, serem efetivados os direitos garantidos constitucionalmente.

Palavras-chave: Acolhimento institucional; Violação de direitos; Convivência Familiar; Política Pública.

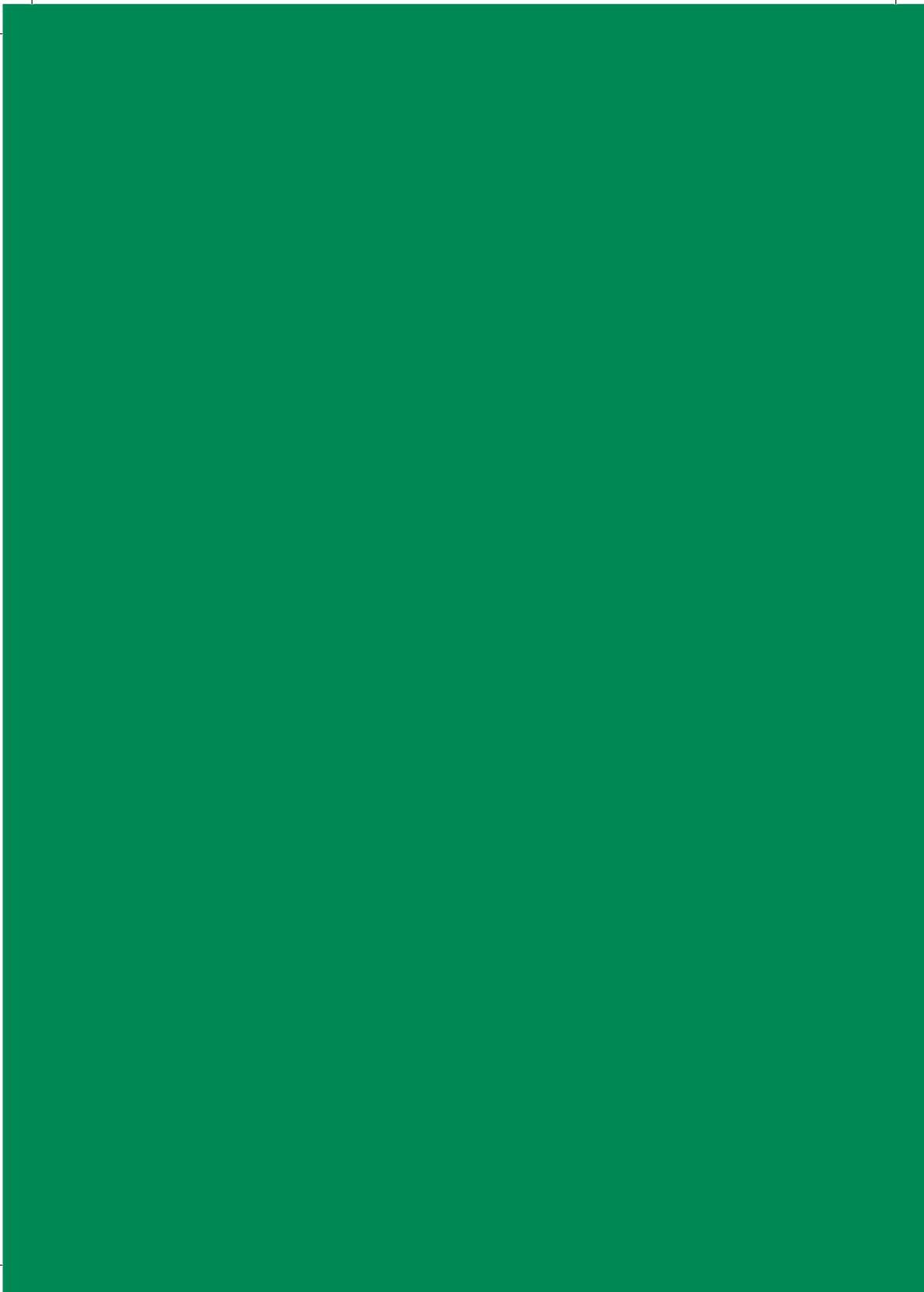


MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA NO MUNICÍPIO DE CARUARU: DA CRIAÇÃO À IMPLANTAÇÃO

Elaine Carina Tenório Machado

O objetivo desta pesquisa é descrever o processo histórico acerca da criação e implantação do Primeiro Núcleo de Referência de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida do Município de Caruaru/PE, responsável pelo atendimento aos adolescentes em conflito com a lei e que foram sentenciados com Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida. Este trabalho é norteado pela Doutrina da Proteção Integral, preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente e pelos parâmetros pedagógicos do SINASE. Para o desenvolvimento da pesquisa, foram analisados documentos relacionados à criação do Núcleo e que se encontram no acervo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caruaru e no Centro de Educação Popular Comunidade Viva – COMVIVA, organização da sociedade civil, responsável em executar as atividades do Núcleo de Liberdade Assistida. A apresentação do processo de implantação do Primeiro Núcleo de Referência de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida de Caruaru possibilitou que fosse feita uma análise acerca da Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida em seu contexto histórico, natureza jurídica, características e critérios de aplicabilidade. A presente pesquisa justifica-se pelo fato de a Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida não ser muito estudada e discutida na seara jurídica e social e pelo fato desta medida socioeducativa não retirar o adolescente de seu meio social e familiar, devendo, portanto, haver o desenvolvimento de atividades que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários, que poderão contribuir para a ressocialização do adolescente. Para que isso aconteça, é necessária a implantação de políticas públicas específicas para os adolescentes autores de atos infracionais.

Palavras-chave: Adolescente; Liberdade Assistida; Medida Socioeducativa; Proteção Integral.



A ADOLESCÊNCIA E O USO ABUSIVO DE ÁLCOOL: O PAPEL DO CONSELHO TUTELAR NO MUNICÍPIO DE CARUARU – PE NOS ANOS DE 2014 E 2015

Elaine Cristiane de Carvalho Lima

O álcool está presente na História da humanidade há muito tempo. Festas, conquistas, batalhas e outras manifestações sempre foram regadas com o consumo de álcool. De acordo com Freitas (2009 *apud* TÁCITO), os celtas possuíam uma relação estrita com o vinho. Em sua obra *Germânia*, ele afirma que se acreditava que passar um dia e uma noite bebendo não era desgraça para ninguém. Ele, inclusive, chegou a ser considerado como um agente civilizador em algumas regiões europeias. Seu consumo e suas consequências já foram relatados em diversas obras de referência ao longo da História. Esse consumo excessivo quando é realizado por adolescentes traz diversas consequências: violência desenfreada, dependência de substâncias químicas, fracasso escolar, problemas familiares. Na vida adulta, pode aumentar o risco de contração de diversos problemas como, por exemplo, doenças cardiovasculares, ocorrência de acidentes de trânsito e homicídios, chance maior de consumo de outras drogas, alterações nos sistemas frontolímbico e frontoestriatal, risco de desenvolver dependência ou outros quadros psiquiátricos, complicações clínicas, acidentes e mortes precoces, gestações indesejadas e muito mais. Desse modo, entendendo que a problemática apontada é muito séria sob a ótica do Sistema de Garantia Integral dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, este trabalho investiga os registros de ocorrências do uso abusivo de álcool realizado por adolescentes, apresentados ao Conselho Tutelar do município de Caruaru, Estado de Pernambuco, referentes aos anos de 2014 e 2015. A pesquisa de natureza teórica e empírica foi fundamentada numa abordagem qualitativa e seguindo os

seguintes procedimentos metodológicos: 1) leitura de literatura sobre o tema; 2) montagem dos instrumentos de coleta de dados; 3) análise dos dados coletados e redação do material monográfico. Todos esses procedimentos tiveram o acompanhamento de orientação acadêmica e visavam ao cumprimento dos objetivos pretendidos. Fundamentamo-nos em aportes teóricos, os quais tratam sobre os temas: adolescência, dependência química, uso abusivo de álcool, legislação a respeito do Sistema de Garantias de Direitos. O *locus* da pesquisa foi o Conselho Tutelar e os sujeitos participantes foram 4 (quatro) conselheiros efetivos que trabalham no Conselho Tutelar há mais de dois anos e tiveram interesse em participar da pesquisa. As entrevistas foram de natureza semiestruturadas e ocorreram paralelamente à análise de documentos que também realizamos.

Palavras-chave: Uso abusivo do álcool; Adolescentes; Garantia de Direitos; Conselho Tutelar.

UM OLHAR SOBRE A POLÍTICA INFANTO-JUVENIL EM CARUARU - PE: UM DIAGNÓSTICO

Elyude Silva Dantas Queiroz

A monografia intitulada “Um olhar sobre a Política Infanto-juvenil em Caruaru: um Diagnóstico” é uma pesquisa bibliográfica. Tem por objetivo geral identificar as principais violações de direitos apontadas no Diagnóstico Infanto-juvenil do COMDICA de Caruaru. Os objetivos específicos são: descrever os pontos determinantes que fragilizam o Sistema de Garantia de Direitos e que dificultam o cumprimento das normas legais de proteção para as crianças e adolescentes apontados no diagnóstico; identificar o perfil socioeconômico e cultural das crianças e adolescentes violados. Como marco teórico, utilizamos: MIRANDA (2013); RIBAS (2011); FALEIRO (2000); DIGIÁCOMO (2013), dentre outros. Muitos são os desafios enfrentados pelo Sistema de Garantias de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) que dificultam a efetivação do dispositivo previsto no artigo 227 da Constituição Federal e no art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente. Por vezes, isso tem ocasionado as principais violações de direitos das crianças e adolescente do Município de Caruaru. Enquanto procedimento metodológico, fizemos a coleta de dados no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Caruaru, no Diagnóstico Infanto-juvenil 2015 do COMDICA de Caruaru - PE e em documentos e legislações que asseguram os direitos de crianças e adolescentes. A análise discute se o perfil socioeconômico seria o responsável pelas violações e se as normas legislativas seriam suficientes para garantir efetivamente direitos. Como resultados, concluímos que as principais violações de direitos são alcoolismo e drogadição, aliciamento de crianças e adolescentes para atividades ilícitas ou impróprias, abuso e

exploração sexual, inadequação do convívio familiar por maus tratos, negligência e convivência com dependentes de drogas (violência doméstica), reincidência de ato infracional decorrente de deficiências na qualidade das medidas socioeducativas aplicadas. As violações afetam principalmente crianças e adolescentes que vivem em vulnerabilidade social. Entretanto, essa vulnerabilidade não está apenas associada à questão da renda, mas, há outros fatores como: envolvimento com uso e tráfico de drogas, violência doméstica, desemprego, desestrutura familiar, violência sexual, insuficiência de creches e vagas em escolas. O SGDCA tem sido fragilizado pela a atuação dos atores integrantes desse Sistema que, muitas vezes, não têm executado o que de fato é de sua competência.

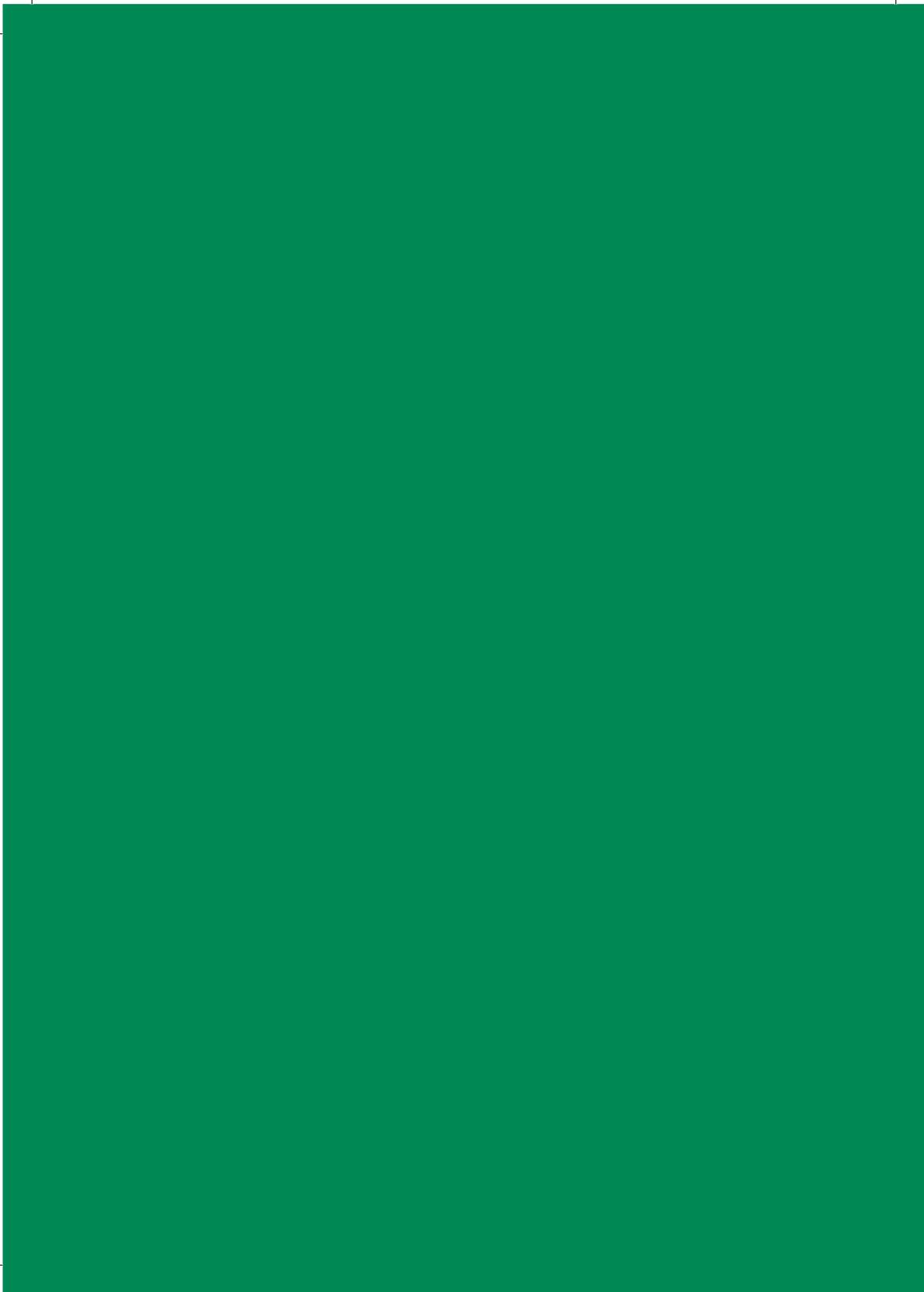
Palavra-chave: Diagnóstico; Violações; ECA; Caruaru.

VULNERABILIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA NEGROS DO OSSO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS E GARANTIAS

Emanuelle Cristina da Silva Fernandes

Este trabalho tem como objetivo traçar o perfil de crianças e adolescentes pertencentes à comunidade Negros do Osso, localizado no município de Pesqueira/PE, constituído como uma comunidade negra rural. Busca-se com este trabalho identificar a ausência de desenvolvimento de políticas públicas. Para realização desta pesquisa, utilizou-se uma exploração de campo a partir de observação integrada mediante roda de conversas com as crianças e os adolescentes, juntamente com a revisão bibliográfica dos autores: Moscovici (1978); Munanga (1996); Arcanjo (2008); e Azevedo (2004), que investigaram a temática e sua relevância no processo de legitimação das políticas públicas e sua representação social e política. Os resultados adquiridos através dos encontros com a população da comunidade foram comparados com as teorias, condicionando resultados que foram fundamentados no decorrer do trabalho. Diante das vulnerabilidades sociais em que vivem crianças e adolescentes, neste contexto, acredita-se que é preciso uma ação coletiva que envolva toda comunidade no sentido de lutar por seus direitos, na busca incessante pela efetivação das legislações vigentes. Sem o anseio de esgotar o assunto, a temática abordada é de grande relevância para novos estudos, para os profissionais da área de educação, ciências sociais, serviço social e para a comunidade em geral.

Palavras-chave: Quilombo Negros do Osso; Criança e adolescente; Vulnerabilidade social.

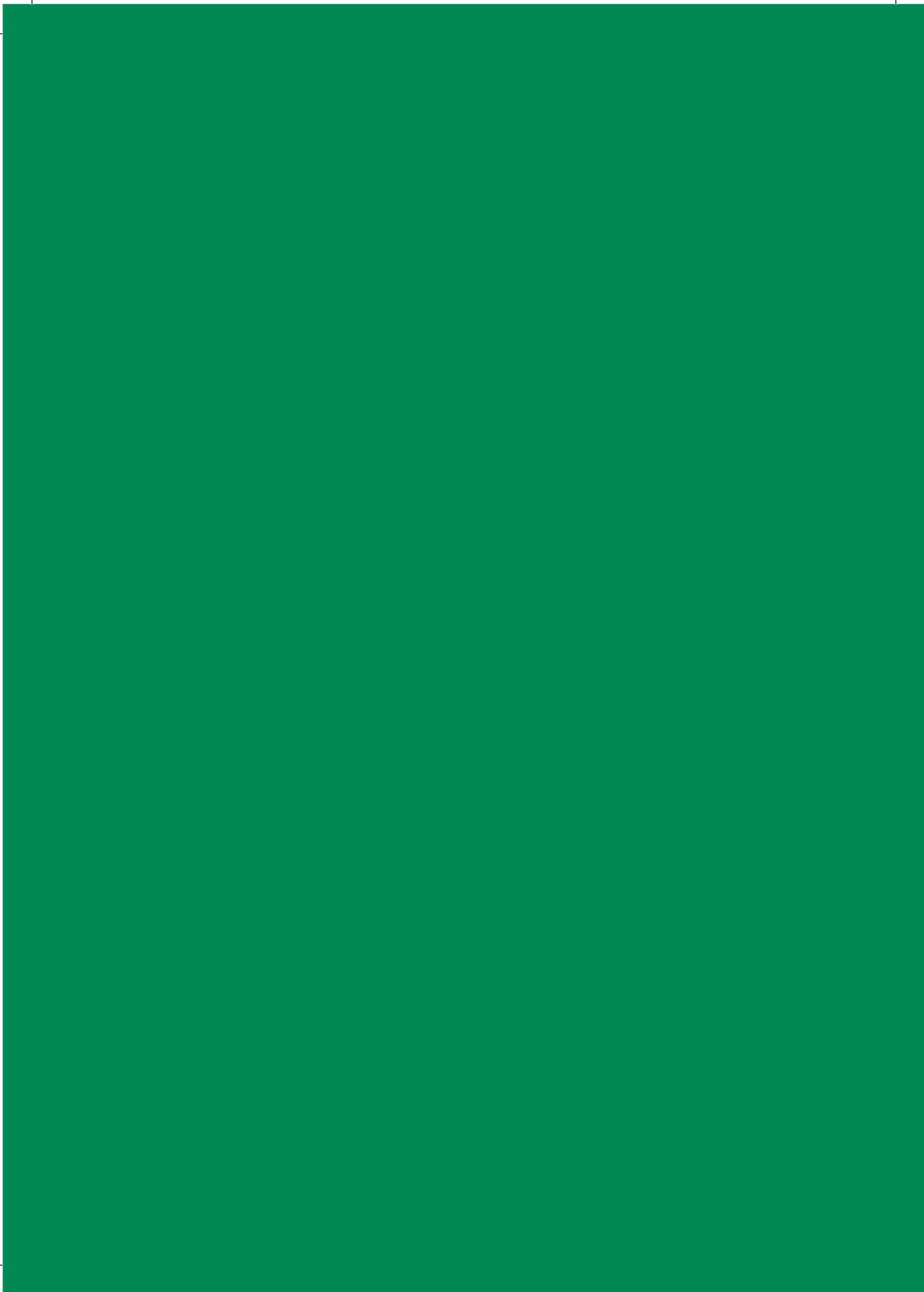


APLICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE COMO MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM IBIRAJUBA-PE ENTRE 2010-2015

Francisco Batista Marques

Este trabalho visou caracterizar a aplicação de Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC, em Ibirajuba-PE, nos anos de 2010 a 2015. Tem como objetivo geral: aferir a aplicação de Medidas Socioeducativas de Prestação de Serviço à comunidade decretadas no município de Ibirajuba –PE nesse período. Para conseguir os resultados ora apresentados, tomamos a metodologia de investigação qualitativa, com foco na análise bibliográfica e documental dos processos Judiciais que dão aplicabilidade da PSC. Este relatório parte de um reordenamento do olhar sobre a Infância no Brasil e o percurso de transição da punição inscrita nos códigos de Menores (1927 e 1979) para os princípios da socioeducação apontados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, categorizando, a partir daí, a Medida de Prestação de Serviço à Comunidade como possibilidade de (re)socialização de adolescentes autores de atos infracionais. Nesse sentido, a pesquisa traz uma reflexão sobre a aplicação dessa medida socioeducativa e sua relação com o Sistema de Garantia dos Direitos – SGD de Ibirajuba. Este caminho possibilitou que entendêssemos que a PSC tem resultados bastante contraditórios, mas simultâneos: de um lado, o SGD desarticulado não é capaz de promover ações de impacto nas políticas públicas sociais para assegurar a cidadania dos adolescentes em reeducação; de outro, é baixo o índice de reincidência desses sujeitos – seja porque a medida surtiu efeito, seja porque adentrou a vida adulta.

Palavras-chave: Medidas Socioeducativas; Prestação de Serviço à Comunidade; Adolescente; Proteção Integral.



ÍNDICES DE VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE GARANHUNS NO PERÍODO DE 2014 A 2016

Genoveva Alves de Brito

A violência contra crianças e adolescentes vem aumentando a níveis preocupantes. As agressões físicas que estão relacionadas a este público têm sido reconhecidas como fenômeno crescente em todo o mundo, em diversos tipos de famílias. A violência intrafamiliar é um problema de alta complexidade, uma vez que os agressores não são pessoas desconhecidas, mas mães, pais, membros da família extensa ou responsáveis, que mantêm com as crianças e os adolescentes relações próximas e vínculos afetivos. Além disso, envolve concepções arraigadas sobre as práticas de educação dos filhos. O trabalho de profissionais que defendem os direitos e garantias da criança e do adolescente vem buscando combater mais ativamente essas ocorrências, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir da preocupação com crianças e adolescentes que sofrem violência no seio familiar, buscamos, neste estudo, identificar os índices de violência física, tendo como referência as agressões intrafamiliares, cometidas contra crianças e adolescentes atendidos no Conselho Tutelar do município de Garanhuns (PE), verificando aumento ou diminuição desses índices e identificando políticas públicas que dão garantias contra as agressões físicas sofridas por essa população, no município de Garanhuns/PE. Para tanto, recorremos a uma pesquisa de natureza mista, com métodos quantitativos e qualitativos. Realizamos um levantamento dos índices de violência física intrafamiliar, no período de 2014 a 2016, identificando aumento ou diminuição desses índices e, a partir desses dados, procedemos a uma análise qualitativa visando aos objetivos do trabalho. Os resultados indicaram que, sob a alegação de que a

violência física se coloca como um instrumento para impor limites e educar, esses familiares comprometem a saúde física e psíquica dessas crianças e adolescentes, perpetuando uma violência histórica. Aquelas pessoas que deveriam ser, para esses sujeitos, referência de proteção e segurança, passam a ser ameaçadoras e agressivas. E isso não se dá sem consequências. É preciso, pois, uma mudança dessa ideologia que vem sendo arraigada nas famílias. Aqueles que estão em maior condição de vulnerabilidade social são os mais afetados por esse tipo de violência. Esse não atendimento de necessidades básicas para suprir as necessidades da família também se coloca como elemento importante na promoção de violência. Apesar dos avanços obtidos com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e com a política de atendimento direcionada a crianças e adolescentes no Município de Garanhuns-PE, ainda existem grandes desafios para combater a violência física em crianças e adolescentes. Um estudo dessa natureza se mostra relevante para a construção de reflexões sobre a violência intrafamiliar como recurso educativo, além de contribuir com a formação de ações para erradicar essa concepção de educação pautada em agressões físicas, que podem trazer efeitos nefastos para a vida de crianças e adolescentes.

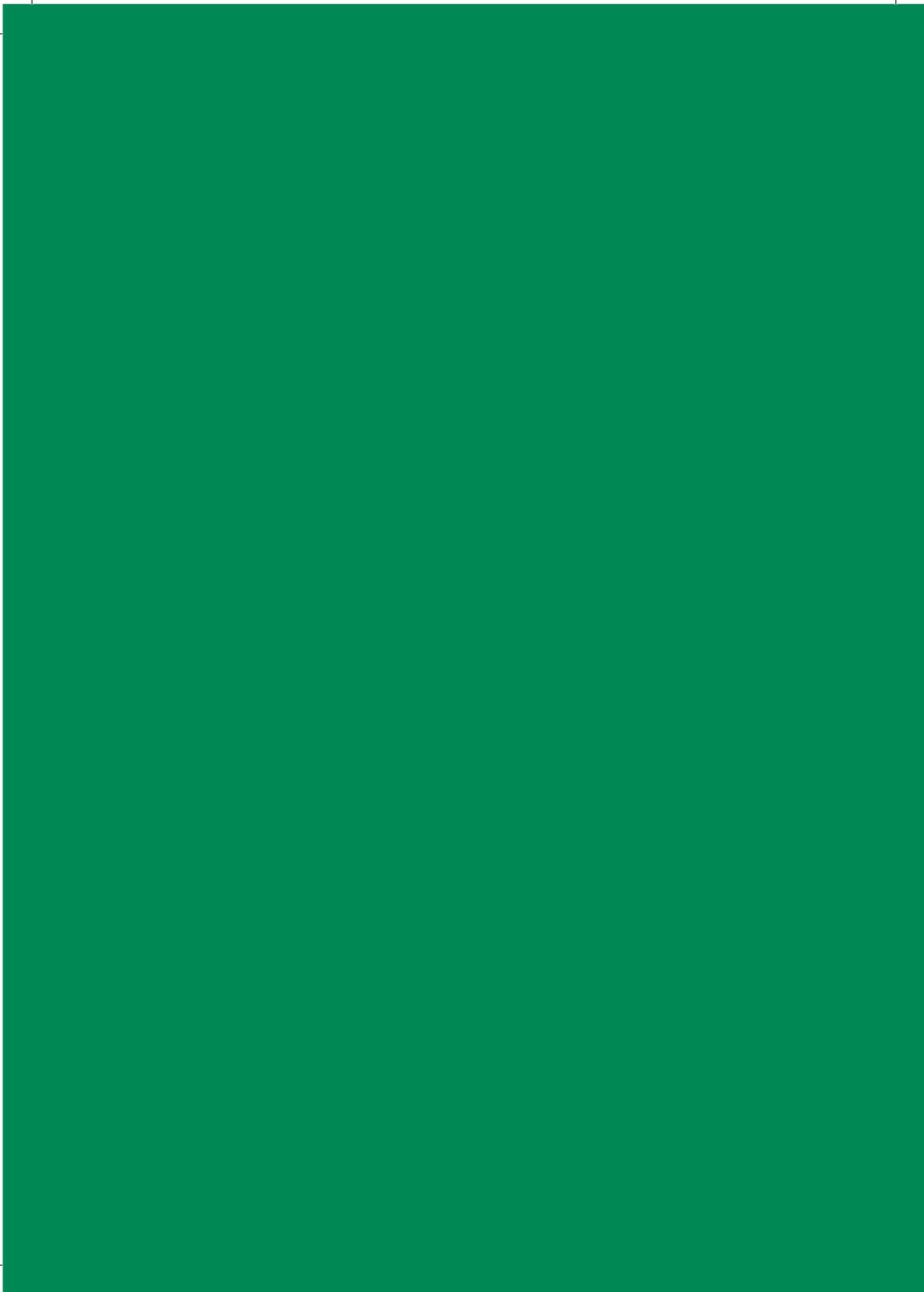
Palavras-chave: Violência Intrafamiliar; Agressão Física; Criança e Adolescente; Conselho Tutelar de Garanhuns.

NEGLIGÊNCIA FAMILIAR: CASOS REGISTRADOS NO CONSELHO TUTELAR NA RPA 3B NO ANO DE 2016

Gilmara Felix de Moraes

O desenvolvimento de um estudo sobre a negligência, observando os seus tipos e as classificações contra crianças e adolescentes, configura-se como sendo um passo importante na reformulação do trabalho de assistência e planejamento da atuação dos Conselhos Tutelares. A partir da análise dos registros e dos encaminhamentos do Conselho Tutelar da RPA-3B da cidade do Recife, apresentados através dos dados registrados, torna-se satisfatório apresentar os principais tipos de negligências cometidas pelas famílias desta comunidade atendida. Junto a esse contexto, é importante estabelecer a diferença entre negligência e maus-tratos, que, em muitos casos, são confundidos, e são registrados índices equivocados nos relatórios de Conselhos Tutelares sobre a temática da negligência. A pesquisa busca demonstrar ainda a importância do Conselho Tutelar como órgão de Proteção dos direitos da criança e do adolescente e a relevância de seu papel nos casos de negligência após sua devida classificação. Foram utilizados conceitos de autores como Pasian (2013); Brasil (2002); Martins (2010); Berberian (2015); Azevedo (2005); Souza (2001), que versam sobre negligência e maus-tratos para o embasamento desse estudo. Espera-se que, juntamente com uma análise dos registros de ocorrências, possa-se consolidar uma visão do comportamento existente sobre negligência atendida no ano de 2016. Pretende-se, ainda, com base nos dados identificados, promover reflexões para a construção de novas perspectivas no atendimento e preenchimento dos formulários para esse fim.

Palavras-chave: Conselho Tutelar; Negligência Familiar; Maus-tratos; Registros de Atendimento.

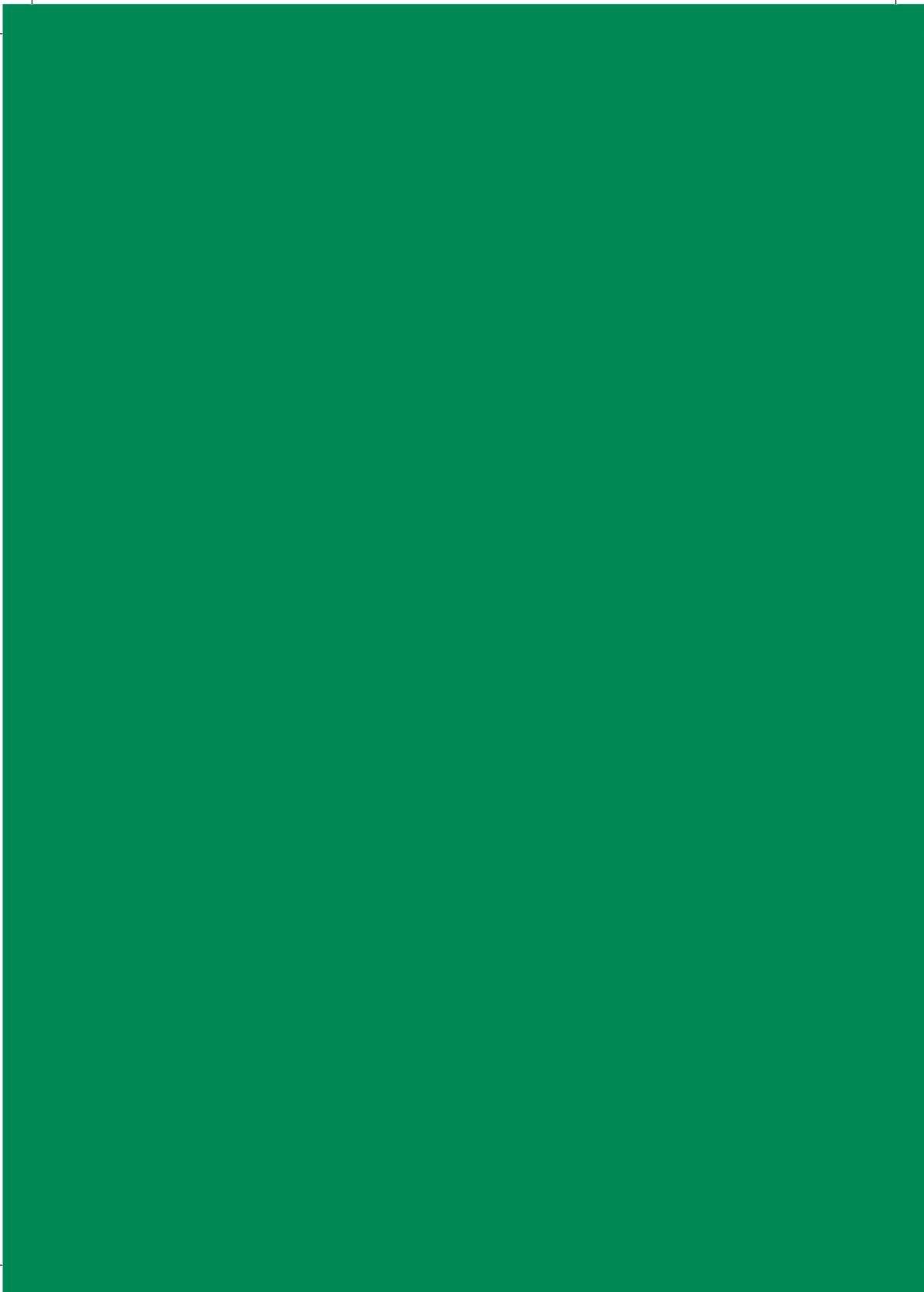


PERFIL DO ADOLESCENTE USUÁRIO OU EX-USUÁRIO DE DROGAS EM ACOMPANHAMENTO SOCIAL EM SÃO CAETANO-PE, À LUZ DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Jennifer Daiane da Silva Gama

Esta pesquisa visou caracterizar o perfil do adolescente usuário ou ex-usuário de droga em acompanhamento social em São Caetano-PE. Tem como objetivo geral: mapear o perfil do/as adolescentes usuários de drogas que estão em acompanhamento socioassistencial, à luz da percepção dos profissionais vinculados aos equipamentos de assistência social na cidade de São Caetano, no estado de Pernambuco. Para conseguir alcançar os resultados almejados, usamos a seguinte metodologia: pesquisa qualitativa, quantitativa e descritiva, sendo realizada observação *in locus*; pesquisa bibliográfica utilizando: livros, revistas, artigos, sites, entre outras fontes, e entrevistas com os profissionais do serviço de medida socioeducativa. A conclusão dessa pesquisa nos possibilitou visualizar de forma peculiar o adolescente usuário ou ex-usuário de drogas em acompanhamento social, entendendo, sobretudo, os fatores de risco e proteção que podem levar o adolescente ao uso de drogas, seu contexto familiar, racial, econômico, educacional e social.

Palavras-chave: Acompanhamento Socioassistencial; Criança e Adolescente; Drogas.



UM RELATO SOBRE O CONSELHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GARANHUNS

José Mario de Araújo

Este trabalho, cujo tema refere-se ao Conselho da Criança e do Adolescente de Garanhuns, de forma empírica e bibliográfica, foi elaborado para se tornar mais uma fonte de dados para consulta dos conselheiros e demais atores que trabalham com essa temática, tanto em Garanhuns quanto onde ele tiver valia. O objetivo é contextualizar de forma bibliográfica a historicidade desse órgão, que não tem relatos de suas ações, prejudicando assim a continuidade de suas ações. Essa realidade nos levou a querer mostrar qual o seu papel, sua atuação. Essencialmente citamos autores pernambucanos, pela credibilidade e por acreditamos que o olhar regionalizado deixa esse escrito mais compreensivo e, além disso, próximo de nossa realidade. Citamos também alguns autores que deram a honra de nos lecionar nessa II Especialização de Direitos Humanos de Criança e Adolescente, (primeira do interior do estado). Usamos ainda referenciais teóricos que foram norteados pelos catedráticos durante as diversas matérias do curso e que tiveram influência relevante para um pensar e agir diferenciado após o término de cada aula da Especialização. Também se encontram, em nossa bibliografia, alguns autores com os quais nos identificamos e que são reconhecidos por suas performances na discussão desse tema, e que nos inspiraram para este trabalho. Concluímos nosso apanhado bibliográfico nos reportando à coletânea dos alunos da I Especialização, que, de forma pioneira, deixaram para a posteridade seus nomes nessa tão importante publicação. Após a introdução, logo no primeiro capítulo, explanamos o que são políticas públicas, quais são seus vieses e onde se enquadra o Conselho da Criança e do Adolescente de Garanhuns nesse contexto. Continuando, fizemos uma analogia

entre o COMDICA e o CT, refletindo sobre os atritos entre eles e sobre a divergência na sociedade para identificar qual o papel de cada um. Preparamos o capítulo terceiro para contextualizar o Conselho da Criança e do Adolescente de Garanhuns, foco de nosso trabalho, com um recorte para o Projeto Floreando, que foi um dos grandes avanços na atuação dos conselheiros da época áurea, quando o COMDICA protagonizou a confecção de um diagnóstico, com base no qual hoje luta para que venha a se transformar em uma política pública. Dentro desse mesmo capítulo, falamos da ética e moral dentro do Conselho. No capítulo quatro, especificamos as crianças e os adolescentes, mostrando o nosso olhar sobre esse tão importante ser social; também citamos Janus Korczak, que nos sensibilizou com sua biografia ímpar nesse embate em busca de garantias dos direitos de crianças e adolescentes. Concluindo, acreditamos na relevância deste trabalho, por poder explicar, dentro de uma ótica empírica e bibliográfica, o que essa entidade tem passado e o que tem contribuído para minimizar uma lacuna de desigualdade social.

Palavras-chave: Conselhos de Políticas Públicas; Criança e Adolescente; Estatuto da Criança e do Adolescente.

A CONCEPÇÃO DOS ALUNOS DO 9º ANO DA REDE MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA/PE ACERCA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Josildo José da Silva

Os resultados e as informações contidas nesta monografia são a culminância da pesquisa de campo realizada durante os meses de setembro de 2016 a fevereiro de 2017 no decorrer do Curso de Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. A referida pesquisa teve como objetivo geral investigar como os adolescentes do 9º ano do ensino fundamental da rede municipal de Nazaré da Mata concebem os direitos preconizados no ECA. Para tanto, a pesquisa em tela foi desenvolvida nas escolas municipais que ofertam o ensino fundamental (anos finais), tendo como fio condutor a aplicação de questionário a 50 (cinquenta) estudantes. O intuito foi identificar a concepção dos alunos do 9º ano do ensino fundamental acerca dos direitos da criança e do adolescente; verificar o nível de conhecimento dos alunos do 9º ano do ensino fundamental acerca do ECA; e discutir com base na resposta dos alunos se há conteúdos sobre os direitos da criança e do adolescente nas atividades escolares. Este trabalho acadêmico estrutura-se em três capítulos que discorrem sobre o percurso histórico dos direitos da criança e do adolescente; a trajetória do direito à educação da criança e do adolescente; e a escola como espaço para o protagonismo infantil e a luta pela garantia dos direitos da criança e do adolescente. Para fundamentar este estudo, tomaram-se por base discussões conceituais de Miranda (2011), que aborda temas essenciais e críticos, que fazem parte do cotidiano de quem trabalha com famílias, com meninas e meninos, com infância e adolescência; Digiácomo&Digiácomo (2013), que apresenta o ECA anotado e interpretado; Thiesen (2008), que trata a interdisciplinaridade como um movimento contemporâneo

presente nas dimensões da epistemologia e da pedagogia; Miranda (2010), discutindo os direitos fundamentais da criança e do adolescente; Ferreira (2016) que argumenta que a educação integral se aproxima muito das pilastras que seguram a abordagem transdisciplinar. Também respalda este debate a legislação vigente no tocante ao direito à educação, como a CF (1988) e a LDB (1996), em especial o ECA (1990), que preconiza, entre outros, o direito à educação das crianças e dos adolescentes. Para a sistematização da análise e da discussão, cada questão foi analisada separadamente, seguindo uma abordagem qualitativa. Nos resultados, percebeu-se que a concepção dos alunos é deficitária, pois a grande maioria dos informantes não demonstrou conhecimento sobre o Estatuto. Fica evidente a necessidade de ações na escola que oportunizem aos alunos o conhecimento sobre o ECA, sobre os seus direitos e sobre o processo para chegar até eles. É preciso refletir sobre as lacunas existentes e encontrar caminhos para minimizá-las.

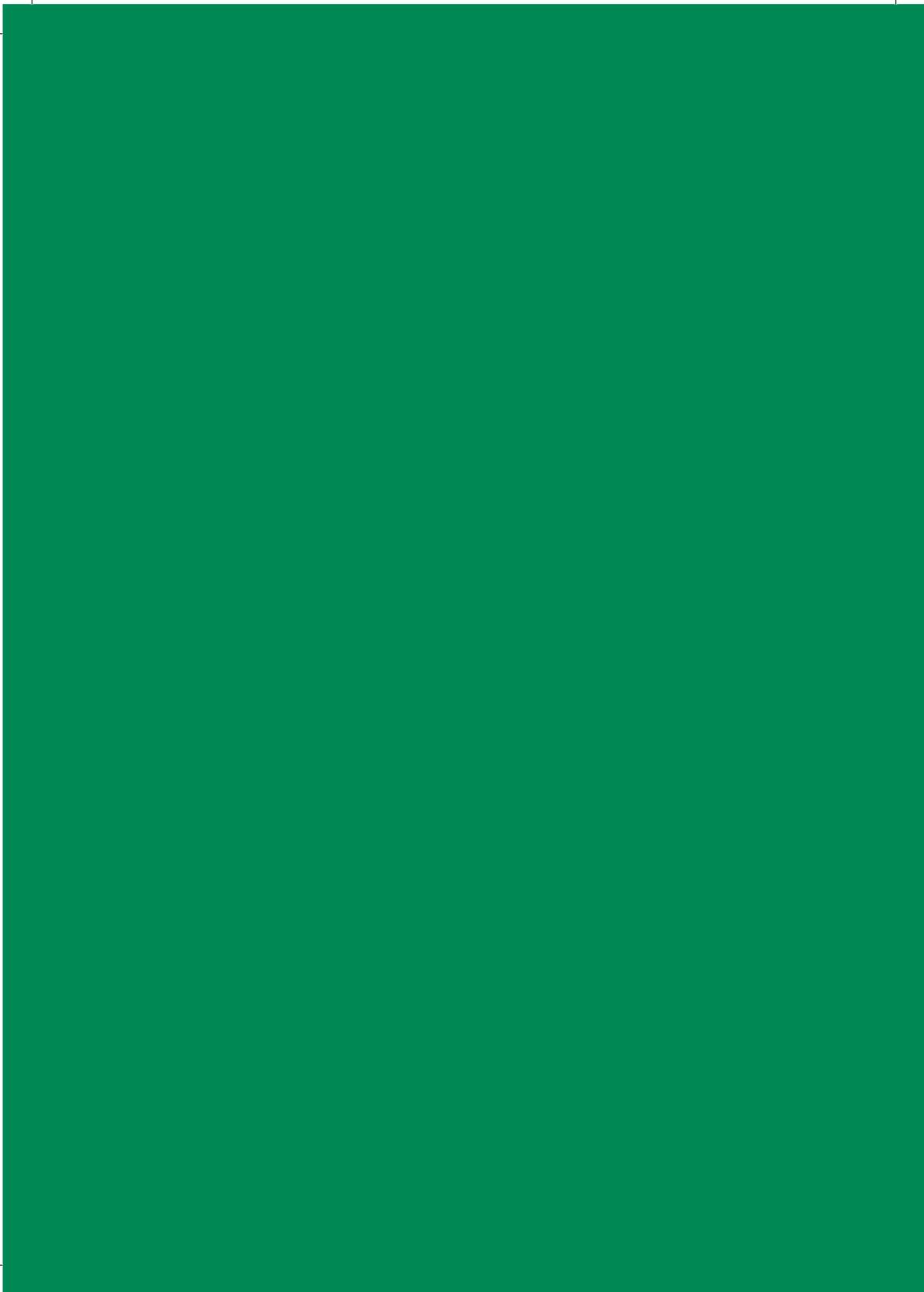
Palavras-chave: Direitos dos adolescentes; Direitos das crianças; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Escolas.

A POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS ADOLESCENTES INTERNOS NO CASE DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE

Julliana Gabrielly Nascimento Benvenuto de Souza

Este trabalho demonstra a política de atendimento aos adolescentes internos no CASE da Vitória de Santo Antão-PE, faz menção ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), responsável por regular a aplicação das medidas socioeducativas privativas de liberdade. Elenca os avanços jurídicos alcançados pelos adolescentes no decorrer do tempo, desde o Brasil-Colônia à instrumentalização do Estatuto da Criança e do Adolescente. Aborda o funcionamento da Unidade de Internação CASE Vitória-PE, desde a elaboração do Plano Operativo, a análise dos eixos da política social, conforme o SINASE e a realidade institucional de atendimento aos adolescentes internos. Busca-se evidenciar os possíveis entraves que desencadeiam as violações aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade e a falha do Poder Executivo, que se mantém inerte ao cumprimento das imposições legais, resultando no tratamento caótico aos adolescentes que estão sob vigilância nas unidades de internamento estatais.

Palavras-chave: Medidas Socioeducativa; Internação; Adolescentes; ECA; SINASE.



CONSELHO TUTELAR DO MORENO: LIMITES E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

Lília Karolina Costa Lira de Lima

O presente trabalho versa sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, tendo como foco caracterizar o papel do Conselho Tutelar da cidade de Moreno, destacando suas possibilidades e limites de atuação, como órgão protetor e garantidor de direitos. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que, segundo Minayo (2001), é um tipo de pesquisa que tem um forte caráter empírico e interativo entre pesquisador e sujeito pesquisado. Tendo em vista que envolve um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, para se conhecer em profundidade as relações, os processos e os fenômenos que não se revelam quando reduzidos à operacionalização de variáveis. Parte da nossa construção teórica está fundamentada nas produções de Kozen (2000), Sheinvar (2010), Sêda (2005), Rizzini (2007) Digiácomo (2010), cujas discussões remetem às temáticas voltadas para a área da infância, com ênfase no Conselho Tutelar. Os sujeitos envolvidos nesta pesquisa foram um ex-conselheiro tutelar na gestão de 2001, o primeiro presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes do Moreno de 1990 e dois conselheiros tutelares em exercício. Foram utilizados os seguintes instrumentos: entrevista, questionário e pesquisa documental. A entrevista foi o instrumento utilizado com os dois primeiros sujeitos da pesquisa e o questionário com os dois últimos. O questionário foi constituído de 27 perguntas com questões abertas e de múltiplas escolhas. A pesquisa documental teve como fonte: editais do processo de escolha, relatórios do Conselho Tutelar de Moreno e Leis municipais. Como procedimento de análise de dados, utilizamos a análise de conteúdo, que, segundo Bardin

(2009), consiste num conjunto de técnicas de análise das comunicações que utilizam procedimentos sistemáticos, objetivos e de descrição do conteúdo das mensagens. Nesse processo, destacaram-se os aspectos que retratam suas condições de atuação, foram identificadas as principais dificuldades que o órgão enfrenta no seu cotidiano, quais as resistências existentes ao longo dos anos da atuação do Conselho Tutelar de Moreno e se sua atuação tem sido organizada e sistêmica. Assim, os dados aqui apresentados contribuem com a leitura da realidade, mostrando áreas vulneráveis, com necessidades de maiores intervenções. Percebemos de um modo geral que, ao longo dos anos, o Conselho Tutelar teve uma visível melhoria de estrutura, de recursos humanos e de materiais, porém, tem como desafio a deficiência da rede de proteção; faltam políticas públicas para criança e adolescente. Com isso, buscamos demonstrar o quanto se faz necessário o empoderamento e a postura técnica dos conselheiros no exercício da função.

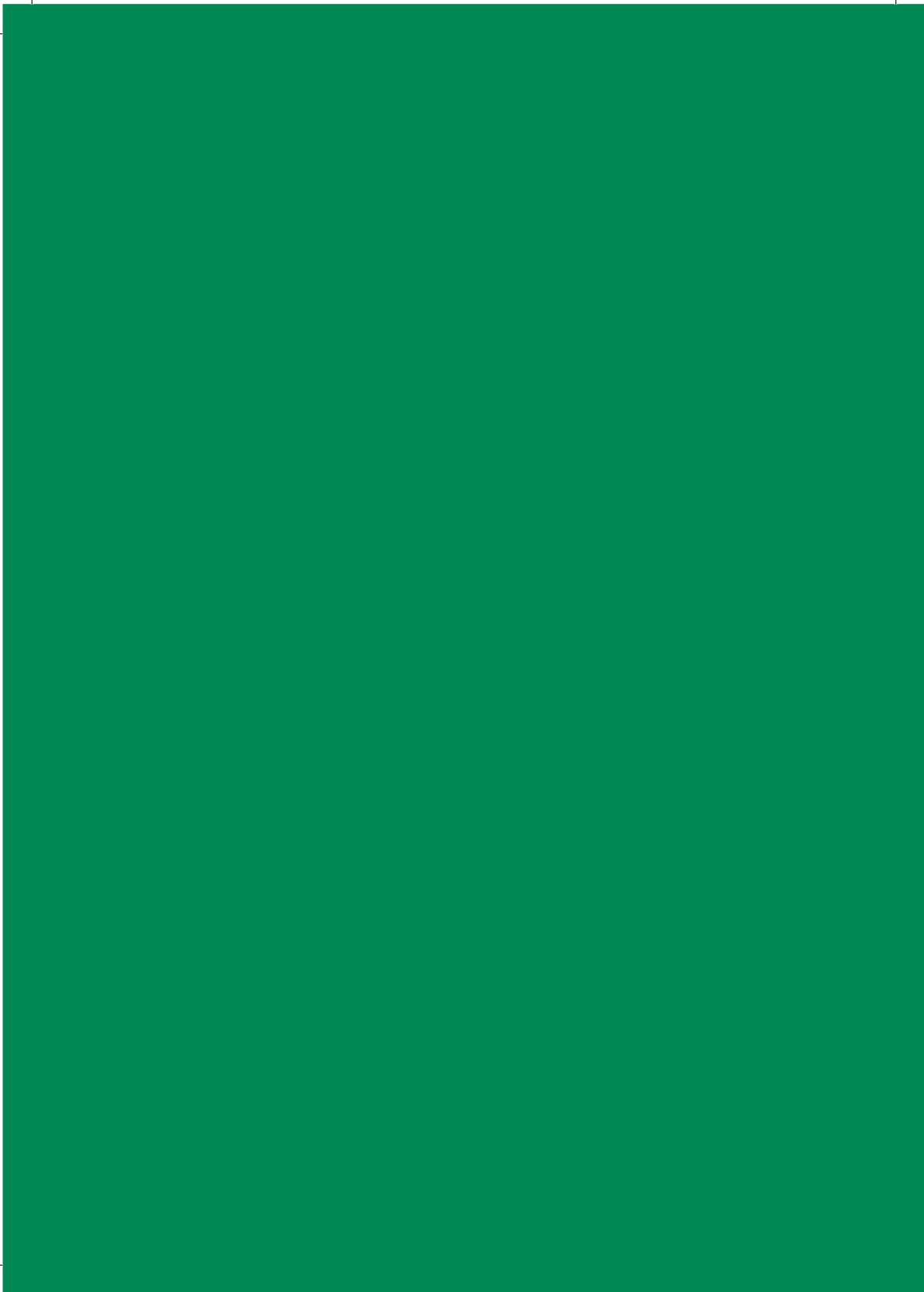
Palavras-chave: Sistema de Garantia de Direito; Conselho Tutelar; Criança e Adolescente.

EDUCAÇÃO E GÊNERO: UM DIÁLOGO EM CONSTRUÇÃO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Manoel Moretson da Costa Albino

A discussão sobre gênero vem se caracterizando como uma arena de acirrados conflitos ideológicos; preconceitos e discriminações por parte de membros do Poder Legislativo em muitos estados brasileiros, e com muitos adeptos no âmbito religioso. Este acirramento não se configura como um debate para a ampliação da diversidade na perspectiva de respeito aos direitos humanos nas escolas públicas, mas como uma verdadeira cassação dos direitos já garantidos pela Constituição Federal de 1988, que preconiza que não deve haver qualquer tipo de discriminação na sociedade brasileira e apresenta a igualdade entre as pessoas, principalmente sobre raça, cor, e orientação sexual. Trazer essa discussão é buscar respostas para o questionamento sobre qual é o papel da escola frente aos desafios da formação da cidadania desses sujeitos frente à temática de gênero, abordada como componente importante para a formação do combate ao preconceito e à discriminação a partir da educação. Assim, buscou-se apontar aspectos importantes sobre o posicionamento doutrinário relacionado à discussão de gênero no âmbito da educação para a rede de ensino pública, observando o fato de que está ocorrendo violação de direito por formadores das políticas públicas. Trata-se de pesquisa de caráter qualitativo e exploratório referente a esse campo de discussão a partir de uma pesquisa bibliográfica. Tendo como resultado uma discussão sobre educação e gênero como forma de compreender melhor este campo, evidenciou-se que há muito a avançar, uma vez que interesses de grupos conservadores e religiosos apontam teoricamente formas de redução e distorção desta pauta no legislativo. Isso configura sérios riscos à efetiva possibilidade de vinculação orgânica e produtiva entre gênero e educação no campo das políticas públicas.

Palavras-chave: Gênero; Orientação sexual; Educação; Políticas Públicas.

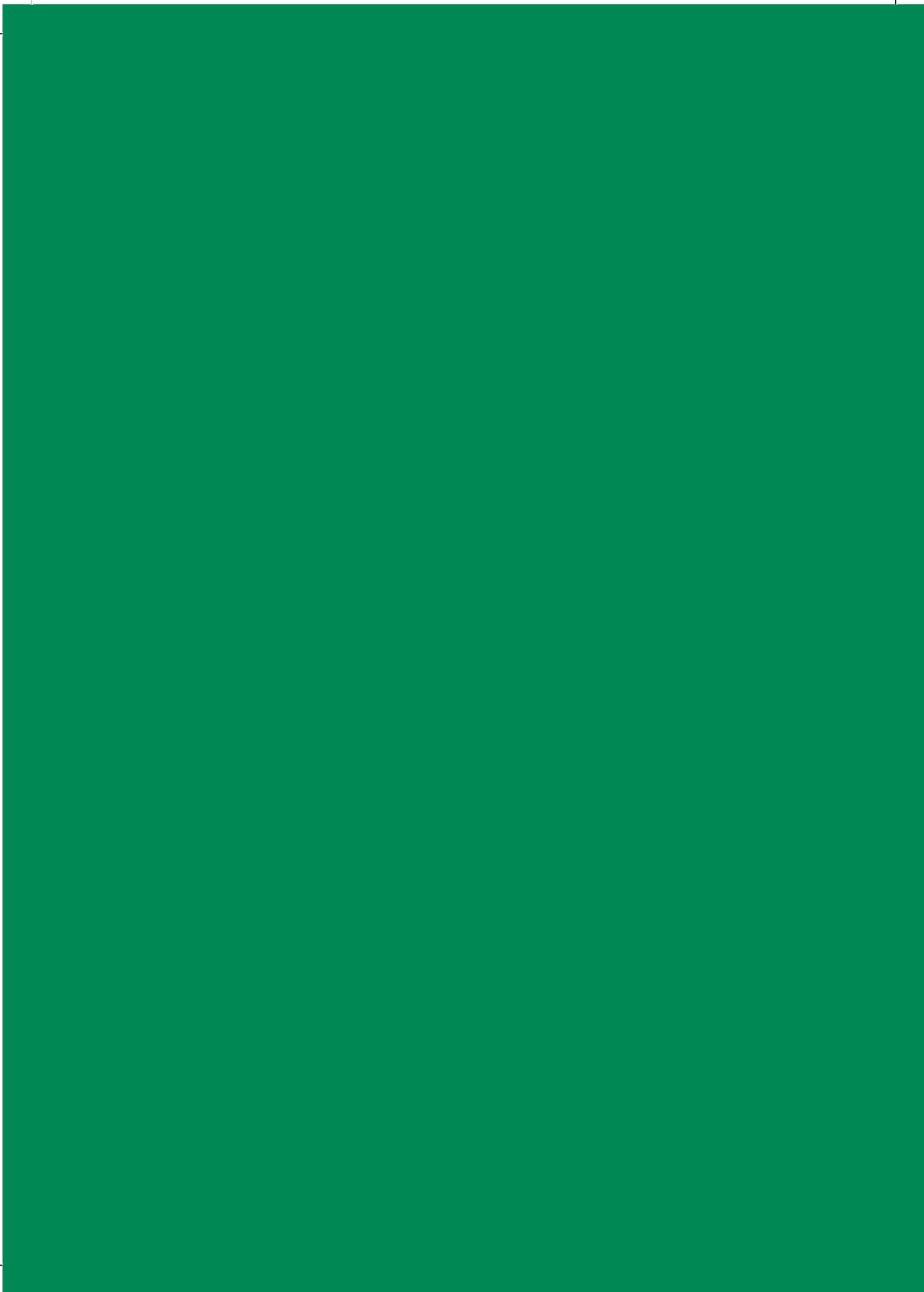


ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: DESAFIOS PARA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS NO CENTRO DE ATENDIMENTO A CRIANÇA – CEAC

Maria Camila Dantas

O acolhimento institucional é uma das medidas protetivas elencadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, devendo ser um espaço de proteção destinado a esse público, quando se encontra em situação de risco pessoal ou social ou que teve seus direitos violados. Porém, percebe-se um descompasso entre a legislação e a realidade desses serviços que, ao invés de garantir direitos, estão revitimizando seus acolhidos. O presente estudo teve por objetivo identificar os desafios para a garantia da efetivação dos direitos das crianças e adolescentes em acolhimento institucional no Centro de Atendimento a Criança – CEAC. Para isso, utilizou-se a metodologia qualitativa, baseada na aplicação de entrevistas semiestruturadas aos funcionários do CEAC e crianças e adolescentes acolhidos no local. Os resultados indicaram que ocorreram muitas evoluções no que tange às normativas deste serviço, trazendo um olhar mais profissional para o espaço e humanização para o atendimento de crianças e adolescentes. Porém, o Estado, que deveria cuidar e proteger, viola direitos. Falta muito para que a medida protetiva de acolhimento institucional seja considerada, de fato, uma medida de proteção. Espera-se que os desafios apontados por esse trabalho auxiliem na efetivação dos direitos das crianças e adolescentes que se encontram sob a tutela do Estado, em medida protetiva de acolhimento institucional, oportunizando que esse referencial possa vir a ser utilizado em outros locais, tempos e situações distintas.

Palavras-chave: Acolhimento institucional; Criança e Adolescente; Garantia de direitos.

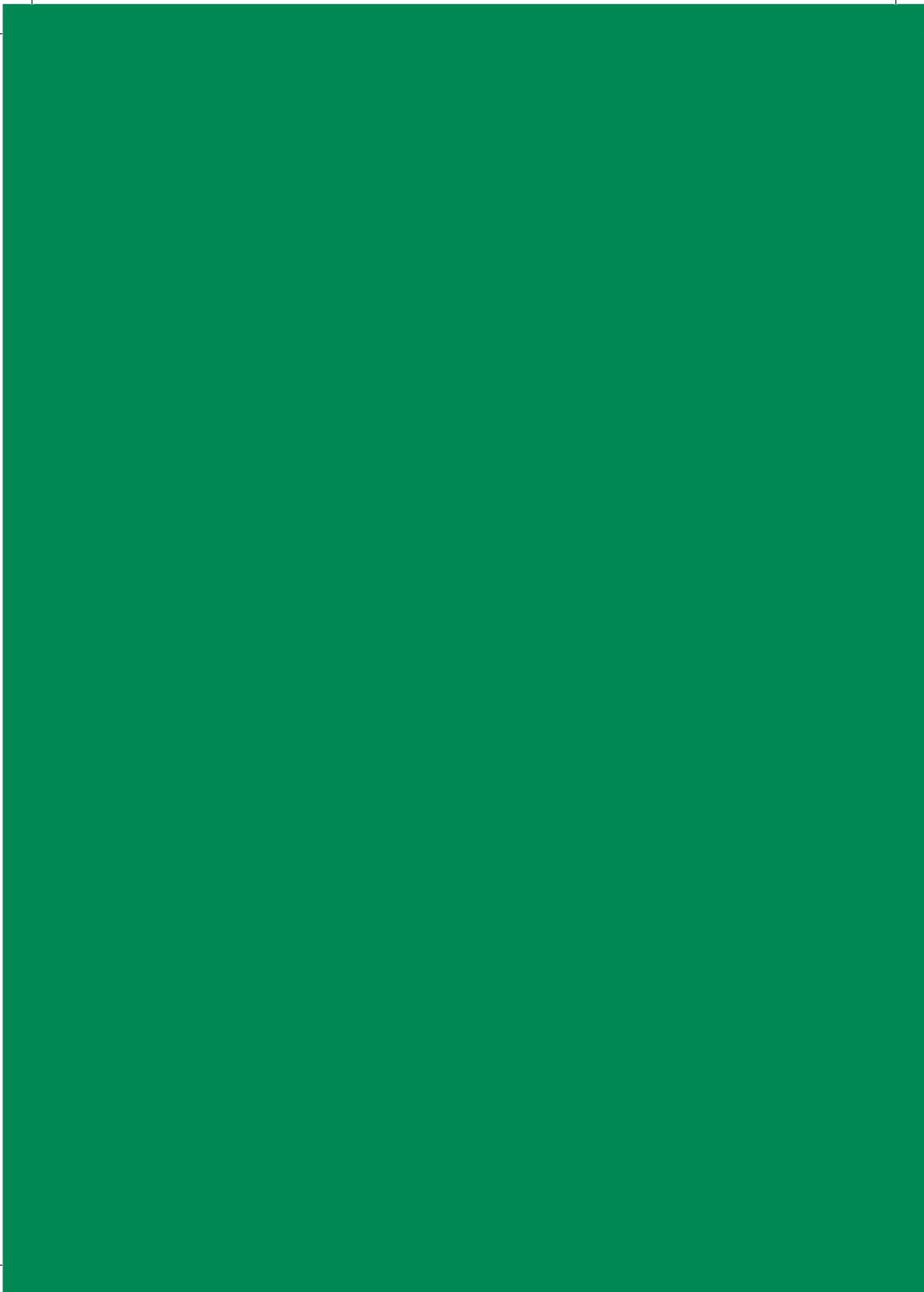


GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NO MUNICÍPIO DE PARANATAMA (PE): UMA EXPERIÊNCIA EXITOSA DO PROGRAMA MÃE CORUJA

Maria Celia Almeida de Lima

Diante dos conceitos e discursos sobre os riscos e vulnerabilidades existentes em gestantes adolescentes, conhecer e refletir sobre a incidência de gravidez na adolescência, no triênio de 2014 a 2016, no município de Paranatama (PE), traz uma perspectiva sobre os índices apresentados no Sistema de Informação do Programa Mãe Coruja Pernambucana. Supõe-se que, com o trabalho fundamentado em estatísticas, se pode detectar se houve aumento ou diminuição de adolescentes grávidas. Estudos que mostram as implicações psicológicas e físicas causadas durante a gravidez evidenciam o alto risco, devido à formação biológica da adolescente, por estar em desenvolvimento. Em consequência disso, é de fundamental importância o acompanhamento sistemático do pré-natal. Nesse contexto, a adolescente, normalmente, necessita de assistência médica e apoio familiar. Essa assistência deve ser iniciada precocemente e mantida regularmente, o que é fundamental para uma boa evolução gestacional e neonatal, como também de uma boa convivência familiar e comunitária. Através de uma pesquisa bibliográfica e estatística dos relatórios, foi possível ter discernimentos dos benefícios a esta população, realizado pelo Programa Mãe Coruja como política pública, apresentando redução acentuada do número de adolescentes grávidas.

Palavras-chave: Adolescência; Gravidez; Programa Mãe Coruja.

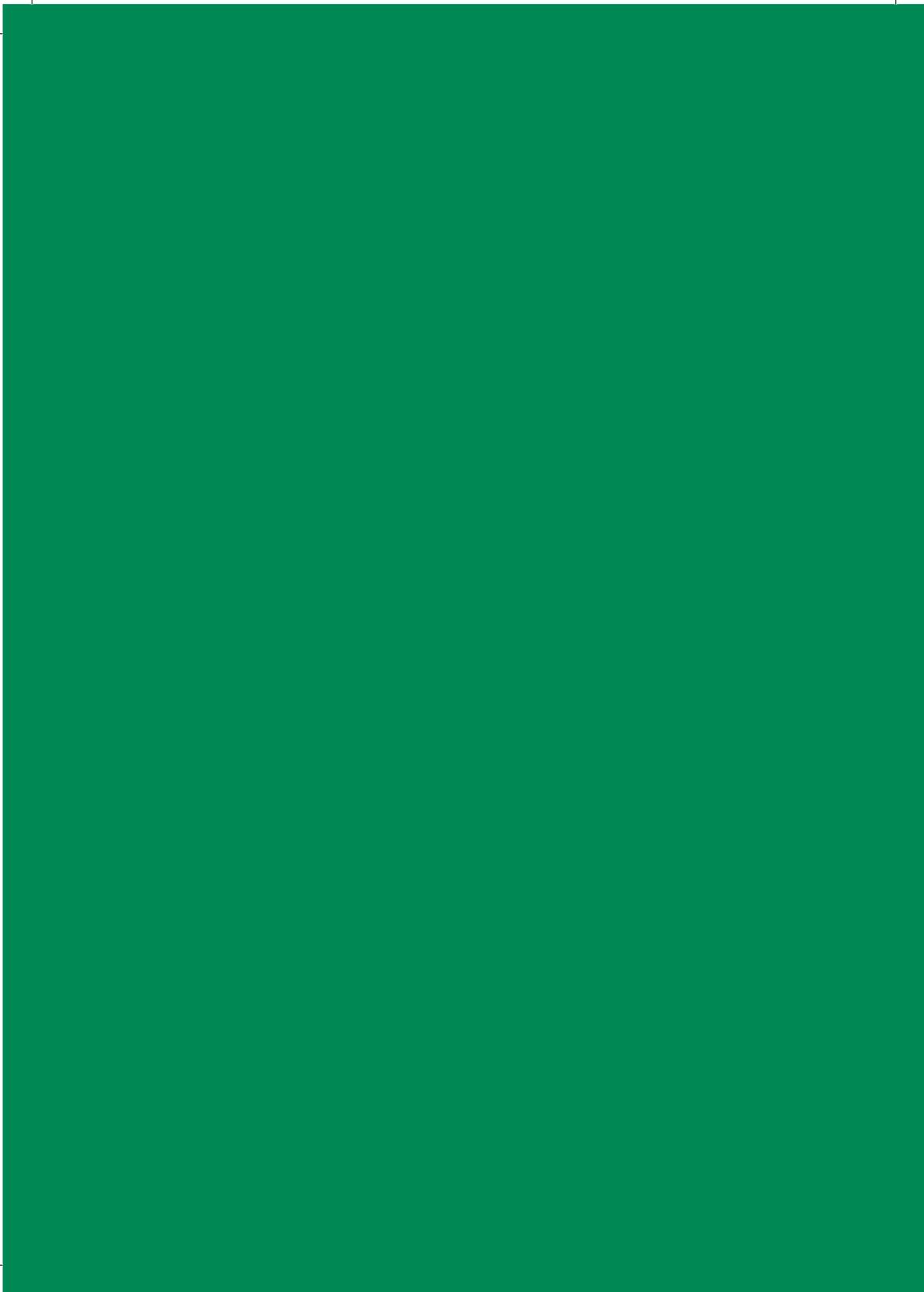


**FATORES MOTIVADORES DOS CONFLITOS
FAMILIARES ENVOLVENDO CRIANÇAS
E ADOLESCENTES NO CONSELHO TUTELAR
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BONITO – PE**

Maria de Lourdes da Silva

Esta monografia é o resultado de pesquisa documental realizada sobre os livros de registro de ocorrências do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente – CTCA de Bonito/PE, no período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2015. A intenção original do estudo foi investigar os conflitos familiares na instituição e no período acima mencionado. O exame dos registros de ocorrência foi utilizado também para identificar os fatores motivadores dos conflitos familiares. Os elementos responsáveis pelo início das discordâncias foram adicionalmente verificados pelas características demográficas (idade, gênero e parentesco), distribuição espacial e procedimentos realizados pelo CTCA. Estas publicações científicas, entre outras, foram utilizadas para fundamentar a pesquisa: Papalia (2006) e Belsky (2010) sobre a adolescência; Maluf (2010) e Teixeira (2009) em relação à família; Digiácomo&Digiácomo (2010) e Scheinvar (2008) sobre o Conselho Tutelar; Benetti (2006) e Toloí& Souza (2009) em relação ao conflito familiar. Os resultados foram divididos em duas partes: o cálculo e a interpretação das quantidades de registros de ocorrências e a categorização dos fatores motivadores.

Palavras-chave: Conselho Tutelar; Conflitos familiares; Criança e adolescente.



TRABALHO INFANTIL: UMA REALIDADE NA FEIRA LIVRE NO BAIRRO DA BOA VISTA EM GARANHUNS

Maria do Socorro Carvalho Lopes

Ao longo da História da humanidade, alguns fatos se repetem insistentemente, envolvendo crianças e adolescentes numa realidade importante. Ainda é uma lacuna que falta ser preenchida por políticas públicas, espaços acadêmicos e sociais para minimizar a vulnerabilidade social, pois em muitos casos a exploração do trabalho infantil acontece devido à necessidade de contribuir financeiramente com a família e tentar sanar suas próprias necessidades. Este estudo trata da problemática do trabalho infantil, buscando observar a realidade que se faz permanente na feira livre da Boa Vista, no município de Garanhuns-PE. Tem como objetivo fomentar conhecimento da realidade do trabalho infantil no bairro da Boa Vista, observando a realidade que condiciona o perfil das crianças e dos adolescentes que atuam na feira livre. Justificamos o desenvolvimento deste trabalho como ferramenta para entender o que leva crianças e adolescentes a permanecerem na feira livre da Boa Vista em regime de trabalho infantil. Identificamos, a partir da observação participativa e das literaturas que elencam esta temática, a falta de motivação para os estudos, dificultando, dessa forma, o avanço na aprendizagem e no desenvolvimento intelectual de crianças e adolescentes. Essa lacuna remete ao entendimento de que a escola pode contribuir para a superação dessa prática, preparando-os para o mundo do conhecimento, o exercício da cidadania e o pleno desenvolvimento. As políticas públicas têm um papel de relevância neste contexto, contribuindo de forma eficaz para minimizar o trabalho infantil. Desse modo, considerando o trabalho infantil como expressão da questão social e a quebra da infância e da adolescência, este trabalho enfatiza o processo de construção de uma perspectiva digna e com efetividade de direitos para os

protagonistas desta temática. Contudo, faz-se necessário investir na problemática da exploração do trabalho infantil, dando uma conotação aos resultados das ações de intervenções nas feiras livres de Garanhuns, com efetivação de políticas públicas, considerando os sujeitos envolvidos e, assim, zelar pelo futuro das crianças e adolescentes com base na legislação e doutrina integral.

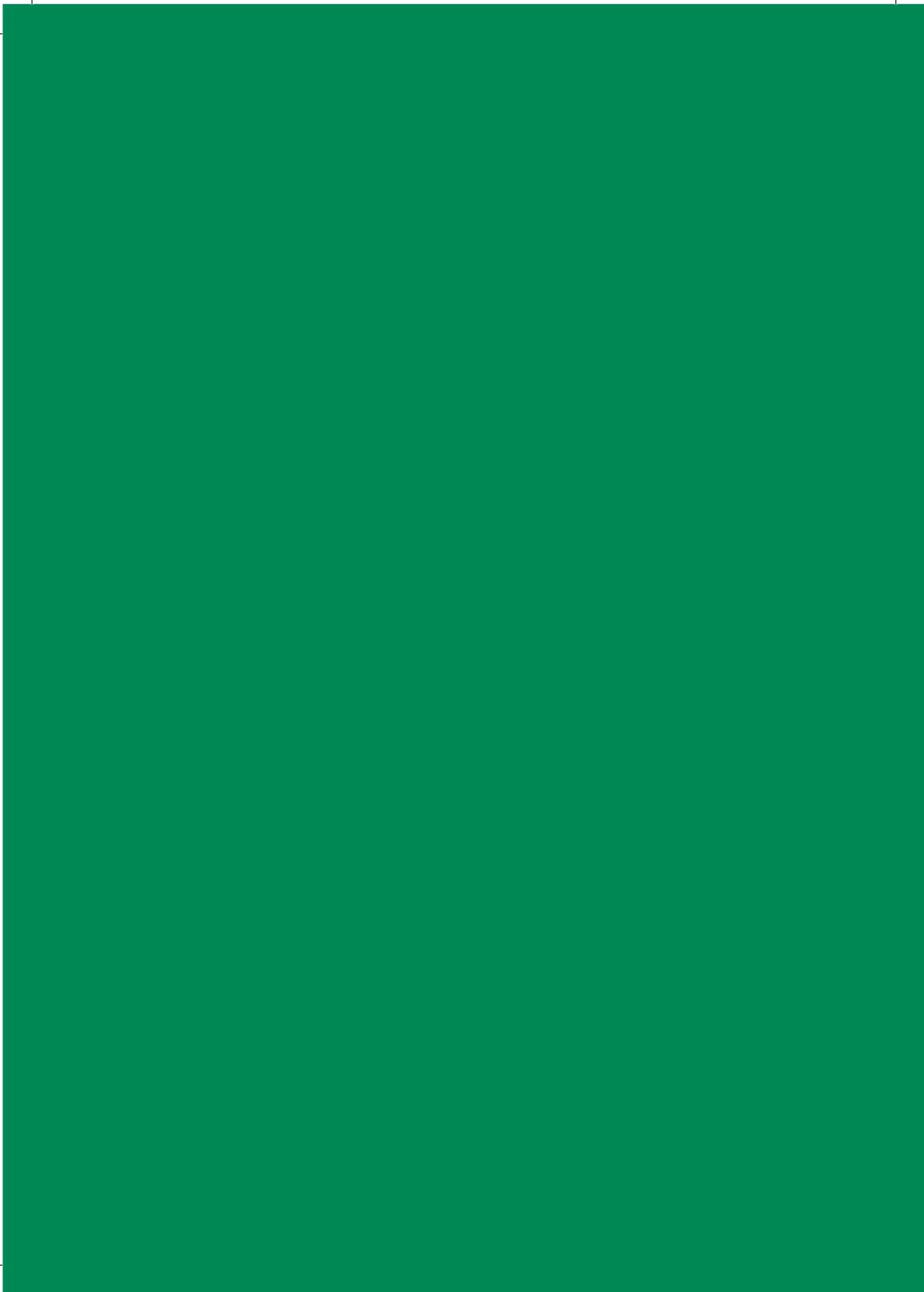
Palavras-chave: Criança; Adolescente; Feira livre; Trabalho infantil.

ADOLESCÊNCIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO NÚCLEO DE CIDADANIA DE MENINAS E MENINOS EM ARCOVERDE-PE

Maria Edivane da Silva Gomes

As políticas públicas para a criança e o adolescente ganham novo sentido com o aumento significativo da produção das teorias sobre as infâncias. Não se pode mais falar da criança e do adolescente sem oferecer meios, espaços e condições para que eles tenham voz e vez. Nessa perspectiva, a presente pesquisa lançou-se sobre uma experiência exitosa sustentada na metodologia do UNICEF para o protagonismo juvenil no município pernambucano de Arcoverde, a fim de entender como se dá a participação do adolescente no Núcleo de Cidadania dos Adolescentes. O objetivo desta monografia é analisar a participação dos adolescentes nos espaços criados para exercício da cidadania. A pesquisa de campo colheu informações através de questionários e entrevistas estruturadas com os adolescentes participantes do Núcleo de Cidadania e com os gestores públicos ligados à área da adolescência. O trabalho estrutura-se em três partes: a compreensão do que é ser adolescente, da adolescência e especificamente essa vivência e construção no semiárido; o pensamento do UNICEF sobre a intervenção metodológica para os adolescentes; e a forma como essa intervenção ocorre no município de Arcoverde, particularmente com os Núcleos de Cidadania dos Adolescentes e as contribuições do NUCA para a formação cidadã dos adolescentes. O trabalho é concebido a partir das linhas teóricas do UNICEF sobre a adolescência e seus documentos norteadores, por meio dos quais se entende que o protagonismo é o caminho régio para se consolidar e concretizar os direitos dos adolescentes.

Palavras-chave: Adolescência; Protagonismo; Direitos do Adolescente; Cidadania e Políticas Públicas.

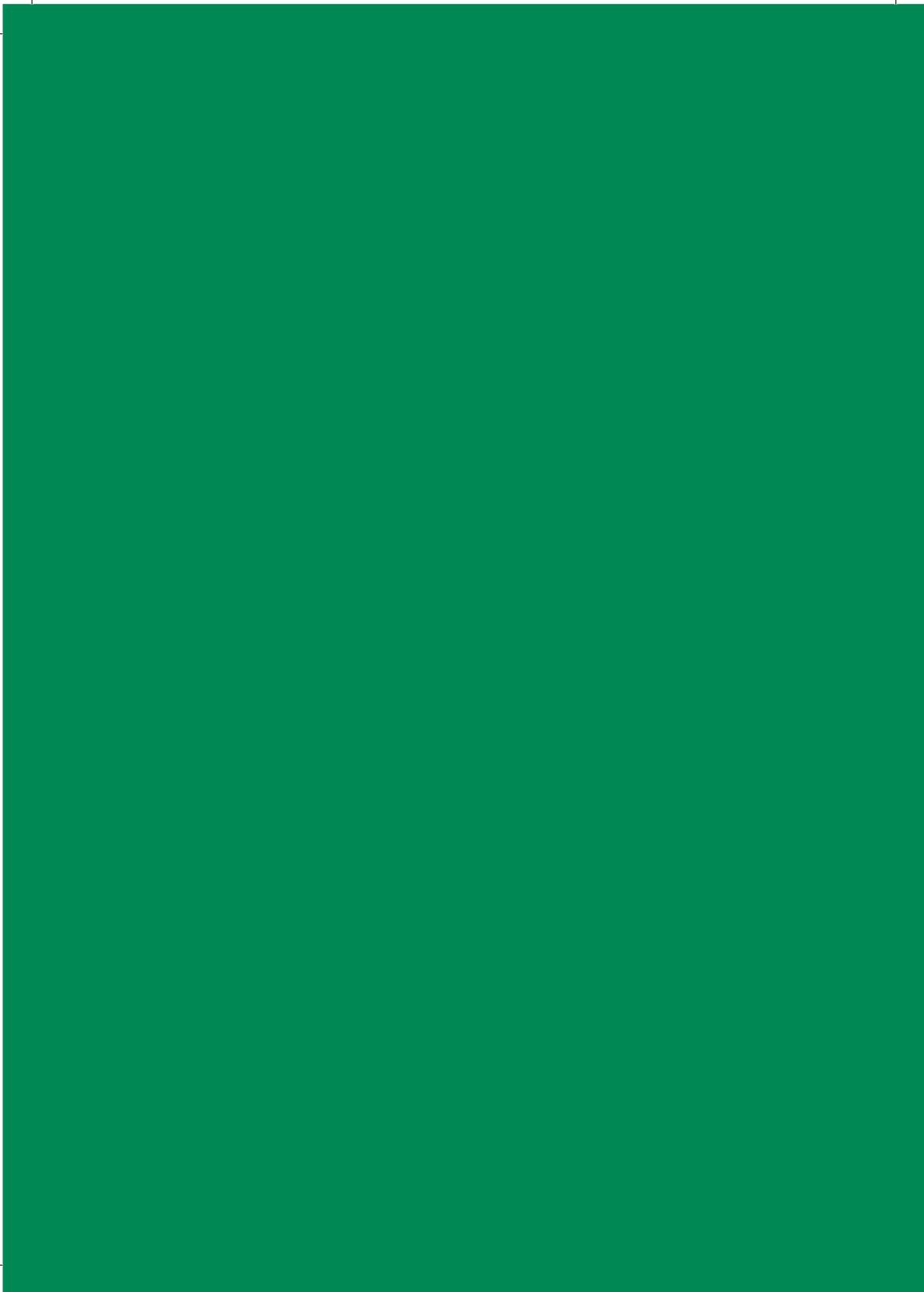


AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE SOB A RESPONSABILIDADE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Maria Isvânia de Araújo Nascimento Freitas

Os resultados e as informações contidas nesta monografia são a culminância da pesquisa de campo realizada durante os meses de Janeiro de 2017 a Março de 2017, no decorrer do Curso de Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. A referida pesquisa teve como objetivo geral analisar de que forma as políticas públicas estão sendo formuladas frente à garantia dos direitos de crianças e adolescentes no município de Jataúba. Para tanto, a pesquisa em tela foi desenvolvida no Conselho de Direito, tendo como fio condutor a análise documental, a observação, a coleta de dados, a aplicação de questionário aos Conselheiros Municipais de Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA), a análise e os resultados. O intuito da pesquisa foi analisar a dinâmica e o funcionamento do CMDCA, compreendendo o papel desempenhado pelos Conselheiros Municipais; identificar se tal prática é compreendida como possibilidade de garantia de direitos de Crianças e Adolescentes, bem como as ações desenvolvidas por estes atores sociais em relação à proteção de Crianças e Adolescentes, conforme aborda o Estatuto da Criança e Adolescente (1990). A pesquisa mostrou que as políticas públicas no município de Jataúba precisam de um melhor direcionamento no que se refere aos direitos das crianças e dos adolescentes.

Palavra-chave: Criança; Adolescente; Políticas Públicas; Conselho de Direito.

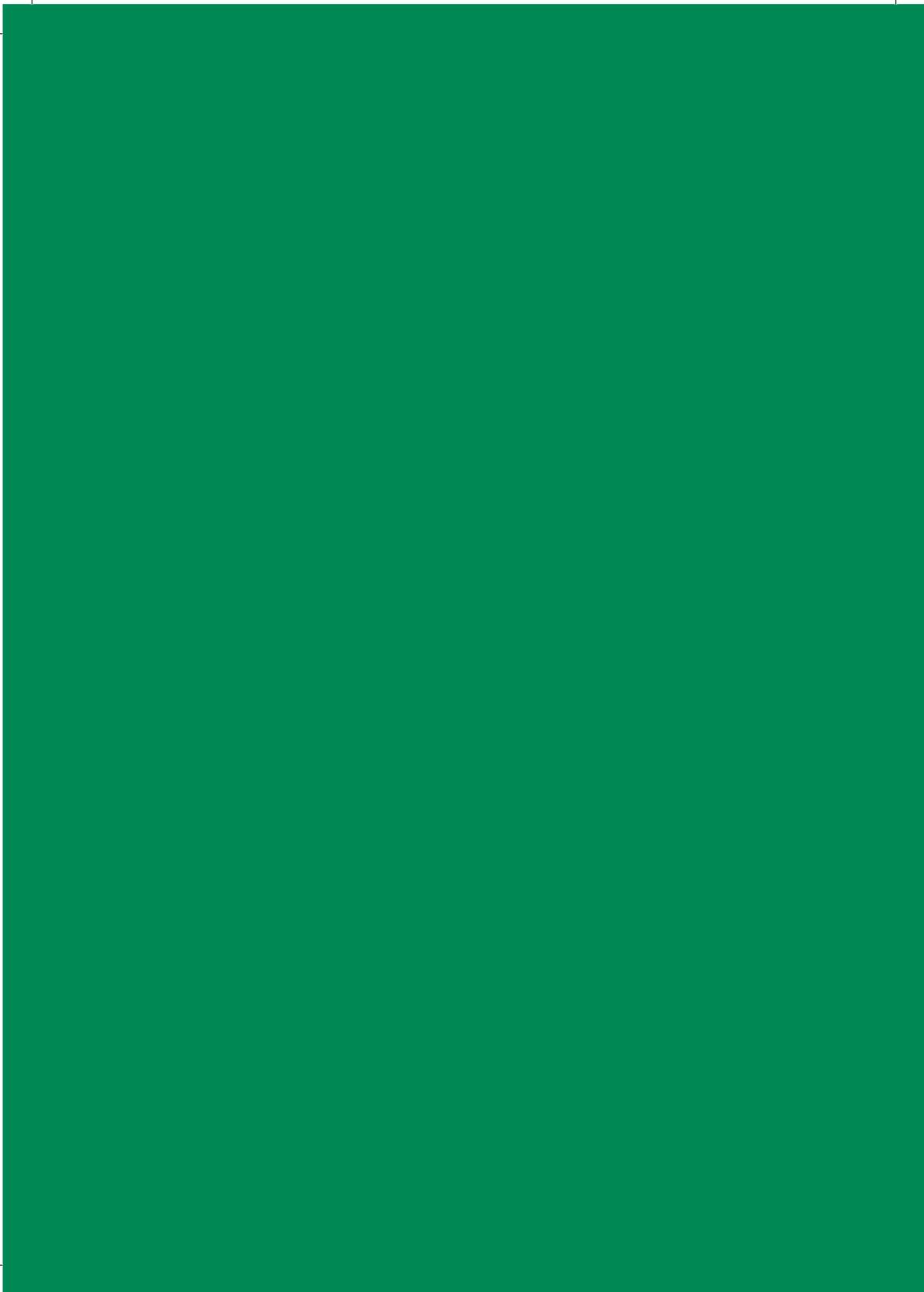


O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO- PE

Maria José David dos Santos

O Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescente é uma medida de proteção excepcional para crianças que se encontram em situação de risco, abandono familiar, abuso sexual ou em vulnerabilidade social. A avaliação das políticas públicas na área dos direitos humanos de crianças e adolescentes deve ser realizada a partir da avaliação dos serviços oferecidos e do funcionamento da rede do sistema de garantia de direitos. Este trabalho teve como objetivo compreender as condições de funcionamento das instituições de acolhimento de crianças e adolescentes no Município de Vitória de Santo Antão-PE. Para isso, foi realizado o preenchimento de formulários pelos coordenadores de duas casas institucionais no município de Vitória de Santo Antão-PE, acerca das condições de funcionamento e infraestrutura. A partir das respostas, foi realizada uma análise sobre a realidade existente no município e o modelo de acolhimento institucional ideal preconizado pelas normatizações. Foi possível observar disparidades e diferenças entre a instituição governamental e a não governamental, e a estrutura física de ambas as casas demonstra insuficiência em relação à estrutura ideal. Para uma melhor aplicação da norma, faz-se necessária uma mobilização dos atores que fazem parte do sistema em busca de um interesse maior dos governantes para assumir essa responsabilidade e concretizar o necessário para a garantia dos direitos da população assistida.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional; Estatuto da Criança e do Adolescente; Vitória de Santo Antão/PE.



ATUAÇÃO DO CREAS NA DEFESA E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CANHOTINHO-PE

Maria Marlene dos Santos Nascimento

Este trabalho pretende analisar a atuação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS no município de Canhotinho-PE. Atualmente o programa ofertado é o Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos-PAEFI, funciona com uma equipe incompleta e com a falta de sistematização de dados. A falta desse instrumento dificulta muitas vezes a identificação das demandas e a intensidade das ocorrências para melhor desenhar a especificidade e especialidade da oferta de proteção social na política de Assistência Social. O município com 24.920 habitantes, sendo 12.261 na zona urbana e 12.659 na zona rural, com o PIB abaixo da linha per capita, sua principal renda é a agricultura familiar e o comércio; na área da saúde, tem um hospital microrregional, 10 Programas de Saúde da Família (PSF), sendo 04 na zona urbana e 06 na zona rural; na área da educação, tem 31 escolas pública e 3 particulares. Mostrar a origem do conceito de infância, enquanto construção social, falar sobre a infância é falar sobre algo indecifrável, enigmático. Talvez fosse correto dizer que é a fase da vida onde somos crianças e por onde se inicia o nosso aprendizado e as nossas descobertas. A assistência social é um direito de todos e dever do Estado, instituído pela Constituição Federal de 1988. Situando-se no campo dos direitos sociais, com direito do cidadão, avança para superar o status de política assistencialista, caritativa e de simples ajuda para as pessoas da intervenção estatal, e passa a construir uma política pública social a ser construída com a participação da população e garantida pelo Estado e pela sociedade. A partir de

1993, com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS, é definida como Política de Seguridade Social, compondo o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde, Previdência Social e Assistência Social, com caráter de política social. A Constituição Federal 1988, em seu Art.227, assegura que a criança e o adolescente devem ser tratados com absoluta prioridade. Vindo a ser consolidado pela Lei 8069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA. Nesse contexto, torna-se relevante analisar e conceituar a atuação do Centro de Referência Especializado na Defesa e Proteção dos Direitos Humanos das Crianças e adolescentes do Município de Canhotinho, visto que as políticas públicas refletem sobre a autonomia, a defesa de direitos violados e a relevância de sua função na Rede de Proteção.

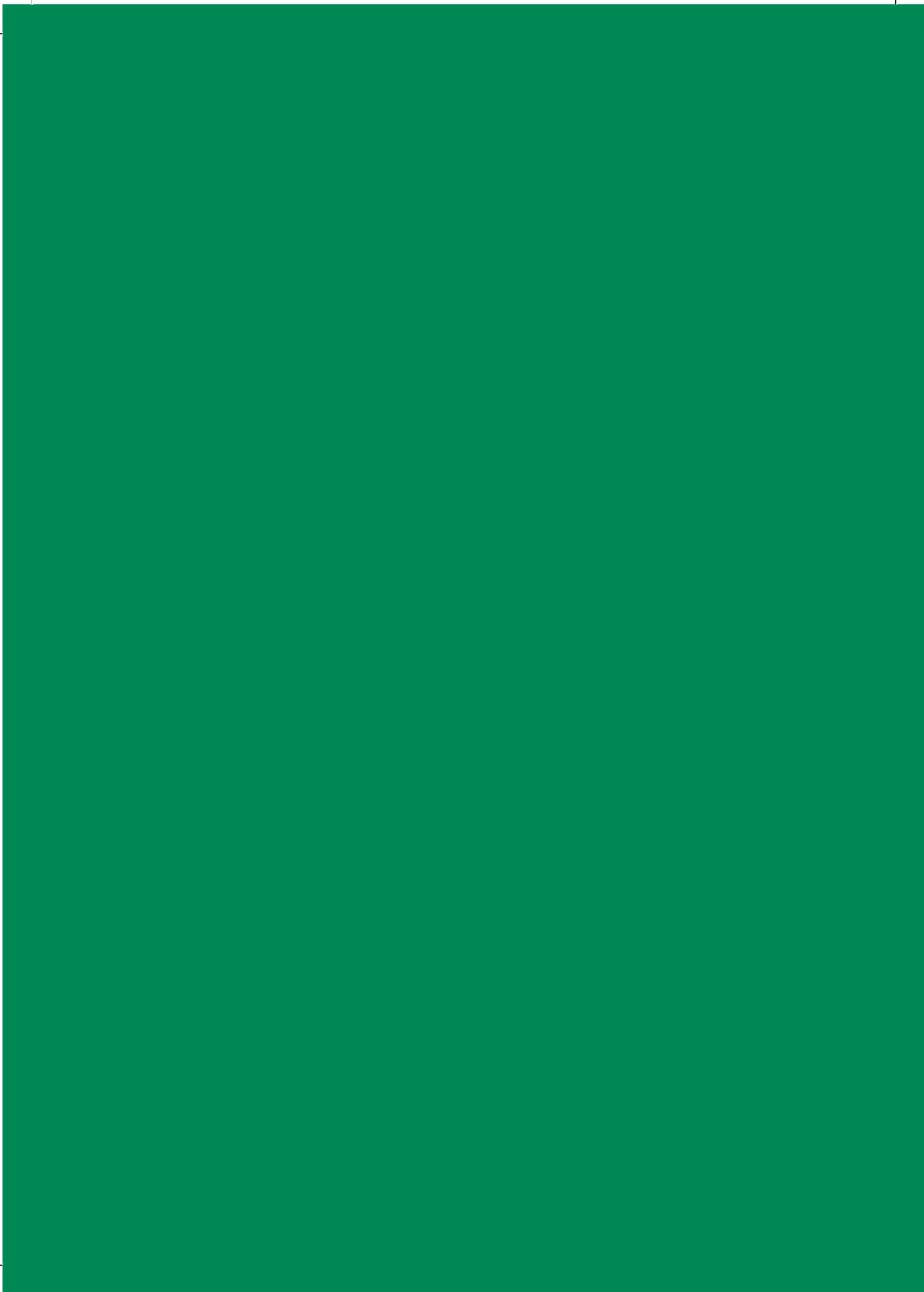
Palavras-chave: Rede de Proteção social; Centro de Referência Especializado de Assistência social; Criança e Adolescentes.

ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA E A PERCEPÇÃO A RESPEITO DA ESCOLA

Maria Patrícia da Silva

O presente trabalho busca fazer uma análise das concepções dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida a respeito da escola. A pesquisa foi desenvolvida com três adolescentes alunos da rede municipal de ensino da cidade de Caruru (PE), dentre eles duas meninas e um menino, estudantes das séries iniciais do horário noturno. O primeiro capítulo aborda o conceito de adolescência, como também a relação desse indivíduo com a medida socioeducativa de liberdade assistida e seu direito à educação, sendo a escola o elo entre o adolescente e o direito de estudar. O segundo capítulo apresenta uma análise a respeito da visão dos adolescentes sobre a escola, desenvolvida a partir de entrevistas embasadas em estudiosos que pesquisaram a respeito da temática. Os autores Padovani e Ristum (2013), Francischini e Campos (2005), Gentili (2009) e Varalda (2013), entre outros, deram suporte teórico para o desenvolvimento da pesquisa. O resultado da análise das entrevistas mostrou que os adolescentes em questão buscam mais a inserção profissional no mercado de trabalho do que concluir os estudos, e que a escola, apesar de agradável, pouco oferece oportunidades nesse sentido. Sendo assim, percebe-se que a escola precisa renovar em suas práticas pedagógicas e curriculares.

Palavras-chave: Adolescente; Medida socioeducativa; Liberdade assistida; Escola; Direito à educação.

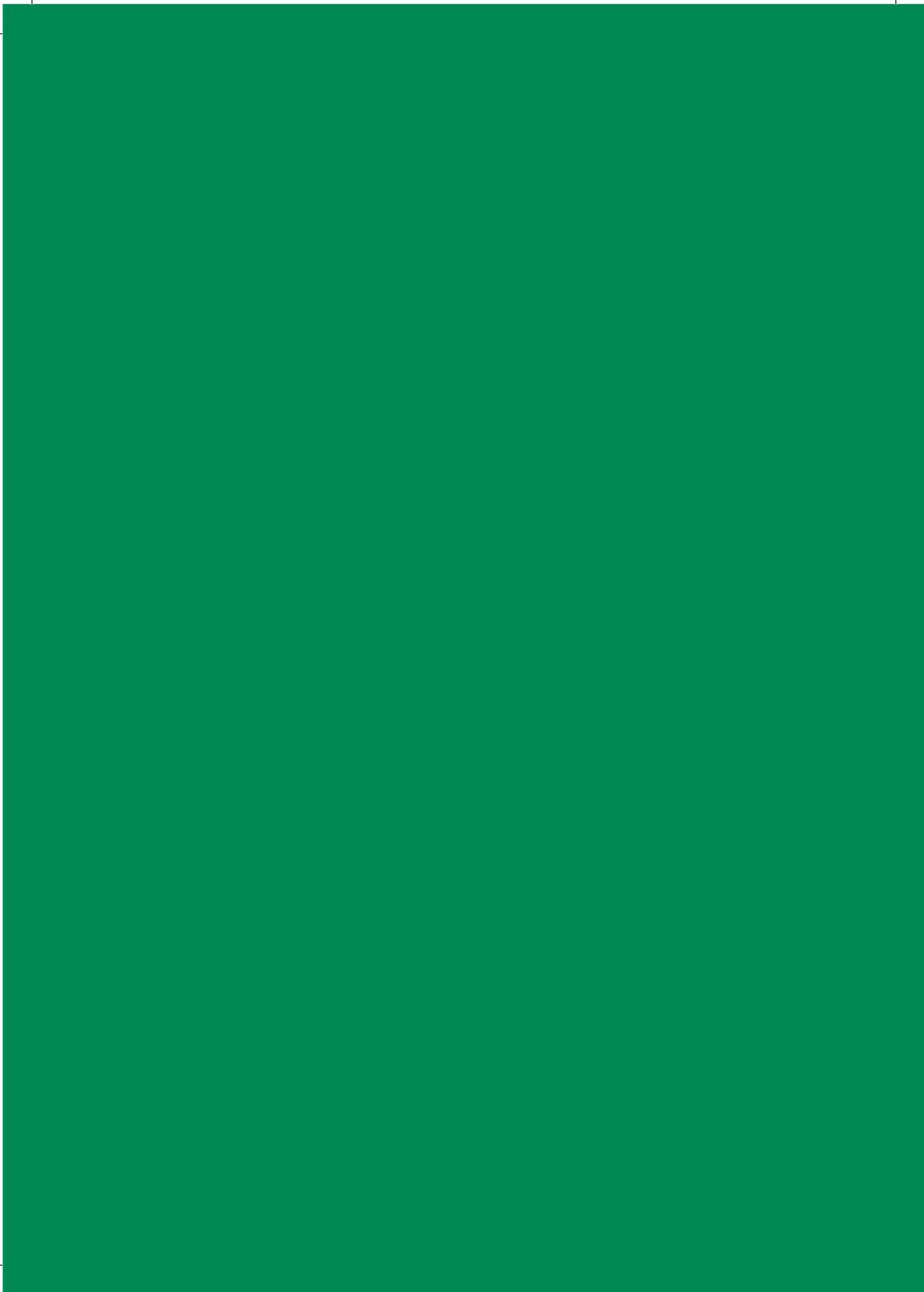


ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL ATRAVÉS DA REDE DE PROTEÇÃO E SEUS PROCESSOS

Maria Verônica Alves Barboza

O acolhimento institucional percorre uma sistemática para a sua efetivação que tem como princípio garantir os direitos contra a violência sofrida pelas crianças e pelos adolescentes. Entretanto, os olhares da sociedade não estão em consonância com a realidade vivenciada pelos órgãos que realizam o acolhimento, principalmente na composição das situações em que ocorrem e que são visualizadas somente pela Rede de Proteção. Esta pesquisa tem como proposta descrever as ações e atribuições do processo para o acolhimento, observando o labor da equipe em uma instituição. Para isso, descreve o comportamento e as necessidades, justificando este trabalho a partir das ações para efetivar, em conformidade com a legislação e a realidade existente, o acolhimento institucional. A pesquisa traz, ao bojo das discussões, os direitos e as garantias das crianças e dos adolescentes sob os aspectos comportamentais e estruturais de uma instituição para este fim. A partir de uma abordagem qualitativa e exploratória, buscou-se identificar as situações, apresentando conceitos e concepções do papel da Rede de Proteção, como também do Estado em promover um acolhimento institucional com eficácia, de acordo com o que prevê a legislação vigente, principalmente relacionando os papéis da equipe e dos serviços necessários para contemplar o acolhimento. Os comportamentos contemplados viabilizam um olhar em que tudo pode ser construído se houver uma maior participação do Estado e da Rede de Proteção, identificando, assim, o que pode ser construído em benefício da coletividade pelos órgãos de proteção à criança e ao adolescente em estado de acolhimento.

Palavras-chave: Rede de Proteção; Acolhimento Institucional; Garantia de Direitos.



REGISTRO DE VIOLAÇÕES DE DIREITO DE GARANHUNS E SUA CONTRIBUIÇÃO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA

Michele Mandici Filho

O propósito desta pesquisa é descrever o funcionamento do registro das violações de direito no Conselho Tutelar, através do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA) e os agravos na secretaria de saúde pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e seu informe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Essas notificações de violações de direito não são aproveitadas na formulação de políticas públicas e na publicação de resoluções pelo CMDCA. Supôs-se que a causa desse problema pode ser a falta de uma devida compreensão das violações de direito e a falta registro por parte dos operadores de direito que operam os respectivos sistemas; a falta de integração e comunicação do Conselho Tutelar, Secretaria de Saúde e CMDCA; outra possibilidade é a não notificação de ocorrências pelos profissionais de saúde e pela população, por desconhecerem o que é uma violação de direito ou por temerem as consequências. Os conselheiros municipais da criança do adolescente desconhecem as suas atribuições ou não conseguem interpretar os dados fornecidos. Evidenciar o fluxo de informação das violações de direitos e seus gargalos dentro do Sistema de Garantia de Direitos é um passo importante a se fazer. O presente levantamento baseou-se nos conceitos de violações de direito no sistema SIPIA e SINAN, bem como a definição de violação e sistema de proteção nos autores: Miranda (2013), Souza (2016), O'Brien (2009) e na legislação vigente como o Estatuto da Criança e do Adolescente. A coleta de dados foi feito junto aos Bancos de Dados do SIPIA e SINAN em Garanhuns, no período de 01 de

janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015. Este trabalho contribuirá com os operadores de direito no sentido de aperceberem-se de suas ações, tendo consciência do fluxo das violações de direito e da efetivação de políticas públicas. Como resultado, foi verificada a predominância do uso do SIPIA por parte do Conselho Tutelar de Garanhuns, sendo registrados, no período supracitado, 3.084 violações e 198 no SINAN, por profissionais da Saúde. Os dois sistemas trazem informações importantes e podem ser uma base sólida para a efetivação de políticas públicas como exemplo: a ampliação do número de creches para diminuição do volume de violações no eixo de convivência comunitária e familiar. No SINAN, as situações envolvendo casos de suicídio e tentativa de suicídio totalizaram 15 fatos, na faixa etária de 15, 16 e 17 anos, representando 65% das ocorrências. Tais dados de uma violação grave requerem um aprofundamento para um maior apoio a esta faixa etária.

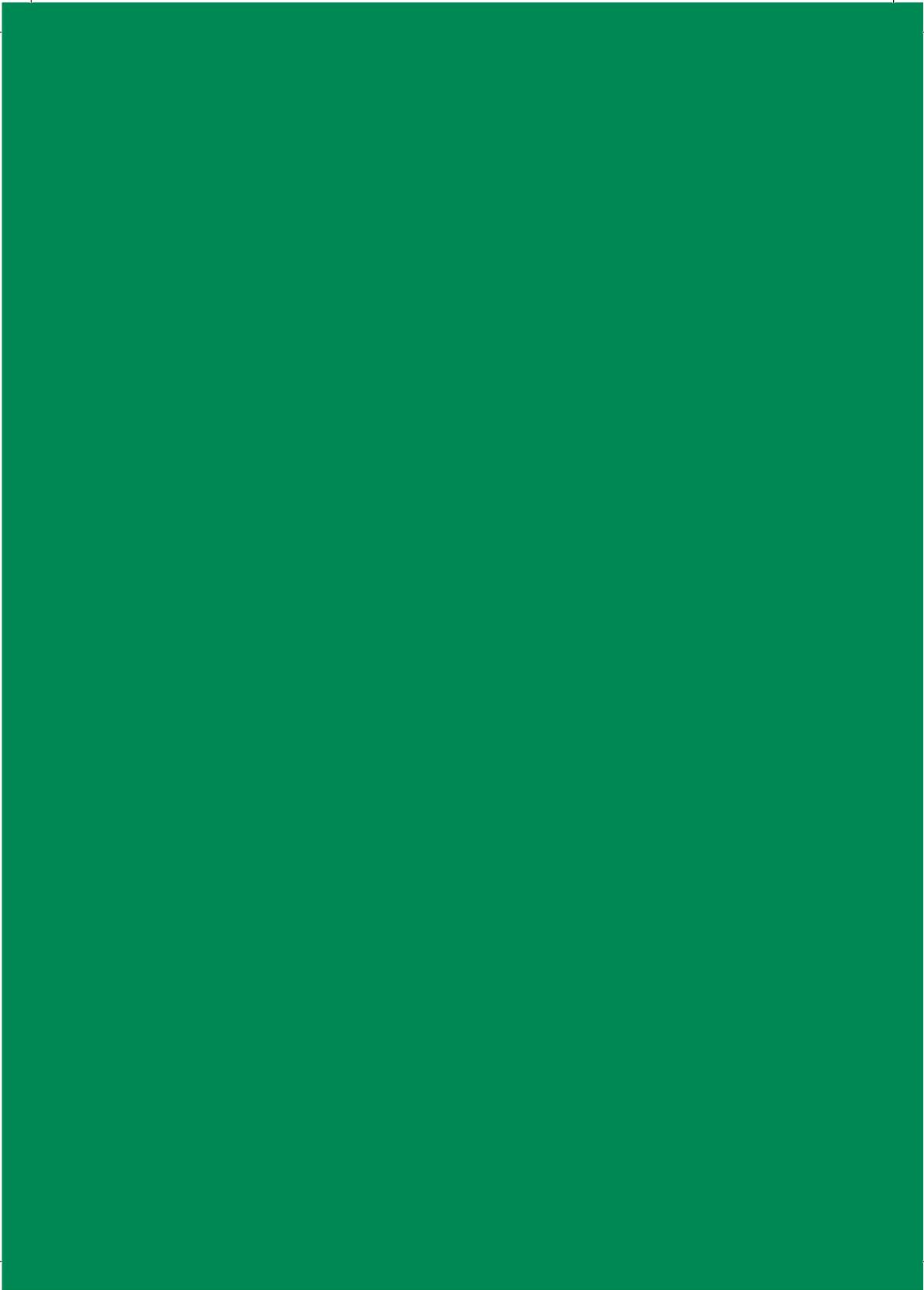
Palavras-chave: Violações de Direito; CMDCA; Conselho Tutelar; SINAN; SIPIA.

ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Patrícia Carla Moraes Silva

O abuso sexual contra crianças e adolescentes é um problema para a nossa sociedade. É uma prática violenta, ainda bem presente na nossa sociedade, onde crianças e adolescentes são objetos de prazer. Muitas delas sofrem e registram na alma, no momento da quebra de sua infância e adolescência. O abuso sexual é responsável por causar diversas violações aos direitos humanos, legais, de poder, de papéis, do nível de desenvolvimento e compreensão da vítima, do que o abusado pode consentir, de regras sociais e familiares e de tabus. Ou seja, situações de abuso configuram maus tratos à vítima. As consequências do abuso sexual podem ser: adultos com problemas de relacionamento com outras pessoas, tais como autodesvalorização, depressão, medo da intimidade quando adultos, tendência à prostituição e ao homossexualismo, negação de relacionamentos afetivos, distúrbios sexuais, dentre outros. Existem muitos meios de prevenir o abuso sexual, iniciando-se através de um trabalho educativo, focando a educação para saúde sexual, que pode ser realizado tanto em casa e na escola quanto em uma entidade social. Os pais devem participar da educação sexual dos filhos no que diz respeito ao despertar de sua sexualidade, a fim de que saibam orientá-los da maneira correta quanto a essa prática na vida adulta. Este trabalho tem como objetivo contribuir acerca dos atendimentos às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual na perspectiva de garantia e de efetivação de direito. O foco será a cidade de Caruaru, com a demanda desse tipo de atendimento entre os anos de 2014 a 2015.

Palavras-chave: Abuso sexual; Conselho Tutelar; Família; Tratamento Psicológico.



**GRÊMIO ESTUDANTIL:
UM DIREITO À EDUCAÇÃO CONQUISTADO
ESTUDO DE CASO NUMA ESCOLA DE REFERÊNCIA EM
ENSINO MÉDIO
DO AGRESTE DE PERNAMBUCO**

Plínio Xavier de Figueirôa

O Grêmio estudantil é um direito à educação conquistada. As informações contidas nesta monografia são o resultado de uma pesquisa em uma escola do interior do Estado, na cidade de Vertentes, realizada no decorrer do Curso de Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente da Universidade Rural de Pernambuco – UFRPE. A pesquisa teve como objetivos analisar e investigar o processo de formação, participação e relações do Grêmio Estudantil Ayrton Senna no cotidiano escolar, e como esta unidade pode ser uma ferramenta para iniciar a participação dos estudantes nos problemas da escola. Inclui como fontes para coleta de dados: questionário para os alunos gremistas e professores, Atas do grêmio, Estatuto e o Projeto Político Pedagógico da escola. Através de gráficos e análises, apresenta resultados da percepção dos estudantes e dos professores sobre as atribuições do grêmio, sobre a participação dos estudantes e as relações de alguns atores da escola. Este trabalho acadêmico estrutura-se em três capítulos que apresentam um percurso histórico sobre o movimento estudantil, a conquista dos direitos e a legislação sobre a formação dos grêmios estudantis no Brasil; apresentação da escola analisada e o Grêmio Estudantil Ayrton Senna; e a apresentação dos dados levantados com o questionário. Para fundamentar esta pesquisa, foram utilizados: Costa (2001), Antunes (2015) e Monteiro (2005), Cara (s/data) acerca do protagonismo juvenil, participação em grêmio; Muller (2011), para contextualizar o movimento estudantil. Também respalda este debate a legislação referente aos direitos dos adolescentes como a

Constituição Federal (1998), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que preconiza a promoção dos direitos aos adolescentes no que diz respeito à organização dos mesmos. O Grêmio Estudantil Ayrton Senna ainda não se firmou na escola, tendo em vista uma lacuna no processo de eleições diretas pelos estudantes. Os professores e os estudantes gremistas percebem as atribuições do grêmio que é de representar todos os estudantes da escola. Apesar da boa relação entre grêmio, professores e gestão, ainda se tem uma separação de atividades exclusivas de cada grupo.

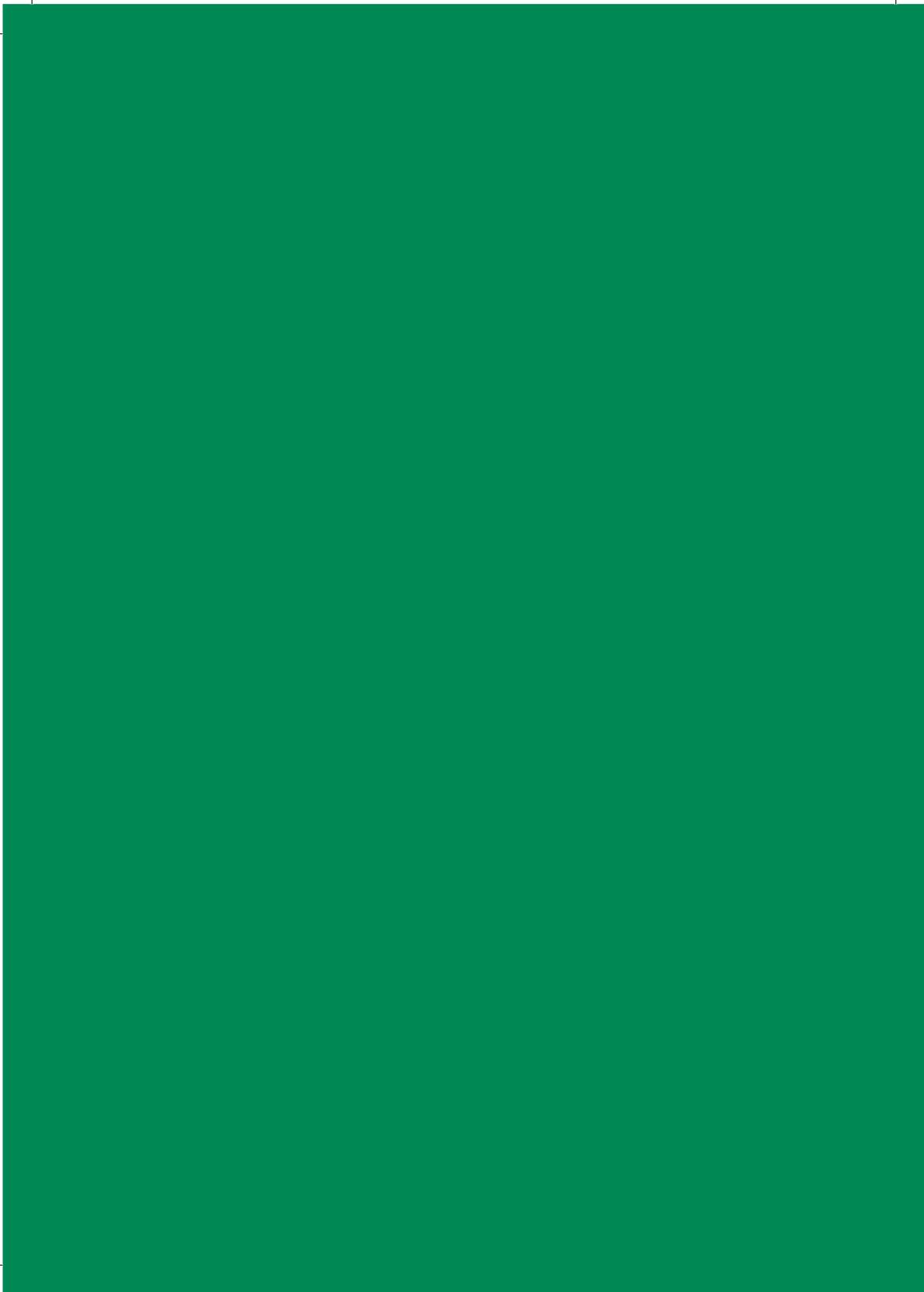
Palavras-chave: Grêmio Estudantil; Participação; Adolescentes.

A INTERSETORIALIDADE DAS AÇÕES DA ASSISÊNCIA SOCIAL E DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE ARCOVERDE/PE

Raphaella Mayara de Oliveira Santana

O presente trabalho consiste na dificuldade de inclusão de crianças e adolescentes com deficiência no sistema educacional do município de Arcoverde-PE, quando essas crianças e adolescentes são também percebidas pelo Programa de Benefício de Prestação Continuado (BPC) na Escola. Atualmente a inclusão enfrenta grandes desafios, sendo ainda legislada e defendida pelos Direitos Humanos Universais, ECA, LDB, Constituição Federal e outras. O Serviço Social também adentra na defesa da inclusão, conforme é operador de Direitos Humanos de acordo com seu Projeto Ético Político. Decidiu-se pela pesquisa apoiada pelo questionário do Programa BPC na Escola. A intencionalidade foi investigar as possíveis barreiras educacionais de crianças e adolescentes com deficiência que recebem o Benefício de Prestação Continuada da Previdência Social. A pesquisa fundamenta-se em Barros (2006), para melhor entender a igualdade como princípio de inclusão, no binômio entre igualdade e desigualdade. Nessa pesquisa, buscou-se avaliar 71 sujeitos, utilizando o questionário do BPC aplicado na escola do município de Arcoverde/PE, buscando identificar as barreiras para o acesso e a permanência na escola das pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Serviço Social; Escola; Inclusão.

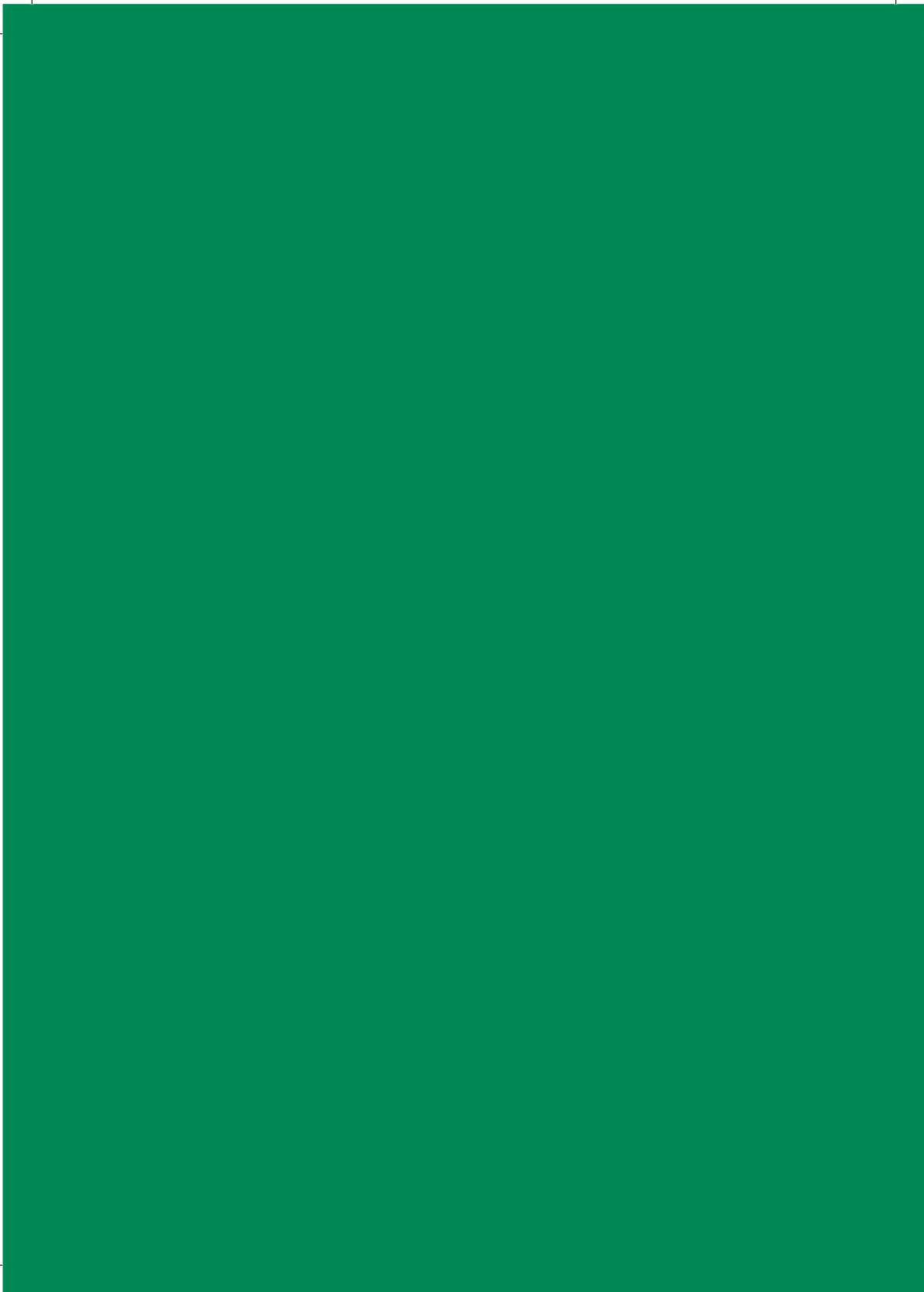


FEIRA DE LIVRE COMERCIALIZAÇÃO: ESPAÇO DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL EM SÃO CAETANO - PE

Roberto Leal Cordeiro

A monografia “Feira de Livre Comercialização: Espaço de Exploração do Trabalho Infantil em São Caetano – PE” é resultado de pesquisa bibliográfica e documental realizada durante os meses de novembro de 2016 a abril de 2017. Teve como objetivo geral compreender a ação e o olhar de Crianças e Adolescentes, da família e do poder público frente à existência da exploração do trabalho infantil em feira livre no município de São Caetano. Utilizamos um olhar a partir das lentes teóricas do materialismo dialético, focando a relação de classe posta em Marx. Observamos a exploração do trabalho infantil à luz das históricas das relações entre o capital e o trabalho, sendo a feira de livre comercialização um espaço de exploração do trabalho infantil em São Caetano – PE, espaço esse que reflete as tensões e as explorações existentes na luta de classe. Enquanto procedimento metodológico, partimos da pesquisa realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego de Pernambuco, que identificou a realidade do município. Concluímos que o trabalho infantil não educa, não traz benefícios ao desenvolvimento da Criança e do Adolescente, pelo contrário, o trabalho infantil gera prejuízos no desenvolvimento físico, psicológico, moral e social de Crianças e Adolescentes.

Palavras-chave: Exploração; Trabalho Infantil; São Caetano; Crianças e Adolescentes.

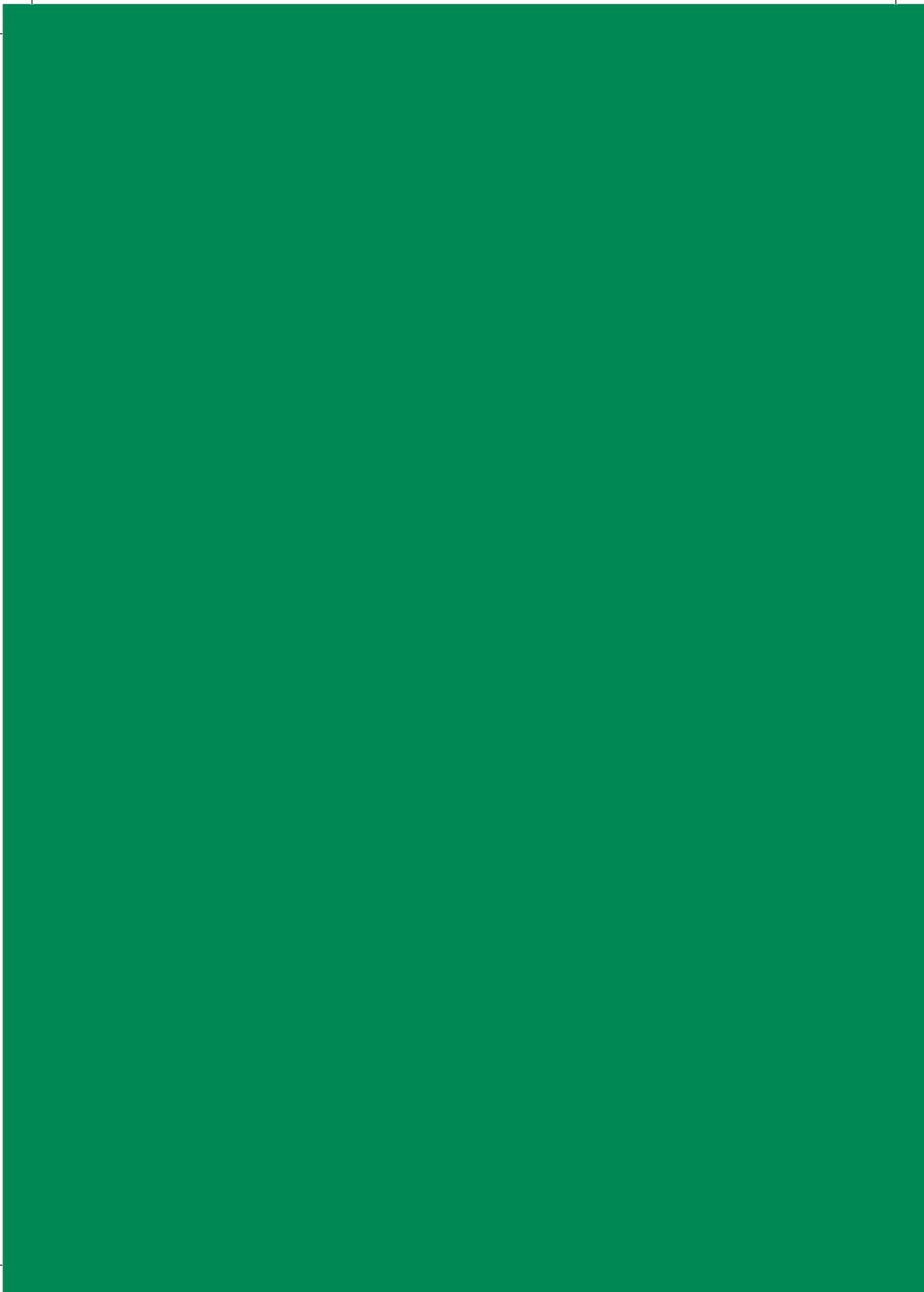


DROGAS LÍCITAS E ILÍCITAS NA ADOLESCÊNCIA: UM OLHAR DO CONSELHO TUTELAR DE GARANHUNS – PE

Samuel Vitorino da Silva

Os resultados e as informações contidas nesta monografia são a conclusão da pesquisa de campo realizada durante os meses de outubro de 2016 a janeiro de 2017, no decorrer do Curso de Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. A referida pesquisa teve como objetivo geral identificar o papel do Conselho Tutelar diante do consumo de drogas lícitas e ilícitas pelos adolescentes atendidos e acompanhados pelo Conselho Tutelar de Garanhuns. Para tanto, a pesquisa em tela foi desenvolvida no território dos adolescentes, tendo como fio condutor a aplicação de questionário a 25% dos adolescentes referentes ao período de fevereiro a novembro de 2016. Para tanto, percorreu-se o caminho utilizando como aporte teórico os estudos de Freitas (2012), Alves (1999), Henriques (2014) entre outros, como também documentos legais e referências sobre o assunto, a Constituição Federal (1988) e, em especial, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que preconizam os direitos das Crianças e dos Adolescentes. A análise documental partiu do Sípia (Sistema de Informações para Infância e Adolescência) e dos questionários aplicados. Todos esses instrumentos foram utilizados para entender o comportamento humano no contexto das Ciências Sociais. Abordou-se o Conselho Tutelar e a Rede de Atendimento aos adolescentes sujeitos desta pesquisa, consolidando a análise dos dados através de gráficos que evidenciam os resultados da pesquisa. Fica claro o desafio colocado ao Conselho Tutelar, às famílias, à sociedade em geral e ao poder público, planejar, elaborar, implementar e efetivar estratégias e ações para solucionar ou minimizar a realidade social vivenciada pelos adolescentes sujeitos desta pesquisa.

Palavras-chave: Adolescentes; Drogas; Conselho Tutelar.



A INVISIBILIDADE DOS ADOLESCENTES EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM CARUARU

Simone Bezerra da Silva

Os resultados e as informações contidas nesta monografia formam a culminância da pesquisa de campo realizada junto aos adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de liberdade assistida no ano de 2015. A presente pesquisa objetivou identificar as políticas públicas existentes no Município de Caruaru para egressos do Sistema Socioeducativo em meio aberto. Para alcançar o objetivo geral, fez-se necessário verificar a aplicabilidade das políticas do Município de Caruaru voltadas para os egressos do Sistema Socioeducativo em meio aberto; conhecer as implicações das políticas públicas para os egressos, frente os casos de ressocialização em LA; e aferir as concepções de Políticas Públicas dos adolescentes egressos como contributivas com a inclusão social desse grupo. Os achados com os adolescentes deram-se através da coleta de dados por meio de uma entrevista semiestruturada feita com quatro adolescentes que receberam extinção da medida por cumprimento satisfatório, imprimindo um caráter de campo a essa coleta. Os resultados indicam que o município de Caruaru ainda precisa de uma maior atenção em relação à ressocialização desses adolescentes, pois é notório que adolescentes autores de atos infracionais são invisíveis às políticas públicas. Esta invisibilidade os acompanha em suas trajetórias de vida. Eles são invisíveis antes do ato infracional, o que pode contribuir muito para fazê-los entrar neste caminho e, depois de cumprirem a medida, aumenta o risco de reincidência. Percebeu-se também que a implantação de políticas para este público implicaria no rompimento com a prática delituosa, na promoção de condições igualitárias no que concerne à inserção no mercado de

trabalho e colaboraria na diminuição do preconceito e da discriminação pelos quais passam os adolescentes infratores. Identificou-se que, na concepção de políticas públicas dos adolescentes egressos, uma contribuição com a inclusão social deles seria a intervenção no mundo do trabalho, pois muitas são as necessidades desse público em ter uma empregabilidade. Fundamentados no Estatuto da Criança e do Adolescente e dos dispositivos do Sistema Nacional Socioeducativo, esta pesquisa apresenta como perspectiva para melhores resultados investir em políticas ou ações que impactem na diminuição das diversas vulnerabilidades em que estes adolescentes encontram-se inseridos.

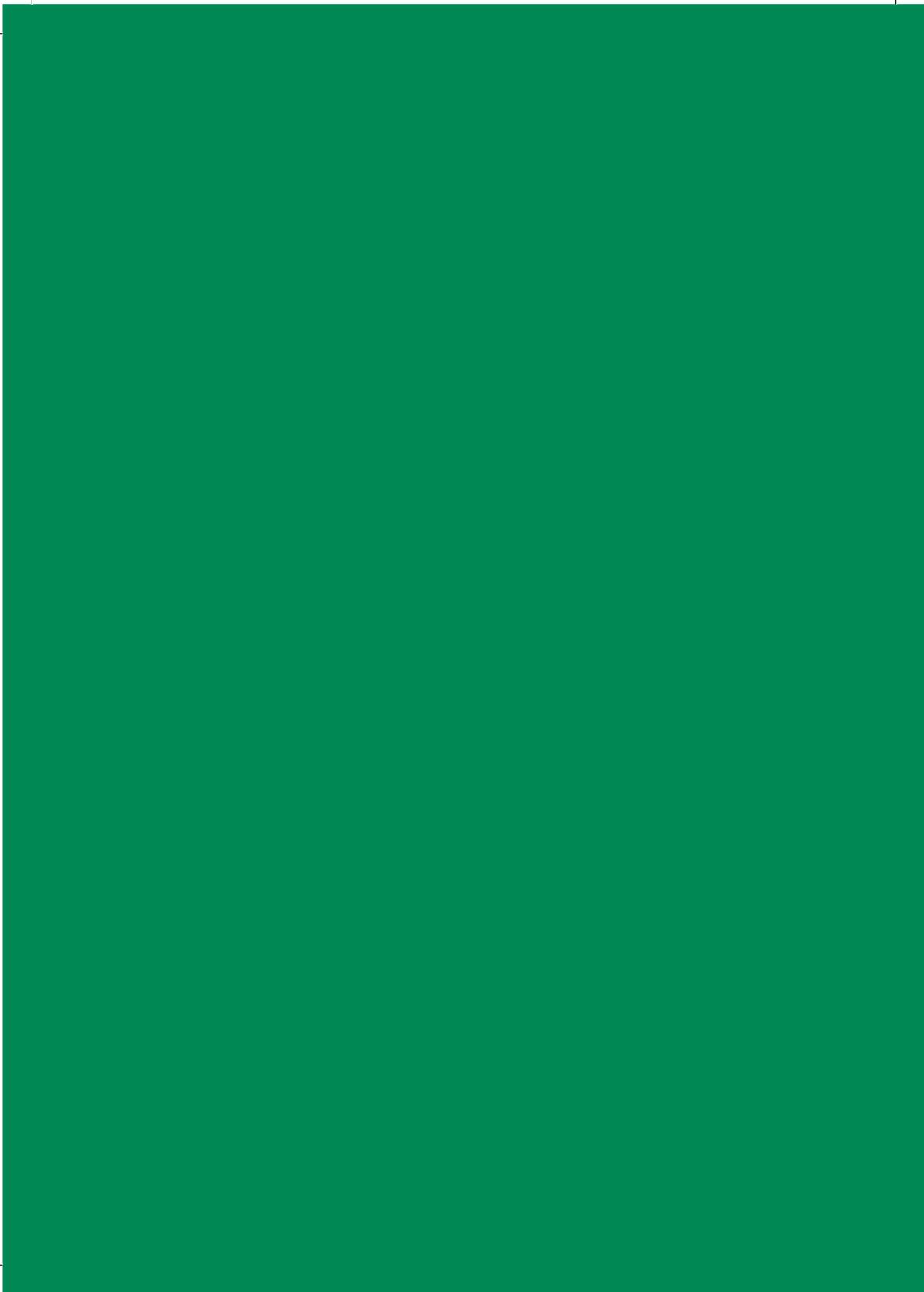
Palavras-chave: Adolescente; Egressos; Liberdade Assistida; Políticas Públicas; Sistema Socioeducativo.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO “DE” E “NA” RUA, NO MUNICÍPIO DE CARUARU ATENDIDO PELO COMVIVA: FATORES QUE CONDICIONAM ESTA VIVÊNCIA

Sineide Tórres Rodrigues de Lima

A monografia intitulada “Crianças e Adolescentes em situação de e na rua do município de Caruaru atendidos pelo COMVIVA: Fatores que condicionam/influenciam esta vivência” tem por objetivo geral identificar os fatores que condicionam/influenciam crianças e adolescentes a viverem/estarem em situação de e na rua. O estudo foi desenvolvido na ONG – Organização Não Governamental – COMVIVA. Como referencial teórico, nos apoiamos no pensamento social sobre a infância presente em Ariès (2016), Rizzini (2003), Graciani (2009), dentre outros. A metodologia se deu a partir de uma abordagem qualitativa, a coleta de dados através de observações nos atendimentos realizados com as crianças, adolescentes e os educadores sociais. Os achados nos permitiram identificar alguns dos fatores que condicionam/influenciam essas crianças e adolescentes a viverem/estarem em situação de e na rua, a saber: as questões relacionadas à pobreza ou extrema pobreza; condições de moradia precária; uso e abuso de drogas (lícitas e ilícitas); e fragilidade nas relações familiares. Destaca-se também a negligência do Estado frente à demanda crescente desta situação no município de Caruaru.

Palavras-chave: Criança em situação de e na rua; Educador Social; Presença Educativa.

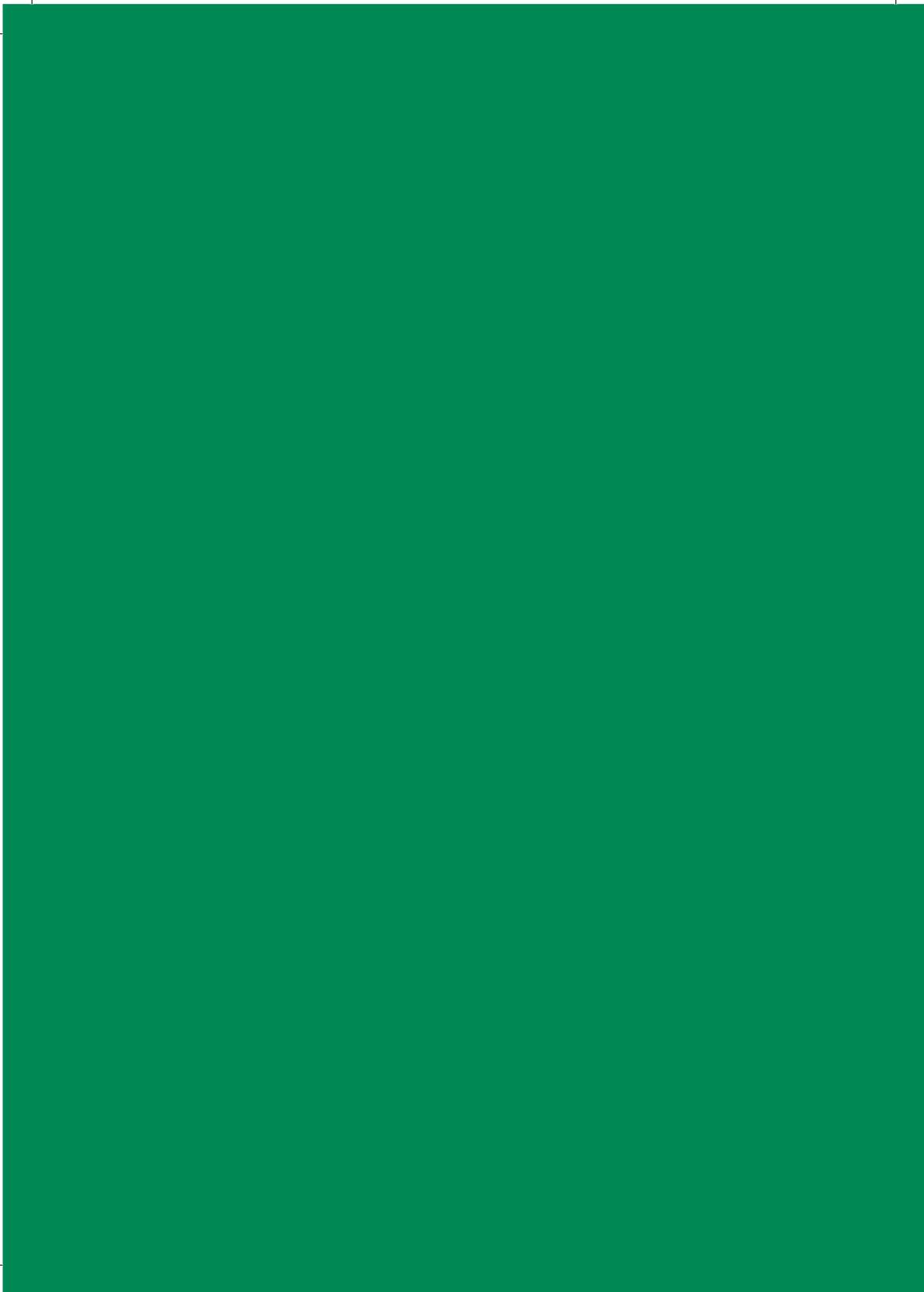


NEGLIGÊNCIA INFANTIL: UM RETRATO DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO CONSELHO TUTELAR DE CARUARU-PE NO BIÊNIO 2014/2015

Walklébia Karla Limeira Alves

A violência cometida contra crianças e adolescentes é debatida em muitos discursos na imprensa nacional, principalmente quando envolve a negligência da sociedade, do Estado e da família para com a infância. Os debates apontaram um caminho a ser percorrido, através do qual se pode identificar que existe uma omissa realidade que não é trabalhada e assistida pelo Poder Público, não evidenciando programas mais direcionados para obter respostas positivas no intuito de contribuir com a diminuição dos índices apresentados pelos órgãos competentes que aferem, principalmente, as vulnerabilidades sociais. O Conselho Tutelar de Caruaru, nesse sentido, passou a observar aspectos importantes sobre o registro de negligências, observando se estão ocorrendo variações nos casos registrados, e partindo para apresentar propostas que visam a apresentar meios ou ferramentas para promover interpretações sobre os direitos e garantias à criança e ao adolescente. Assim, este trabalho apresenta-se como auxílio na construção ideológica da efetiva interpretação de negligência, objetivando a identificação de conceitos, comportamentos e casos de negligência infanto-juvenil, promovendo, assim, juntamente com autores que são referência nessa temática, relevante abordagem qualitativa, apontando discernimentos sobre as possíveis variações existentes nos registros de casos de negligência.

Palavras-chave: Conselho Tutelar de Caruaru; Negligência; Criança e Adolescente.



CONTRADIÇÕES NA ATRIBUIÇÃO DOS CONSELHOS E CONSELHEIROS TUTELARES: CASOS DE INFORTÚNIO, AMEAÇAS E AGRESSÕES

Washington Silva Vieira

Ameaças, agressões e infortúnio vêm sendo preocupação constante na sociedade. Os contextos apontam que a violência vem tomando um rumo de desgaste e proporcionalidade acima do aceitável pelas representações sociais que propõem a erradicação da hostilidade, mas que ainda não acontece. Trabalhar as situações cotidianas de forma que se amenize o seu registro é o primeiro passo para a eliminação da violência simbólica principalmente em órgãos de combate à violação de direitos da criança e do adolescente. Quando a violência chega a Conselhos Tutelares, a busca para identificar as causas e suas consequências vem proporcionar a necessidade de conceituar estes acontecimentos com questões abertas desde a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente, observando as atribuições fomentadas ao Conselho e aos Conselheiros(as) Tutelares. A partir de pesquisa descritiva, buscou-se identificar, através de registros jornalísticos, aportes teóricos e doutrinas, respostas aos episódios de agressões, ameaças e infortúnio a Conselheiros Tutelares. Os resultados apontam observações que efetivam equívocos desenvolvidos nos casos apresentados, como também um diálogo sobre possíveis causas relacionadas às consequências e desfechos. Enfim, baseando-se na teoria de Bourdieu (1989), conclui-se que a violência simbólica está presente, mas pode ser evitada se houver a hombridade de se diferenciar “ser” e “estar” Conselheiro(a) Tutelar e ocorrer transformações significativas nos conceitos e na formação destes.

Palavras-chave: Violência Simbólica; Atribuições dos Conselhos; Conselheiros Tutelares.

Este livro foi impresso em papel Triplex 250g/m² para capa e offset 90 g/m² para o miolo. Composto pela família tipográfica Garamond. Montado e impresso na Gráfica e Editora Liceu.